

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS  
RELAÇÕES POLÍTICAS**

**MARCELA CAMPOREZ**

**FOTOGRAFIA E HISTÓRIA: UMA ANÁLISE DA INTERVENTORIA  
DE JOÃO PUNARO BLEY NO ESPÍRITO SANTO ATRAVÉS DAS  
IMAGENS PUBLICADAS NA REVISTA VIDA CAPICHABA NOS  
ANOS 1930, 1935, 1937 E 1942**

**VITÓRIA**

**2015**

MARCELA CAMPOREZ

**FOTOGRAFIA E HISTÓRIA: UMA ANÁLISE DA INTERVENTORIA  
DE JOÃO PUNARO BLEY NO ESPÍRITO SANTO ATRAVÉS DAS  
IMAGENS PUBLICADAS NA REVISTA VIDA CAPICHABA NOS  
ANOS 1930, 1935, 1937 E 1942**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Cláudio M. Ribeiro

**VITÓRIA**

**2015**



MARCELA CAMPOREZ

**FOTOGRAFIA E HISTÓRIA: UMA ANÁLISE DA INTERVENTORIA  
DE JOÃO PUNARO BLEY NO ESPÍRITO SANTO ATRAVÉS DAS  
IMAGENS PUBLICADAS NA REVISTA VIDA CAPICHABA NOS  
ANOS 1930, 1935, 1937 E 1942**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Aprovada em \_\_\_\_\_ de 2015.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Luiz Cláudio M. Ribeiro  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Orientador

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gabriela Santos Alves  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Co-orientadora

---

Prof. Dr. Cezar Teixeira Honorato  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Márcia Barros Ferreira Rodrigues  
Universidade Federal do Espírito Santo

## AGRADECIMENTOS

Depois de dois anos, o sentimento que mais tenho no peito é gratidão. Sou extremamente grata por todos os conselhos e ensinamentos recebidos ao longo dessa estrada que iniciei em 2013, e que hoje termino. Para começar, não seria quem sou sem todas as bênçãos que Deus sempre derramou sobre mim, colocando pessoas extraordinárias em minha vida, e me enchendo de luz sempre que me encontrava em um caminho escuro.

Gratidão também, de maneira geral, à Universidade Federal do Espírito Santo, por me presentear com tantos mestres ao longo do caminho. Agradeço pela paciência e disponibilidade do professor Luiz Cláudio Moisés Ribeiro em receber uma orientanda de outra área e, mais do que isso, por aceitar minhas ideias e meu trabalho multidisciplinar. Também, à Gabriela Alves, professora do departamento de Comunicação Social da UFES, que esteve comigo mesmo antes de entrar no mestrado, e que sempre me socorreu quando precisei. Muito Obrigada!

Depois, às mulheres da minha vida: Alzira, Marina e Daniela. Sem vocês não conseguiria chegar onde estou e ter tudo que tenho! Muito obrigada pelo apoio incondicional, pela torcida, por ficarem ao meu lado e pelos tantos momentos maravilhosos que vivemos quando estava esgotada e precisando de ajuda. Ao meu amor, João Claudio, meu maior incentivador, que sempre me abre os olhos para meu potencial, e me encoraja a ser minha melhor versão. Por você termino esse trabalho, e sigo querendo alcançar novos voos, desde que estejamos juntos. Amo vocês!

À Giselly, que tanto me ajudou durante esses 24 meses. Sem você essas páginas não estariam completas, então, obrigada por ser essa guerreira, exemplo de pesquisadora e de pessoa para mim!

Por último, e tão importante quanto, um obrigada especial aos meus amigos que sempre me deram palavras de conforto e momentos de alegria para superar as dificuldades ao longo desse percurso. Vocês sempre estarão comigo, e esse momento é de todos nós!

O mundo inteiro é um palco. Todos os homens e mulheres não passam de meros atores. Eles entram e saem de cena. E cada um no seu tempo representa diversos papéis.

*William Shakespeare*

## RESUMO

Ao colocar novos personagens dentro da estrutura política da década de 1930, Getúlio Vargas tenta defender seus interesses autoritários e controlar os estados brasileiros. Entre essas novas figuras, os interventores, destacamos o Capitão João Punaro Bley: um outsider que chega ao Espírito Santo em um período de transformações, sem nenhum reconhecimento da população que estaria à frente, e ainda assim, consegue manter-se no poder local por mais de doze anos. Através de fotografias veiculadas na revista ilustrada Vida Capichaba durante quatro anos marcantes de seu governo (1930, 1935, 1937 e 1942), espera-se encontrar rastros de como essas imagens podem ser consideradas ferramentas de controle político utilizadas por Bley para disseminar sua imagem, e conquistar o apoio da sociedade espírito-santense. Serão analisadas as relações entre fotografia e história, além de um panorama geral do contexto da época, e da revista Vida Capichaba como veículo de destaque dentro da sociedade em se encontrava.

**Palavras-chave:** Fotografia, história, Espírito Santo, legitimação, Interventor, Vida Capichaba

## ABSTRACT

By placing new characters into the 1930's political structure, Getúlio Vargas tries to defend his interests and control the Brazilian states. Among these new figures, the stakeholders highlight Captain João Punaro Bley: an outsider who comes to Espírito Santo in a period of transition, with no recognition of the population that he would be leading, and yet manages to remain in local government by over twelve years. Through photographs conveyed in the illustrated magazine *Vida Capichaba* into four years that we think are important in his government (1930, 1935, 1937 and 1942), is expected to find traces of how these images can be considered political control tools used by Bley to spread your image, and win the support of Espírito Santo's society. The relationship between photography and history will be reviewed, such as an overview of the context of the time, and a look at the magazine *Vida Capichaba* as a leading vehicle within the society was.

**Keywords:** Photography, history, Espírito Santo, legitimization, Intervenor, *Vida Capichaba*

## LISTAS DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: O Movimento Revolucionário no Espírito Santo .....	37
Fotografia 2: Vida Capichaba do dia 13 de novembro de 1930.....	40
Fotografia 3: Capas da Vida Capichaba .....	68
Fotografia 4: Revista Vida Capichaba do dia 30 de junho de 1935 .....	73
Fotografia 5: Grupo de officiaes do exército .....	88
Fotografia 6: Grupo de officiaes do exército II .....	89
Figura 7: Grupo de officiaes do exército III.....	90
Fotografia 8: Grupo apanhado após inauguração da Praça João Pessoa .....	91
Fotografia 9: O governo do Espírito Santo .....	92
Fotografia 10: O Espírito Santo entra no regimen constitucional .....	108
Fotografia 11: O corpo consular em Victoria homenageia o sr. Governador... ..	108
Fotografia 12: O Exmº Sr. Cap. Punaro Bley .....	110
Fotografia 13: O Espírito Santo no regimen constitucional.....	110
Fotografia 14: No Palácio do Governo .....	111
Fotografia 15: Inauguração da Matriz de Santa Rita de Cássia .....	112
Fotografia 16: Baile Oficial, em Palácio, oferecido pelo governador. ....	113
Fotografia 17: Flagrante da inauguração do leprosário.....	114
Fotografia 18: Entrega de medalhas aos campeões .....	115
Fotografia 19: Entrega de medalhas aos campeões II.....	116
Fotografia 20: Festa realizada no Club de Regatas Saldanha da Gama .....	117
Fotografia 21: IV Centenário do Povoamento do solo Espírito Santense .....	118
Fotografia 22: Justa homenagem .....	119
Fotografia 23: Rio Branco F.C. ....	120
Fotografia 24: Alvares Cabral .....	121
Fotografia 25: Alvares Cabral II.....	121
Fotografia 26: Incentivando o uso dos bons cafés .....	122

Fotografia 27: Directores do Grupo dos Aquáticos agradecem Bley .....	139
Fotografia 28: Reabastecimento de agua na Capital.....	139
Fotografia 29: Vida Escolar .....	140
Fotografia 30: Aspecto da sessão de posse do novo directorio do PSD .....	141
Fotografiaa 31:Os delegados do Partido Social Democrático.....	141
Fotografia 32: A multidão que assistiu ao desembarque do Ministro Capanema .....	142
Fotografia 33: Ministro Gustavo Capanema e o Governador Bley .....	143
Fotografia 34: Resolvendo o problema do combate a lepra.....	144
Figura 35: Flagrante do grande almoço .....	144
Fotografia 36: Resolvendo o problema da super-produção. ....	145
Fotografia 37: Incentivando os nossos escolares .....	146
Fotografia 38: O Exm <sup>o</sup> Sr Governador do Estado. ....	147
Fotografia 39: Inauguração Secretaria da Fazenda.....	149
Fotografia 40: Inauguração da Secretaria da Fazenda II.....	149
Fotografia 41: Grupo formado da inauguração da Secretaria da Fazenda.....	150
Fotografia 42: Um viajante ilustre .....	151
Fotografia 43: Flagrante do almoço íntimo.....	151
Fotografia 44: O dia do soldado .....	152
Fotografia 45: Almoço em homenagem ao dia do Soldado.....	152
Fotografia 46: Fundação da Cidade de Victória .....	153
Fotografi 47: Obras do Porto de Victoria .....	154
Fotografia 48: 36 <sup>o</sup> aniversario do Saldanha da Gama .....	154
Fotografia 49: Flagrante da chegada do Governador.....	155
Fotografia 50: Flagrante da chegada do Governador II .....	155
Fotografia 51: Flagrante da chegada do Governador III .....	156
Fotografia 52: Club Saldanha da Gama.....	157
Fotografia 53: Homenagem à Bandeira .....	158

Fotografia 54: Homenagem à Bandeira II.....	158
Fotografiaa 55: No Club do Moscoso .....	165
Fotografia 56: Palestra.....	166
Fotografia 57: Palestra II .....	166
Fotografia 58: Inauguração Banco.....	167
Fotografia 59: Inauguração Banco II .....	168
Fotografia 60: Catolicismo em Cariacica .....	169
Fotografia 61: Asas para o Brasil.....	169
Fotografia 62: Escola prática de Agricultura .....	170
Fotografia 63: Churrasco para o Interventor .....	171
Fotografia 64: Escola de Agricultura.....	172
Fotografia 65: Escola de Agricultura II .....	172
Fotografia 66: Escola de Agricultura III .....	173
Fotografia 67: Passeata de protesto contra o Eixo .....	174
Fotografia 68: Curso de Enfermagem .....	175
Fotografia 69: Legião Brasileira de Assistência.....	176
Fotografia 70: Homenagem .....	177
Fotografia 71: Presidente Vargas .....	178

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2</b>	<b>FOTOGRAFIA E HISTÓRIA</b> .....	22
<b>3</b>	<b>OS ANOS PRÉ-REVOLUÇÃO E A REVISTA VIDA CAPICHABA</b> .....	53
<b>4</b>	<b>O ESPÍRITO SANTO DE BLEY</b> .....	75
	4.1– A revolução e o interventor capixaba: 1930.....	75
	4.2– A tentativa democrática e o novo governador: 1935.....	99
	4.3– O Estado Novo e a volta do interventor: 1937.....	128
	4.4– O final do Governo Bley: 1942.....	161
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	180
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	185

## 1 INTRODUÇÃO

É indiscutível a importância da fotografia como marca cultural de uma época não só pelo passado ao qual ela nos remete, mas também, e principalmente, pelo passado que ela traz à tona. Um passado que revela, através do olhar fotográfico, um tempo e um espaço que fazem sentido. Um sentido individual que envolve a escolha efetivamente realizada e um coletivo que remete o sujeito a sua época. A fotografia, assim compreendida, deixa de ser uma imagem retida no tempo para se tornar uma mensagem que se processa através do tempo.<sup>1</sup>

A ideia de explorar caminhos que ainda estão em construção e longe de serem cristalizados pode ser instigante. No caso do presente trabalho, a construção apresenta-se na tentativa de aliar duas vertentes que, todavia, não costumam normalmente assumir papel de protagonistas dentro do meio acadêmico: o Estado do Espírito Santo, e a utilização de fotografia como fonte histórica.

A quantidade de trabalhos que tratam o Estado capixaba está crescendo, mas ainda estamos longe de explorar nossa história como deveríamos. Já a fotografia está em um período de ascensão no que diz respeito a ser tratada como fonte, visto que cada vez mais os pesquisadores apontam para o benefício da interdisciplinaridade e do uso de outros recursos além do escrito, como material para inúmeras pesquisas.

Sendo assim, a ideia foi explorar fotografias como fonte histórica no processo de consolidação do poder de João Punaro Bley, na busca por compreender de que maneira a representação dessas fotografias conseguiram contribuir para a longevidade da interventoria Bley no contexto capixaba da década de 1930.

A escolha do recorte temporal ocorreu em dois filtros: o primeiro deles foi analisar todo o governo de João Punaro Bley, entre os anos 1930 a 1943,

---

<sup>1</sup> MAUAD, Ana Maria. **Sob o signo da Imagem**. A produção da Fotografia e o Controle dos Códigos de representação Social da Classe Dominante, no Rio de Janeiro, na Primeira Metade do Século XX. Tese apresentada ao curso de Mestrado em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói - Rio de Janeiro. 1990, p.15.

porém, ao desenrolar da pesquisa viu-se que os quase treze anos do líder no poder capixaba constituía-se de um material muito vasto. Decidiu-se então, centrar o trabalho em quatro anos considerados fundamentais dentro do período, sendo eles 1930, 1935, 1937 e 1942. O primeiro marco foi o ano de início da assim chamada por muitos autores Revolução de 1930 e das transformações políticas e sociais que ela trouxe consigo, sendo uma delas o uso dos interventores como uma tentativa de Vargas de centralizar os poderes locais nos estados Brasileiros. João Punaro Bley foi o escolhido para interventor no Espírito Santo.

A partir de 1930 não ocorreu uma mera troca de comando político, como costumava acontecer antes. Não é mais uma facção regional da classe dominante que fica alijada do poder em benefício de outra. O poder passa a ser centralizado em níveis federais e estadual e, por consequência, os grupos locais perdem autonomia.<sup>2</sup>

Já 1935, destaca-se por ser um dos anos da breve abertura democrática que o país vivenciou (entre julho de 1934 e novembro de 1937<sup>3</sup>), e período esse em que Bley se manteve no poder e foi nomeado governador do Estado. “Em 15 de abril de 1935, o capitão Bley toma posse como governador constitucional do Espírito Santo perante uma Assembleia Constituinte onde somente se encontravam os 13 deputados que nele votaram”.<sup>4</sup>

O ano de 1937 é conhecido por ser o início do Estado Novo, e demonstrando estar consolidado o *status* de líder que Bley construiu durante os sete anos passados, voltou a ser nomeado o interventor do Espírito Santo.

Bley é novamente nomeado interventor federal em 25 de novembro de 1937. O Estado Novo manteve o mesmo interventor, já então velho conhecido dos capixabas e experimentado conhecedor da política local. Um pequeno acréscimo nos versos de famosa marchinha de carnaval talvez sintetize bem o desfecho político do início do Estado Novo no Espírito Santo: “Mulata, mulatinha meu amor, fui [outra vez] nomeado seu tenente-interventor”.<sup>5</sup>

---

<sup>2</sup> LENHARO, Alcir. **A sacralização da política**. Campinas: papiros, 1986, p.61

<sup>3</sup> ACHIEMÉ, Fernando. **O Espírito Santo na Era Vargas (1930-1937)** – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p.245.

<sup>4</sup> Ibidem, p. 271.

<sup>5</sup> Ibidem, p.303.

Por último, encontra-se o ano de 1942, que foi praticamente o último ano de governo de Bley (já que no início de 1943 ele deixa o cargo que mantinha por 12 anos), e não mais aparece ilustrando o veículo de comunicação que escolhemos para analisar.

Com relação à decisão de escolher pela revista *Vida Capichaba*<sup>6</sup> como fonte primária desta pesquisa, isso ocorreu, primeiramente, devido à impossibilidade de acesso as outras fontes impressas da referida época, que contivesse fotografias suficientemente visíveis para análise. Demais fontes impressas da década de 1930<sup>7</sup> se encontram ilegíveis ou simplesmente não existem. A *Vida Capichaba* foi um periódico que circulou no Estado por décadas, e é considerada ainda hoje um dos grandes meios de comunicação da época. A revista foi capaz de juntar em suas publicações escritores e escritoras que faziam circular suas ideias no meio das suas páginas impressas. Dentro desse espaço, também se constituiu parte da sociabilidade e costumes dos capixabas, uma vez que era ali que estavam discursos literários e jornalísticos, que muitas vezes continham teor ideológico e político. De acordo com Jadir Peçanha Rostoldo, a *Vida Capichaba*: “[...] foi o órgão mais atuante no espaço literário das décadas de 1920 a 1940, representando o veículo de comunicação de maior circulação do Estado”.<sup>8</sup>

Entrelaçando a revista *Vida Capichaba* e o poder político da sociedade espírito-santense, a historiadora Kella Xavier ressalta:

Devido às dificuldades financeiras presentes na produção e na censura, às quais estavam submetidas a revista foi atrelada ao governo e aos grupos dominantes e muitas vezes recorreu aos cofres públicos para sanar seus problemas econômicos. Com os subsídios fornecidos pelo governo varguista, sua publicação ficou restringida a artigos referentes à moda e a outros temas que, de maneira branda e discreta,

---

<sup>6</sup> A grafia utilizada na época era “Capichaba” e será utilizada desse modo ao longo do trabalho quando se referir ao título do periódico.

<sup>7</sup> A priori a pesquisa também pensou em trabalhar com o jornal *A Gazeta*, porém seus exemplares dos anos em questão não existem, ou estão em estado impróprio para a visualização de qualquer fotografia. Seus exemplares foram buscados tanto na Biblioteca Pública Estadual quanto na própria redação do Jornal, porém ambas estavam no mesmo estado.

<sup>8</sup> ROSTOLDO, Jadir Peçanha. **'Vida capichaba'**: o retrato de uma sociedade, 1930. Vitória, ES: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2007, p.35.

contribuíram na modelagem da vida cotidiana de seus contemporâneos.<sup>9</sup>

Outro ponto importante de ser revelado são as condições em que a Vida Capichaba se encontra. Todos seus exemplares foram pesquisados na Biblioteca Estadual do Espírito Santo, e se encontram somente em suas impressões originais e se tem proibido qualquer tipo de cópia que não seja fotográfica. Por isso, todas as fotografias encontradas ao longo da pesquisa são também fotos extraídas das páginas do periódico.<sup>10</sup>

Como pontos chaves para o entendimento do objetivo ao qual o trabalho se propõe, será analisada a relação entre história e fotografia, bem como o papel da revista Vida Capichaba no interior da sociedade espírito-santense, e claro, o contexto histórico do Estado durante o período escolhido.

A proposta de se trabalhar com fontes históricas não verbais já não pode ser considerada recente. No século XIX, o historiador francês Fustel de Coulanges dizia que onde quer que o homem tenha passado, e deixado uma marca de sua vida e inteligência, encontra-se presente a História<sup>11</sup>. A priori nada mudou a partir dessa fala, porém, não tardou para outros historiadores embarcassem no pensamento de que a história era maior do que a caixa em que estava inserida. Foi assim que Marc Bloch e Lucien Febvre, fundadores dos *Annales*<sup>12</sup>, convocaram em 1929 que mais historiadores saíssem de suas salas em busca de outros vestígios de se fazer história.

<sup>9</sup> XAVIER, Kella Rivetria Lucena. **Mulher e poder nas páginas da revista Vida Capichaba (1923-1945) – 2008**, p.93.

<sup>10</sup> Preocupou-me o estado das revistas, e o fato de que qualquer pessoa pode folheá-las sem qualquer material adequado para a preservação das páginas. A Vida Capichaba é uma das únicas (e a mais importante) fontes de pesquisa da década de 1920, 1930 e 1940 do Espírito Santo, sendo fundamental que exista uma preocupação para digitalizar seu acervo, protegendo assim, os originais, sem tirar todo seu conteúdo dos pesquisadores futuros.

<sup>11</sup> MAUAD, Ana Maria, CARDOSO, Ciro Flamarion. “História e Imagem: Os Exemplos da Fotografia e do Cinema”. In. CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997 p.401.

<sup>12</sup> O movimento dos Annales (bem como a revista) foi fundado por Michael Bloch e Lucien Febvre, na França, em 1929, e tornou-se a manifestação mais efetiva e duradoura contra uma historiografia factualista, centrada nas ideias e decisões de grandes homens, em batalhas e em estratégias diplomáticas. Contra ela, era proposta uma história-problema, viabilizada pela abertura da disciplina às temáticas e métodos das demais ciências humanas, num constante processo de alargamento de objetos e aperfeiçoamento metodológico. A interdisciplinaridade serviria, desde então, como base para a formulação de novos problemas, métodos e

No caso, deste trabalho, trataremos dois âmbitos da escala menor, juntos: a fotografia e o a política no Estado do Espírito Santo. Para José Pontes Schayder algumas expressões depreciativas como: história menor, crônica, crônica de aldeia, já foram utilizadas para definir a história local ou regional. Para quem não conhece a fundo, ela seria resumida como a 'prima pobre' da grande história. O novo fazer histórico virou de ponta-cabeça essas determinações, e deu novo sentido e importância aos micros acontecimentos. "Para exemplificar, tomemos o caso do Espírito Santo. Sua área geográfica (46.077 km<sup>2</sup>) representa 0,54% do território nacional e 0,03% do total das terras emersas do Planeta".<sup>13</sup> Mesmo com percentuais aparentemente inexpressivos, o que aconteceu em terras capixabas, seus personagens e cidadãos estão cravadas no tempo e são partes fundamentais dos acontecimentos de maiores dimensões.

O que estava acontecendo era o surgimento de uma nova perspectiva documental e uma transformação da ótica tradicional dentro do âmbito histórico. A história do indivíduo, das singularidades de uma época narrada através dos grandes eventos saiu do centro do palco e começaram a dar lugar aos estudos trans-individuais, em que a noção de documento ampliou-se, e englobou nosso ponto de interesse: a fotografia.<sup>14</sup>

É indiscutível a importância da fotografia como marca cultural de uma época, não só pelo passado ao qual nos remete, mas também, e principalmente, pelo passado que ela traz à tona. Um passado que revela, através do olhar fotográfico, um tempo e um espaço que fazem sentido.<sup>15</sup>

---

abordagens da pesquisa histórica, que estaria inscrita no sentido vago da palavra "social". Somente algum tempo depois, a partir da década de 1960 que as tradições historiográficas anglo-saxônicas, ainda bastante apegadas, no mundo acadêmico, à historiografia tradicional, sofrem mais fortemente o impacto dos Annales, em seu sentido mais amplo, abrindo os muros da disciplina histórica para as demais ciências sociais, especialmente a sociologia e a antropologia social. Ver mais a respeito em: CASTRO, Hebe. "História Social". In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

<sup>13</sup> SCHAYDER, José Pontes. **Como se tem escrito a história do Espírito Santo: pequeno ensaio**. Cachoeiro de Itapemirim: Editora Cachoeiro Cult. 2011. p. 14.

<sup>14</sup> MAUAD e CARDOSO, 1997, p.402.

<sup>15</sup> Ibidem, p.406.

De acordo com Ana Maria Mauad e Ciro Flamarion Cardoso, a fotografia pode ser: “materialização da experiência vivida, doce lembrança do passado, memórias de uma trajetória de vida, flagrantes sensacionais, ou ainda, mensagens codificadas em signos”.<sup>16</sup> Para nosso interesse a fotografia será sempre considerada como uma mensagem composta por significantes que necessitam de empenho para encontrar os vestígios capazes de decifrá-las, e é esse o desafio que a fotografia lança ao historiador: como chegar àquilo que não foi revelado pelo olhar fotográfico?

É preciso levar o olhar para além do que é visível a primeiro momento. As fotografias nos convidam a olhar além da margem determinada, e descobrir o que acontecia ao seu redor. Nessa parte, o entendimento do contexto capixaba da época será de grande valia. O país passava por um momento de transição durante o início da década de 1930, e uma mudança política necessita ser legitimada, caso o novo poder político tenha pretensões de manter-se em vigor.

Logo ao assumir o país, Getúlio Vargas decide por colocar um novo personagem na esfera pública local para defender seus interesses autoritários: os interventores. De acordo com Skidmore<sup>17</sup>, esse era o título dado a um governador de nomeação federal e que era também investido de poderes legislativos. Vargas fez uso frequente desses líderes locais durante seu governo.

João Punaro Bley, o escolhido interventor capixaba, conseguiu se destacar e se manter no poder graças às condições do território e da sociedade capixaba, e do uso que fez dos elementos figurativos, simbólicos e acessórios que estavam disponíveis para seu uso, e uma delas, foi justamente a fotografia. De acordo com Achiamé<sup>18</sup>, “[...] em uma população pouco letrada como a espírito-santense, a fotografia tinha o poder de comunicar instantaneamente a sua mensagem, e por isso era muito utilizada nos impressos da época”.

---

<sup>16</sup> Ibidem, p.403.

<sup>17</sup> SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas e Castelo Branco, 1930-1964**. 9 Edição – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.60.

<sup>18</sup> ACHIAME, 2010, p.163.

Já que uma nova ordem se encontrava no poder estadual, acima das antigas correntes políticas, era necessário que a sociedade a reconhecesse. Foi a primeira vez que se criou a figura do Interventor, e este deveria ser visto como uma pessoa importante, que comandava o Estado e detinha o poder do mesmo em suas mãos (subordinado apenas ao Poder Executivo nacional). Kossoy afirma que a imagem fotográfica é um poderoso instrumento para a veiculação das ideias e da conseqüente formação e manipulação da opinião pública. “E tal manipulação tem sido possível justamente em função da mencionada credibilidade que as imagens têm junto às massas, para as quais seus conteúdos são aceitos e assimilados como a expressão da verdade”.<sup>19</sup>

A imprensa funciona como um espelho onde as pessoas podem se reconhecer ou não, e nesse espelho estão ilustrações, publicidades, fatos, notícias e de acontecimentos que contribuem para a construção de novos valores e novas formas dentro da sociedade.<sup>20</sup> A grande questão está na relação entre os grupos de poder e o controle que eles exercem nos bastidores dos veículos de comunicação. Quem controla esses veículos, controla também o que é dito e, conseqüentemente, refletido no espelho.

As relações de poder, constituídas pelo relacionamento entre dominados x dominantes, podem ocorrer através de forças materiais (violência e coerção) e também por meio da força simbólica (convencimento, coesão). É no ponto do convencimento que os veículos de comunicação são grandes agentes ligados à quem os domina, e no caso do trabalho, o âmbito político.

A comunicação – associada às conformações e possibilidades de mídia, lógica capitalista, campo social e rede – (re) constituiu-se como mônada gravitacional específica, como esfera de poder especializado que se defronta com outros poderes e, dentre eles, a política, resignificando não apenas essas relações, mas a própria e singular circunstância societária.<sup>21</sup>

---

<sup>19</sup> KOSSOY, Boris. Estética, memória e ideologia fotográficas: decifrando a realidade interior das imagens do passado. In: **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, p.15, vol. 6, 1993, p.14.

<sup>20</sup> ROSTOLDO, 2007, p.7

<sup>21</sup> RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Comunicação e Política**. São Paulo. Hacker Editores. 2000, p.28

Além do uso das fotografias, outra fonte será utilizada de maneira secundária, porém, com grande relevância: as memórias de João Punaro Bley. O Capitão escreveu uma espécie de relato da sua vida, contando curiosos detalhes desde sua infância até sua saída da vida política. A obra se encontra disponível para compra no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) e, todavia, apresenta a versão com a caligrafia original de Bley.

Entrelaçados no processo da Nova História, o uso de obras com teor literário, também, vem ganhando espaço como fonte de pesquisa rica em informações relevantes. A pesquisadora Sabina Loriga, quando aborda o assunto em sua obra: “O pequeno x: da biografia à história”, destaca a importância dos documentos escritos por indivíduos dentro de sua particularidade.

Em suma, no decorrer desses últimos anos, a dimensão individual se tornou uma questão central, e a biografia, de certa forma, se democratizou: a aposta hoje não é mais no grande homem (noção descartada, e por vezes mesmo tida por pejorativa), mas o homem qualquer.<sup>22</sup>

Um texto como um diário, ou um livro de memórias, é íntimo no seu sentido máximo. Ele apresenta em suas linhas as ideias específicas de seu autor no momento em que estava escrevendo. Por ser pessoal, é cheio de intencionalidade e emoção. Os escritos de Bley deixam claro suas intenções logo na primeira linha escrita, quando o militar explicita seu desejo de deixar gravado no papel seu ponto de vista. “A tradição oral é fraca e desaparece com o tempo, à medida que as gerações se sucedem. Daí a razão destas memórias para uso exclusivo da família e sem qualquer pretensão literária”<sup>23</sup>. A partir daí, Bley inicia um relato de sua árvore genealógica, depois da família de sua esposa Alzira, e começa a contar sobre sua própria história.

Para realizar toda a análise desejada, o trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro traçará a relação entre fotografia e história, abordando os aspectos que fizeram com que essa mistura fosse aceitável no meio acadêmico há algumas décadas, e também onde é que a fotografia se encontra dentro da

---

<sup>22</sup> LORIGA, Sabina. **O pequeno x: da biografia à história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p.213.

<sup>23</sup> BLEY, João Punaro. **Memórias**. Fotocópia do manuscrito. Rio de Janeiro: Cpdoc/FGV, s.d. Referência: JPB d 00.00.00/2, p.01.

história, e como a história pode se utilizar da fotografia como uma fonte de pesquisa reconhecida. Após essa discussão, o segundo capítulo trará os acontecimentos pré-revolução de 1930, antes da chegada de João Punaro Bley ao Estado, bem como a importância dos meios de comunicação ilustrados como instrumento do âmbito político, colocando como centro a criação e os aspectos sociais e políticos que marcaram a revista Vida Capixaba. Por último, no terceiro capítulo, será realizado um estudo contextual do Espírito Santo de João Punaro Bley – com foco nos anos 1930, 1935, 1937 e 1942 – colocando as fotografias impressas no periódico ao longo dos acontecimentos narrados, na tentativa de torná-las a própria narração desses acontecimentos.

## 2 FOTOGRAFIA E HISTÓRIA

O mundo tornou-se de certa forma “familiar” após o advento da fotografia; o homem passou a ter um conhecimento mais preciso e amplo de outras realidades que lhe eram, até aquele momento, transmitidas unicamente pela tradição escrita, verbal e pictórica. Com a descoberta da fotografia e, mais tarde, com o desenvolvimento da indústria gráfica, que possibilitou a multiplicação da imagem fotográfica em quantidades cada vez maiores através da via impressa, iniciou-se um novo processo de conhecimento do mundo, porém de um mundo em detalhe, posto que fragmentário em termos visuais e, portanto, contextuais. Era o início de um novo método de aprendizado do real, em função da acessibilidade do homem dos diferentes estratos sociais à informação visual dos hábitos e fatos dos povos distantes. Micro aspectos do mundo passaram a ser cada vez mais conhecidos através de sua representação. O mundo, a partir da alvorada do século XX, se viu, aos poucos, substituído por sua imagem fotográfica. O mundo tornou-se, assim, portátil e ilustrado.<sup>24</sup>

Ao abordar um contexto histórico determinado usando de fotografias como fontes primárias, inscrevemos a temática proposta na pesquisa nos arredores da história cultural e política.<sup>25</sup> A *Nova História*, disseminada há décadas, vai ajudar a abordar a questão das representações no âmbito político, elaborando

<sup>24</sup> KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 4.ed. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2012, p.28.

<sup>25</sup> Com as mudanças ocorridas no pensar histórico no século XX, a Nova História foi um esforço iniciado na França para que a história pensada até então, de maneira global e centrada nos grandes acontecimentos, fosse transformada. Tanto no âmbito político quanto no cultural é possível analisar essas mudanças. Roger Chartier trata da nova história cultural, enquanto René Remond da Nova história política, ambos dentro do aspecto da Nova História. Para o primeiro, as noções de representação, práticas e apropriação propunham uma aproximação maior dos usos particulares do que nas distribuições estatísticas. Assim, o autor chama a atenção para os gestos e comportamentos, e não somente para as ideias e os discursos, considerando as representações (individuais ou coletivas, mentais, textuais ou iconográficas) não como reflexos verdadeiros ou falsos da realidade, mas como entidades que constroem as próprias divisões do mundo social. Chartier também fala que sobre as margens entre as diferentes histórias: história das ideias, história das artes, história da educação. Toda história, seja ela econômica ou social, demográfica ou política, também é cultural, já que todas as condutas, todos os fenômenos e gestos são resultados das significações que os indivíduos atribuem às coisas, as palavras e as ações. Ver mais em: CHARTIER, Roger. **A História ou a Leitura do Tempo**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. O segundo trata da revolução da abordagem política, que passou por um período de declínio e depois surgiu renovada, estimulada pelo contato com outras ciências sociais e pelas trocas com diversas disciplinas. O político passou a ser não mais um setor separado, mas uma modalidade da prática social. “[...] não há hoje muitas realidades da nossa sociedade que a história política não tenha começado a explorar, desde as classes sociais até as crenças religiosas, passando pelos grandes meios de comunicação”. Ver mais em: RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Tradução Dora Rocha. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

a reconstrução do modo como indivíduos e grupos agiram e se relacionaram dentro de um determinado contexto.

Há algum tempo, a história desvinculou-se da hegemonia dos textos escritos, e ampliou os temas tratados e as fontes utilizadas para entendê-los. Novos temas começaram a fazer parte das análises historiográficas como: o cotidiano, as relações interpessoais, os meios de comunicação, os personagens individuais e outros. Uma escala menor, que não necessariamente precisa perder a dimensão macro para fazer-se compreender. “A tradição oral, os diários íntimos, a iconografia e a literatura apresentaram-se como fontes históricas da excelência das anteriores, mas que demandavam do historiador uma habilidade de interpretação com a qual não estava aparelhado”.<sup>26</sup>

A micro-história é um projeto que nasceu no decorrer dos anos 70, a partir de um conjunto de questões e de proposições formuladas por um pequeno grupo de historiadores italianos envolvidos em empreendimentos comuns, porém com pesquisas pessoais diferentes entre si. Ela nasceu como uma reação, uma tomada de posição frente a um determinado estado da história social, da qual ela sugere reformular concepções, exigências e procedimentos.

A abordagem micro-histórica é profundamente diferente em suas intenções, assim como em seus procedimentos. Ela afirma, em princípio, que a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimentos. Variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama. Para Jacques Revel<sup>27</sup>, a abordagem micro-histórica propõe o enriquecimento das análises sociais, aumentando o número de suas variáveis, tornando-as mais complexas e móveis. Utilizando a ideia da escala micro, o trabalho deseja colocar no centro da pesquisa o interventor João Punaro Bley, junto às suas fotografias veiculadas nos meios de comunicação, mas levando em conta, também, a

---

<sup>26</sup> MAUAD, Ana Maria. **Através da Imagem**: fotografia e história - interfaces. Rio de Janeiro, 1995. p.06.

<sup>27</sup> REVEL, Jacques. **Jogo de Escalas**: A experiência da Micro-Análise. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

escala macro, que é o contexto capixaba e brasileiro da época. O seu aparecimento foi, de certa maneira, uma reação ao estilo de história produzida até então: econômica, marxista e estruturalista. No interior da análise micro-histórica duas vertentes se destacam: a social e a cultural.

A partir de 1929, com a revolução da Escola dos Anais, na França, a noção de documento e a de texto se ampliou. A fotografia passava a pertencer a um corpus documental, ou seja, um conjunto de fontes ou documentos constituídos pelo historiador para a realização do seu trabalho de análise histórica, contribuindo para uma aproximação da História com o estudo das imagens e de outras disciplinas científicas.<sup>28</sup>

Ainda de acordo com Jacques Revel<sup>29</sup> a micro-história não forma um corpo de proposições homogêneas, ou uma disciplina autônoma. Ela está indissociável a uma prática de historiadores, de obstáculos e de incertezas surgidas ao longo de experiências da pesquisa, e vai além de uma escala em si: ela significa a variação dessa determinada escala (vista antes como fundamental e imutável). Variar é também mudar de uma história para outra, é não mais ver somente os grandes acontecimentos, mas também importar-se com personagens determinados dentro de âmbitos mais restritos e pouco valorizados. No caso da pesquisa, significa trazer Punaro Bley e o Espírito Santo para o centro das atenções, é colocar como protagonista uma fonte que se manteve à margem da prática histórica, e que passou a ter seu valor de documento reconhecido há pouco.

A fotografia, normalmente, era diminuída como um tipo de ilustração dos textos, e um apêndice da história. Permanecia então, à margem dos estudos historiográficos e nunca assumia um papel de protagonista. Mesmo enfrentando dificuldades, a documentação iconográfica tornou-se uma das fontes mais preciosas para o conhecimento do passado, porém, é um tipo de conhecimento de aparências, onde as imagens guardam em si indícios do

---

<sup>28</sup> RODRIGUES, Fernando da Silva. Imaginário e poder no uso político da fotografia pelo Exército Brasileiro: uma questão metodológica. In: **Revista UNIABEU** Belford Roxo - V.1 Número 1. Setembro- Dezembro 2010. p.102.

<sup>29</sup> REVEL, 1998.

passado além do que é visível no superficial e para entendê-los é necessário desvendá-los.<sup>30</sup>

Para a inclusão da fotografia (e outras fontes marginalizadas) no âmbito acadêmico com certo reconhecimento, foi preciso acontecer um processo de superação dos limites do que era tradicional, para valorizar o novo. Esperava-se, a partir de então, um historiador também antropólogo, sociólogo, semiólogo e por que não, detetive. Ele necessitou, a partir de então, a relativizar, desvendar redes, compreender linguagens, decodificar signos e compreender vestígios, porém sem perder de vista o conjunto todo.<sup>31</sup>

Junto às transformações do paradigma historiográfico, abordamos também a questão da interdisciplinaridade como uma possibilidade de mesclar e descobrir outras camadas de sentido para pensar os acontecimentos. Com essa intenção, é importante destacar o conceito de *representações*, entendido por Roger Chartier como imagens, ideias, signos, símbolos e memórias, podendo ser individuais ou coletivas. O autor se atenta à forma pelas quais os indivíduos se apropriam de determinados conceitos, e absorvem o desenrolar dos acontecimentos, sejam humanas e singulares, ou do Estado frente a acontecimentos políticos e sociais.

Chartier analisa, na obra *A memória, a história, e o esquecimento*, que as representações possuem uma dupla condição na operação historiográfica, podendo ser até mesmo ambígua: “[...] designa uma classe de objetos em particular, definido, ao mesmo tempo, o próprio regime dos enunciados históricos”<sup>32</sup>. Ou seja, a importância do pesquisador estabelecer a relação “interpretação-ação-imagem” que é imprescindível para a compreensão da dimensão ideológica que carrega uma fonte primária.

Um elemento importante dentro da representação dita por Chartier é a memória. Sabina Loriga trata de memória como recordações, esquecimentos e silêncios de situações pessoais ou coletivas que ocorreram no passado, podendo ser classificadas como memória individual ou coletiva. A autora

---

<sup>30</sup> KOSSOY, Boris. **Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo**. Cotia – São Paulo: Ateliê Editorial. 2007. p.31.

<sup>31</sup> MAUAD, 1995, p.06.

<sup>32</sup> CHARTIER, 2010, p.21.

também alerta que o ato de recordar envolve várias habilidades cognitivas de rememoração de eventos específicos, marcantes e contextualizados no tempo e no espaço.<sup>33</sup> É importante destacar que assim como a memória tem papel chave dentro dos costumes e ações coletivas, o esquecimento também pode ser muito revelador. Os acontecimentos que ficam à margem, e não são lembrados, podem ter um propósito para terminarem assim.<sup>34</sup>

Jacques Le Goff discorre sobre a memória e sua importância dentro dos processos históricos. Segundo o autor, o processo da memória no homem faz intervir não apenas na ordenação dos vestígios, mas também na releitura desses vestígios, e assim, para o pesquisador entender o conceito de memória é crucial.<sup>35</sup>

Finalmente, os psicanalistas e os psicólogos insistiram, quer a propósito da recordação, quer a propósito do esquecimento (nomeadamente no seguimento de Ebbinghaus), nas manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura, exercem sobre a memória individual. Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.<sup>36</sup>

Ao relacionar a memória e a imprensa, Le Goff cita Leroi-Gourhan, que afirmou que até a chegada da imprensa, era difícil distinguir entre a transmissão oral e a escrita. Com a disseminação do impresso, não apenas o leitor é colocado na presença de uma memória coletiva, mas é constantemente posto em situação de explorar novos textos. Têm-se início assim, à exteriorização progressiva da memória individual. O autor também trata de uma manifestação importante para a evolução da memória coletiva dentro de um evento do século XIX: a fotografia. A fotografia chega para revolucionar a

---

<sup>33</sup> LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques. (Org.) **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 225-249.

<sup>34</sup> É importante ter sempre em mente que as fontes encontradas nessa pesquisa (as fotografias) não serão vistas como uma reprodução fiel da realidade (como será melhor discutido a seguir), mas sim como produções simbólicas de uma realidade em que os atores e grupos políticos vivenciaram, e moldaram.

<sup>35</sup> LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990, p.243.

<sup>36</sup> LE GOFF, 1990, p. 245.

memória já que é responsável por multiplicá-la e democratizá-la, e sugere uma precisão da verdade que nunca havia sido vista, permitindo ainda guardar a memória de um momento captado diante da evolução do tempo.<sup>37</sup>

A chegada da Revolução Industrial trouxe consigo inúmeras invenções que transformaram o cotidiano social do século XIX mostrando que o crescimento tecnológico estava apenas no seu início. Uma dessas invenções, a fotografia, ganhou destaque e caiu no gosto popular. Seu avanço contínuo fez com que uma câmara que captava a luz do sol para formar uma imagem, desse lugar para aparelhos modernos, menores e pessoais<sup>38</sup>. O consumo crescente da ferramenta fez com que seu aperfeiçoamento gradativo acontecesse de maneira veloz.

O surgimento da fotografia ocorre em 1830 com a mistura de três elementos: a técnica, a oportunidade e o engenho.<sup>39</sup> Daguerre e Niépce podem ser exemplos dessa união, sendo um responsável pelos meios técnicos de fixar a imagem em um suporte concreto, enquanto o outro buscava o controle que a ilusão da imagem poderia gerar dentro da área do entretenimento. Ainda nesse início o ato de fotografar necessitava de uma máquina cara e incômoda, que apenas poucos admiradores ricos possuíam. As primeiras câmeras - construídas na França e Inglaterra no início da década de 1840 - eram manuseadas somente pelos seus inventores e por um seleto grupo de entusiastas. Não haviam fotógrafos profissionais e, menos ainda, amadores. Sendo assim, a fotografia em si não possuía uma utilidade social definida no

---

<sup>37</sup> LE GOFF, 1990, p.467.

<sup>38</sup> O funcionamento da câmera fotográfica era baseado em um princípio relativamente simples. Era composta, basicamente, de uma caixa escura que possuía, em um dos lados internos, um filme, ou qualquer superfície sensível à luz e, no lado oposto, uma pequena abertura. A luz proveniente de um objeto qualquer entra pela abertura, por meio de uma lente que projeta sobre o filme a imagem invertida desse objeto. Todas as câmeras analógicas, da mais antiga a mais moderna, funcionam dessa maneira. No início da utilização, as chapas fotográficas eram pouco sensíveis e necessitavam de muitos minutos expostas à luz para captar a imagem. Ao longo do tempo foram desenvolvidos elementos que fizeram essas chapas mais sensíveis, e as novas câmeras receberam elementos e mecanismos de controle da luz mais avançados, ganhando assim, mais eficiência no registro de imagens em geral. Ver mais em: MAUAD, Ana Maria. **Sob o signo da Imagem**. Niterói - Rio de Janeiro. 1990, p.86.

<sup>39</sup> Duas invenções preliminares foram determinantes para o nascimento da fotografia em si. O primeiro, proveniente da ótica, foi um dispositivo de captação de imagem, e o segundo, vindo da química, foi a descoberta da sensibilização à luz de certas substâncias à base de sais de prata. DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios** – Campinas, São Paulo: Papyrus, 1993, p.129.

início de seu aparecimento. Apenas com o desenvolvimento da técnica, e com o advento da industrialização, os aparelhos foram se multiplicando e se tornando familiar aos cidadãos.<sup>40</sup>

El retrato fotográfico corresponde a una fase particular de la evolución social: el ascenso de amplias capas de la sociedad hacia un mayor significado político y social. Los precursores del retrato fotográfico surgieron en estrecha relación con esa evolución.<sup>41</sup>

Como exemplo de um forte impulso no uso massivo da fotografia, estão as chamadas “cartes de visite”. O francês André Disdéri muda-se do interior da França para Paris na tentativa de enriquecer e foi um dos primeiros a perceber que, já que a fotografia era muito custosa e inacessível a maioria da população, ele poderia ganhar dinheiro através desse novo dispositivo, se o explorasse da maneira certa. Criou a ‘carte de visite’ na tentativa de ampliar o campo de ação dos retratos fotográficos usando como recurso técnico o negativo de vidro em colódio úmido junto uma cópia em papel albuminado. Disdéri constatou que para ter sucesso ele deveria desprender menos tempo durante revelação – e para isso deveria diminuir o tamanho das imagens reveladas -, ajustando-as às necessidades da sociedade. Desse modo, o preço diminuiria enquanto os clientes aumentavam. Os novos retratos eram produzidos medindo 5 x 9 centímetros, e eram revelados em série, ou seja, a utilização de lentes múltiplas fazia com que o cliente saísse do ateliê com uma série de fotografias idênticas, podendo até mesmo encomendar mais cópias posteriormente. A partir de então era mais fácil possuir sua fotografia pessoal, e logo, a importância do zelo pela imagem que se quer retratar, cresce.<sup>42</sup>

Como o próprio nome diz, ela é um “cartão de visita”. É dada como lembrança e, muitas vezes, trocada entre as pessoas. Uma das principais inovações das cartes de visite é o retrato de ‘corpo inteiro’, onde se unem realismo e idealização. Estes retratos são a forma mais completa de junção da série de elementos mobilizados na elaboração da cena fotográfica. São também neles que os clientes podem

<sup>40</sup> SONTAG, Susan. **Ensaio sobre fotografia**. Lisboa: Dom Quixote. 1986 p.17.

<sup>41</sup> FREUND, Gisèle. **La fotografia como documento social**. G. Gili – Barcelona. 5.ed. 1993. p.13. “O retrato fotográfico corresponde a uma fase particular da evolução social: a ascensão de diversas classes da sociedade até alcançarem um maior significado político e social. Os precursores do retrato fotográfico surgiram em uma estreita relação com essa evolução” – Tradução Nossa.

<sup>42</sup> LEITE, Marcelo Eduardo. As fotografias cartes de visite e a construção de individualidades. In: **Revista Interim**. Curitiba, Volume: 11, número: 1, jan./jun. 2011.

introduzir a sua própria indumentária, trazendo desde objetos cotidianos à roupa do dia-a-dia, podendo ostentar traços da moda desejada, já que os ateliês oferecem vestimentas, muitas vezes inacessíveis aos clientes. A verdade é que estas pessoas procuram, por meio desses objetos, contar a sua própria história: muitos querem ser retratados com as suas ferramentas de trabalho, com seu ícone pessoal. Estes retratos agregam os fragmentos da personalidade do indivíduo, que são incorporados e reincorporados na sala de poses, que é o local onde se estabelece a construção individual.<sup>43</sup>

Ao longo do século XIX, a fotografia toma seu lugar nesse mundo das imagens, ao qual vem alterar de forma radical o contexto da Revolução Industrial ou Revolução Técnico-Científica. De um lado, a fotografia veio responder a uma demanda crescente de imagens e de auto representação da burguesia em ascensão, buscando uma forma de fabricar imagens rápidas e fiéis ao seu referente. Em outro lado, o drástico processo de urbanização criou a necessidade de controlar e disciplinar um contingente diversificado de sujeitos em uma sociedade de massa, criando a foto de identificação: pessoal e responsável pela representação da individualidade de cada cidadão<sup>44</sup>. Gerou-se assim uma comoção no meio artístico, que via o papel da arte sufocado pela técnica fotográfica (que pela capacidade de reproduzir o real por meio de aparatos técnicos, deixava em segundo plano qualquer tipo de arte antes valorizada, como a pintura).<sup>45</sup>

A priori, os fotógrafos diziam que as câmeras eram máquinas que copiavam o que estava à frente da lente, e apesar de eles próprios operarem essas máquinas, agiam como se não fossem responsáveis pela imagem final obtida. “O fotógrafo era visto como um observador agudo e isento – um escritor, não um poeta”. Contudo, com o passar do tempo, descobriu-se que ninguém era capaz de tirar duas vezes uma foto do mesmo objeto, e assim, mudava-se a suposição de que as câmeras formavam imagens impessoais e objetivas, para uma ideia de que as fotos traziam indícios não só do que existe no primeiro plano mas que, além disso, existia uma ‘visão fotográfica’ que era

---

<sup>43</sup> LEITE, 2011, p.2-3.

<sup>44</sup> MONTEIRO, Charles. Imagens da cidade de Porto Alegre nos anos 1950: a elaboração de um novo padrão de visualidade urbana nas fotorreportagens da Revista do Globo. In: **Fotografia, história e cultura visual: pesquisas recentes**. MONTEIRO, Charles (Org.) – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2012. p.11.

<sup>45</sup> MAUAD, 1995, p.02.

tanto um novo modo dos espectadores verem o mundo, como uma nova atividade profissional a se desempenhar.<sup>46</sup>

A massificação da fotografia, também, foi responsável pela sua rápida absorção pelos usos racionais, ou seja, a apropriação de seu uso por instituições de controle, como a família e a política.

[...] é que a fotografia, antes de qualquer outra consideração representativa, antes mesmo de ser uma imagem que reproduz as aparências de um objeto, de uma pessoa ou de um espetáculo do mundo, é em primeiro lugar, essencialmente, da ordem da impressão, do traço, da marca e do registro. Nesse sentido, a fotografia pertence a toda uma categoria de 'signos' chamados pelo filósofo e semiótico americano Charles Peirce de 'índice' por oposição a 'ícone' e 'símbolo'.<sup>47</sup>

A fotografia pode ser considerada recordação, arte, e também documento. Esse último aspecto acontece gradativamente, quando durante um processo, é dado às fotografias o título de fonte histórica, usando-as como meio para desvendar e conhecer o passado. Para alcançar o ponto de ser reconhecida como fonte, a fotografia enfrentou algumas dificuldades, como por exemplo, a nossa cultura. Mesmo considerando a sociedade pós-moderna uma civilização da imagem, ainda existe uma forte amarra junto à tradição escrita como forma principal de transmissão do saber, e assim, a imagem acaba por ser vista com restrições e medos. Outro motivo é a desconfiança perante o novo, ou seja, existiu uma relutância em aceitar, analisar e interpretar uma informação quando essa se encontrava em um sistema codificado de signos diferente dos tradicionais da comunicação escrita. A análise de uma fotografia não é idêntica às análises textuais, ela requer novas abordagens e métodos.<sup>48</sup>

Para aceitar a fotografia como documento é preciso tomar essa palavra no seu sentido mais amplo, englobando documentos escritos, imagéticos, sonoros e diversos outros. Desde a última década do século XX, quando a Nova História Cultural começava a emergir junto com a volta da História Política, uma parte significativa dos objetos historiográficos e das temáticas interessantes aos pesquisadores conciliava ambas as partes em uma área de

---

<sup>46</sup> SONTAG, Susan. **Sobre Fotografia**. São Paulo - SP. Cia das Letras. 2004, p.105.

<sup>47</sup> DUBOIS, 1993, p.61.

<sup>48</sup> KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 4.ed. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2012, p.32

análise. A nova maneira de pesquisar passou a juntar áreas distintas de conhecimento em uma mesma lente, e prestar atenção aos detalhes neles contidos. Tratando dessa perspectiva, Peter Burke<sup>49</sup> apresenta o conceito “cultura política”, que se faz necessário para unir esses dois domínios, colocando no centro da questão as atitudes ou noções políticas de grupos distintos, e as maneiras pelas quais essas atitudes são transmitidas. Já na década de 1960 o vocábulo começou a ser utilizado, mas, foi no final de 1980, a partir das novas abordagens, que ele ganhou relevância.

Interdisciplinaridade, novas fontes, novas lentes, novos personagens, novas abordagens dentro do campo acadêmico, e uma vertente pronta para ser utilizada: a mídia. Ao destacar que diversos temas importantes ainda continuam esperando o interesse de algum pesquisador, Burke afirma que os elos existentes entre a política e mídia ainda era um caminho pouco explorado no século XX, e que muito tinha a oferecer. A cultura da notícia - como o historiador conceitua - pode ser rica em informações tanto cultural, quanto políticas.<sup>50</sup>

A fotografia, no meio dessa nova abordagem entre cultura e política, cresce junto à outras fontes que antes eram marginalizadas. A partir de então ela não é mais apenas uma ilustração junto de um texto, ela ganhou vida e destaque, e quando é inserida em um veículo informativo, cheio de parcialidade e denotações, sua representação cresce.

As fontes fotográficas são uma possibilidade de investigação e descoberta que promete frutos na medida em que se tentar sistematizar suas informações, estabelecer metodologias adequadas de pesquisa e análise para a decifração de seus conteúdos e, por consequência, da realidade que os originou.<sup>51</sup>

Apesar do ganho de credibilidade de uma fotografia como fonte atualmente, é preciso conhecer suas particularidades. Primeiro, é importante levar em consideração o que está além da fotografia, como por exemplo, o contexto em que ela se apresenta. O que uma fotografia não mostra é tão relevante quanto o que está em sua superfície. Existe uma relação entre o que

---

<sup>49</sup> BURKE, Peter. **O que é história cultural?** – Tradução: Sérgio Goes de Paula – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p.137.

<sup>50</sup> Ibidem, 2005, p.138.

<sup>51</sup> KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 4.ed. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2012, p.34

está fora da margem fotográfica, com o que está dentro dela. O espaço “off” - não encontrado no recorte fotográfico - ao mesmo tempo que é ausente do campo da representação, não deixa de existir dentro do aspecto maior, além das fronteiras do que é mostrado pela fotografia, até porque, ele estava presente no momento em que se deu a foto, apenas não pode ser visto por aquela moldura escolhida. “Qualquer fotografia, pela visão parcial que nos apresenta, duplica-se assim necessariamente de uma presença invisível, de uma exterioridade de princípio, significada pelo próprio gesto de recorte que o ato fotográfico implica”.<sup>52</sup>

Uma dúvida recorrente é qual o sentido de se compreender a fotografia, por que elas ganharam importância como fontes e documentos? É preciso perceber o papel cultural da fotografia, e de como sua circulação aumentou seu poder de informação e desinformação, sua capacidade de emocionar e transformar, de denunciar e manipular. A fotografia se transformou em instrumento de controle e de poder. “As imagens estão diretamente relacionadas ao universo das mentalidades, e sua importância cultural e histórica reside nas intenções, usos e finalidades que permeiam sua produção e trajetória”.<sup>53</sup>

Walter Benjamin<sup>54</sup>, ao falar da fotografia e de seu papel social, cita Lichtwark que em 1907 já mostrava indícios da importância dessa ferramenta quando afirmou que nenhuma obra de arte era contemplada de maneira tão atenta como a imagem fotográfica de nós mesmos, de parentes próximos e de pessoas que despertam nossa atenção. Essas pessoas podem, também, ser políticos, já que o grupo do poder sabe da importância de ser visto e de se deixar transformar pelos veículos de comunicação, de serem atores no palco político.

O sentido dessa transformação é o mesmo no ator do cinema e no político, qualquer que seja a diferença entre suas tarefas especializadas. Seu objetivo é tornar mostráveis, sob certas condições

---

<sup>52</sup> DUBOIS, 1993, p.180.

<sup>53</sup> KOSSOY, Boris. **Os tempos da fotografia** : o efêmero e o perpétuo. 2.ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007, 174 p, p.32.

<sup>54</sup> BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura; tradução Sérgio Sampaio Rouanet – 7.ed. – São Paulo: Brasiliense, 1994, p.103.

sociais, determinadas ações de modo que todos possam controlá-las e compreendê-las. Esse fenômeno determina um novo processo de seleção, uma seleção diante do aparelho, do qual emergem, como vencedores, o campeão, o astro e o ditador.<sup>55</sup>

No início do desenvolvimento da fotografia, ainda com a câmera escura, o artista por trás da máquina era o responsável por comandar o processo de criação com o objeto que se encontrava a sua frente. Toda imagem fotográfica é originada após a decisão de certo indivíduo que se encontra empenhado a congelar em imagem um aspecto fixo do real (encontrados em época e lugar determinados). Para Susan Sontag, uma fotografia se encontrava além de uma imagem congelada, ou uma interpretação momentânea, ela representava rastros de um lugar, de pessoas e objetos. “A fotografia não é simplesmente uma imagem ou uma interpretação do real, é também um vestígio, algo diretamente tirado do real, como uma pegada”.<sup>56</sup>

A questão de até aonde o fotógrafo influencia na imagem captada é delicada, e já foi debatida algumas vezes. Mesmo que o profissional tente intervir delicadamente para preparar e orientar o processo de criação de imagem, o ato em si continua como um processo óptico-químico (e agora eletrônico), que vai retratar mapas do real. Por mais que seja possível compreender seu ponto de vista, levaremos a frente as ideias do historiador Boris Kossoy, de que a função do fotógrafo como um editor e selecionador do que será visto pelo olhar da câmera, é fundamental no processo fotográfico.

O produto final, a fotografia é, portanto resultante da ação do homem, o fotógrafo, que em determinado espaço e tempo optou por um assunto em especial e que, para seu devido registro, empregou os recursos oferecidos pela tecnologia.<sup>57</sup>

Até o produto final da fotografia ser alcançado, existem diversos processos e escolhas culturais que rodeiam sua produção. Ainda, tratando-se do fotógrafo, antes de realizar a fotografia em si ele precisa decidir realizar a foto, depois escolher seu sujeito, o tipo de aparelho que usará a lente que melhor se encaixa no seu objetivo final, onde estará o foco, e quando

---

<sup>55</sup> BENJAMIM, 1994, p.183.

<sup>56</sup> SONTAG, 2004, p.170

<sup>57</sup> KOSSOY, 2012, p.39.

acontecerá o momento decisivo do disparo. Após o clique feito, ele ainda deve escolher o tipo do papel, o formato, fazer o processo químico de revelação, e como a foto será utilizada: do álbum de família à foto da imprensa.<sup>58</sup>

Uma questão constante que envolve a fotografia e a história é compreender em que momento as duas áreas entram em contato, e até que ponto uma influencia ou é influenciada pela outra. O ato do registro fotográfico tem em seu desenrolar um momento histórico específico, sendo caracterizado por um dado contexto econômico, social, político, religioso e etc. Cada fotografia traz em si rastros acerca de sua elaboração material (a tecnologia usada), absorvendo também fragmentos do real (o assunto registrado). “Toda fotografia tem atrás de si uma história”.<sup>59</sup>

Ao falar sobre fotografias, Roland Barthes cita uma experiência pessoal em que olha fotografias antigas de sua mãe falecida e diz que sentia uma mistura de sentimentos familiares ao vê-la com roupas antigas, de épocas em que ele nem mesmo era nascido. A ponte que uma fotografia pode representar entre o que aconteceu no passado, e o presente, é fonte de conhecimento da história já vivida. Com relação a muitas fotos, o que nos separa delas é a história.<sup>60</sup>

Quaisquer que sejam os conteúdos das imagens devemos considerá-las sempre como fontes históricas de abrangência multidisciplinar. Fontes de informação decisivas para seu respectivo emprego nas diferentes vertentes de investigação histórica, além, obviamente, da própria história da fotografia. As imagens fotográficas, entretanto, não se esgotam em si mesmas, pelo contrário, elas são apenas o ponto de partida, a pista para tentarmos desvendar o passado. Elas nos mostram um fragmento selecionado da aparência das coisas, das pessoas, dos fatos, tal como foram congelados num dado momento de sua existência.<sup>61</sup>

Na tentativa de tentar compreender seu contexto, a fotografia lança como desafio ao historiador o descobrimento do que não foi revelado nitidamente, dos traços que se encontram além das imagens salvas pelas lentes. Para alcançar o que não foi imediatamente revelado nas fotografias, há

<sup>58</sup> DUBOIS, 1993, p.85.

<sup>59</sup> KOSSOY, 2012, p.47.

<sup>60</sup> BARTHES, Roland. **A câmara clara**: notas sobre a fotografia. Tradução de Julio Castañon Guimaraes – Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1984, p.96.

<sup>61</sup> KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. 3.ed. – Cotia - São Paulo: Ateliê Editorial. 2002, p.21.

que se analisar as relações existentes entre signo e imagem, e colocá-la dentro de um panorama cultural no qual foi pensada e produzida, tentando entendê-la como uma escolha feita de acordo com uma visão de mundo determinada.<sup>62</sup>

Na sua condição de documento, a fotografia é fixa, porém, ela também é dona de uma realidade particular que não precisa necessariamente corresponder à realidade que envolve o assunto ou objeto do registro. Existe uma realidade da representação, e essa realidade foi construída, codificada, e montada de maneira sedutora para o espectador que a vê.<sup>63</sup>

No processo de análise fotográfica o historiador precisa buscar informações a respeito da atuação profissional do fotógrafo, se esse era dono de um ateliê, qual era seu público-alvo, se trabalhava por encomenda para alguma empresa determinada, qual classe social pertencia, e os valores que cobrava de seus clientes. Outra variável importante são os equipamentos e às técnicas utilizadas, como o tipo de câmera, o negativo, as lentes, a forma de revelação, os formatos das fotografias. Por último o assunto deve ser abordado no seu tempo e gênero específico, se é um retrato, vistas urbanas, cartão-postal, álbum de família, último retrato ou fotorreportagem.<sup>64</sup>

[...] o assunto tem uma lógica própria que extrapola os quadros da imagem fotográfica, sendo necessário, para discutir um determinado tipo de fotografia, compreender o percurso histórico do assunto: seja o das formas de representação do poder da classe dominante, do jogo político ou da cidade.<sup>65</sup>

Olhar para uma fotografia que retrata o passado, é também refletir sobre o caminho que ela percorreu e, de acordo com Kossoy<sup>66</sup>, é possível definir três estágios que marcam sua existência: a intenção, a materialização e o caminho. O primeiro estágio compreende a intencionalidade de se fazer uma fotografia – pode ser uma decisão do fotógrafo, que se motivou a registrar tal momento, ou uma terceira pessoa que pediu ao profissional uma determinada imagem. Em

---

<sup>62</sup> MAUAD, Ana Maria. **Sob o Signo da Imagem: a produção da Fotografia e o Controle dos Códigos de representação Social da Classe Dominante**, no Rio de Janeiro, na Primeira Metade do Século XX. Tese apresentada ao curso de Mestrado em História da Universidade Federal Fluminense como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre. Rio de Janeiro, 1990, p.11.

<sup>63</sup> KOSSOY, 2002, p.22.

<sup>64</sup> MONTEIRO, 2012, p.14.

<sup>65</sup> Ibidem. p.14.

<sup>66</sup> KOSSOY, 2012, p.47.

segundo lugar está a parte tecnológica, que é o ato do registro em si e que somente existe graças ao desenvolvimento tecnológico e à materialização da fotografia. Por último, encontra-se o caminho percorrido por esta fotografia (todas as mãos por onde passou, as emoções que despertou, os meios em que foi inserida e por que motivo, os álbuns que a guardavam).<sup>67</sup>

O percurso de uma fotografia, também, é lugar de memória, já que ela guarda evidências desse caminho. A memória é um elemento essencial dentro da construção de uma identidade (individual ou coletiva), para um ator político. A memória coletiva não é apenas uma conquista, ela é também um instrumento e um objeto de poder. É um processo de dependência em cadeia: as fotografias são grandes partes da construção da memória coletiva, e essa memória coletiva pode ser ferramenta de controle nas mãos dos grupos dominantes<sup>68</sup>. No caso da Revolução de 1930, analisada na pesquisa, era necessário deixar ao esquecimento a ordem política e social anterior, e criar uma nova memória coletiva de acordo com os desejos e pensamentos revolucionários. Imagens mostrando a vitória do “movimento revolucionário”, e a adesão dos cidadãos nas ruas era o começo desse novo tempo que vinha surgindo, como mostra a imagem a seguir:

---

<sup>67</sup> KOSSOY, 2012, p.47.

<sup>68</sup> LE GOFF, 1990, p.477.



Fotografia 1: O Movimento Revolucionário no Espírito Santo

A fotografia acima, publicada na Revista Vida Capichaba dia 20 de novembro de 1930, apresenta como título: “*O Movimento Revolucionário no Espírito Santo*”, e como legenda: “*Um aspecto da manifestação do povo de Victória à Junta Governativa do Estado, no dia 24 de outubro último, após a confirmação da victoria do movimento revolucionário no Rio*”. É possível notar homens, fardados ou não, em algum local público da cidade, com bandeiras, saudando a revolução que chegava.<sup>69</sup>

É importante olhar a fotografia como o resultado de uma combinação de expressão e conteúdo que envolve três componentes: o autor, o texto e um observador. Cada um desses elementos compõe o resultado final, já que todo produto cultural envolve um local de produção e um produtor - responsável por manipular técnicas e possuidor de um saber específico à sua atividade -, um leitor ou destinatário – o sujeito cujas respostas estão diretamente ligadas às programações sociais de comportamento do contexto histórico que está inserido – e um significado. Tratando-se da fotografia, o papel do autor é dado

---

<sup>69</sup> Revista Vida Capichaba, 20 de Novembro de 1930, Número 251, Ano VIII.

ao fotógrafo, que pode ser profissional autônomo, contratado da imprensa, fotógrafo oficial ou até mesmo amador.<sup>70</sup>

Ainda assim, o controle de uma câmara fotográfica impõe uma competência mínima, por parte do autor, ligada fundamentalmente à manipulação de códigos convencionalizados social e historicamente para a produção de uma imagem possível de ser compreendida. No século XIX, este controle ficava restrito a um grupo seletivo de fotógrafos profissionais que manipulava aparelhos pesados e tinha de produzir o seu próprio material de trabalho, inclusive a sensibilização de chapas de vidro. No início do século XX, já era possível contar com as indústrias Kodak e a máxima da fotografia amadora: “You press the button, we do the rest”.<sup>71</sup>

Kossoy afirma que toda fotografia é um resíduo do passado<sup>72</sup>, e assim também será considerado no trabalho. De um lado, a fotografia nos oferece indícios a respeito dos elementos que a constituem, como por exemplo, o assunto, o fotógrafo e a tecnologia utilizada e, de outro lado, o registro congelado capta um balanço de informações sobre aquele preciso fragmento de espaço/tempo retratado.

Tais informações visuais que aparecem no fato retratado da fotografia é, a priori, sempre verdadeiro e nunca colocado em dúvida. Sua fidedignidade é geralmente aceita, e isso é proveniente do grau de credibilidade que uma fotografia sempre trouxe consigo. Se a fotografia é o congelamento de um momento, ela retrata de fato, o que acontecia no exato minuto em que tal ocasião era captada pela câmera. “As fotografias fornecem provas. Qualquer coisa de que se ouve falar, mas de que se duvida, parece ficar provado graças a uma fotografia”.<sup>73</sup>

A certeza de que a fotografia traz em si uma verdade inquestionável é um perigo que vem sendo desconstruído. Ao olhar uma fotografia é preciso ter olhos questionadores e indagar a intencionalidade da foto, o que está além do quadro expresso imediatamente. “Decorre desta certeza universal um corolário perigoso: tudo o que a fotografia registrou é verdadeiro”.<sup>74</sup>

---

<sup>70</sup> MAUAD, 1995, p.08.

<sup>71</sup> Ibidem, p.08.

<sup>72</sup> KOSSOY, 2012, p.47.

<sup>73</sup> SONTAG, 1986, p.15.

<sup>74</sup> KOSSOY, 2012, p.115.

Desde a entomologia até os estudos das características físicas de criminosos, a fotografia foi utilizada como prova infalsificável. No plano do controle social a imagem fotográfica foi associada à identificação, passando a figurar, desde o início do século XX, em identidades, passaportes e os mais diferentes tipos de carteiras de reconhecimento social. No âmbito privado, através do retrato de família, a fotografia também serviu de prova. O atestado de um certo modo de vida e de uma riqueza perfeitamente representada através de objetos, poses e olhares.<sup>75</sup>

Existe mais informação entre o espectador e uma imagem, do que os olhos enxergam na superfície. A fotografia é, também, uma construção do vivido, o resultado de um ato de investimento de sentido, e ainda uma leitura do real feita com ajuda de recursos e regras que envolvem, inclusive, o domínio de uma técnica específica.<sup>76</sup>

Analisando a fotografia como uma construção, e tendo em mente seu poder simbólico de construção de memória coletiva, é possível assegurar sua importância aos detentores do poder quando consideramos esse universo político como uma grande encenação. Para Georges Balandier, o político em si pode ser tratado como palco em diversas maneiras. O líder transforma-se em ator, e a sociedade em plateia, forçando assim a fabricação de personagens e contextos. O imaginário pode iluminar o fenômeno político e “[...] todo sistema de poder é um dispositivo destinado a produzir efeitos entre os quais os que se comparam às ilusões criadas pela ilusão do teatro”.<sup>77</sup>

O líder, como ator político, é responsável por comandar o real através do imaginário. Ele pode, inclusive, manter-se em uma ou outra cena, governar, e produzir um espetáculo, e para alcançar sua eficácia máxima, utiliza-se de meios espetaculares para marcar sua entrada na história, com comemorações.<sup>78</sup> Ao mudar os rumos que estavam sendo seguidos, a Revolução de 1930 necessitava transformar também a história contada nos palcos da política brasileira. Ela mudou os atores principais, e aproveitou dos ditos meios espetaculares para deixar claro sua vitória. Em Vitória,

---

<sup>75</sup> MAUAD, 1995, p.03.

<sup>76</sup> Ibidem, p.03.

<sup>77</sup> BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Coimbra: Ed. Minerva, 1999, p.06.

<sup>78</sup> BALANDIER, 1999, p. 10.

comemorações foram registradas e publicadas, mostrando a sociedade indo até os locais públicos saldar a nova ordem instalada.



Fotografia 2: Inauguração Praça João Pessoa

A foto acima mostra um grupo de pessoas no dia 13 de novembro de 1930, assistindo à cerimônia de inauguração das placas da Praça João Pessoa que, de acordo com a Revista Vida Capichaba, ganhou esse nome devido aos pedidos feitos pelos capixabas a prefeitura, ou seja, ao terminar a Revolução uma praça da capital ganha um memorial e é batizada com o nome de uma figura importante para a vitória do movimento<sup>79</sup>, e reúne centenas de pessoas para participar desse momento.<sup>80</sup> Podemos associar este acontecimento às ideias de Balandier, que trata da representação cênica, e do grande teatro do

---

<sup>79</sup> João Pessoa foi governador da Paraíba e grande aliado de Getúlio Vargas antes da Revolução de 1930. Tinha uma imagem forte no nordeste, e era considerado um administrador eficiente e justo (que usava uma vassoura como símbolo de limpeza e purificação da vida pública). Aceitou ser vice de Getúlio na corrida eleitoral de 1930 pela Aliança Liberal, e conseguiu grande apoio durante suas viagens pelo país. Porém, em 26 de julho de 1930, foi assassinado com um tiro no peito e outro nas costas, tornando-se um mártir da revolução e sum símbolo da necessidade de mudança política. NETO, Lira. **Getúlio** (1882 – 1930): dos Anos de Formação à Conquista do Poder. 1.ed., vol. I, São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

<sup>80</sup> Revista Vida Capichaba, 13 de Novembro de 1930.

poder recorrente no campo político. Uma nova fase política, precisa ressaltar seus heróis e celebrar suas conquistas junto ao povo.

Como já dito, de um lado a fotografia tem valor incontestável ao conter fragmentos visuais de um momento, e de outro, a fotografia sempre se prestará aos mais distintos usos dirigidos. Distintas ideologias, onde quer que se apresentem, sempre tiveram na imagem fotográfica um poderoso instrumento para a veiculação das ideias, e conseqüentemente, a formação e manipulação da opinião pública – especialmente a partir do momento em que a tecnologia da indústria gráfica avançou, possibilitando a multiplicação massiva de imagens através dos meios de comunicação. A manipulação torna-se possível em função da já dita credibilidade que as imagens possuem perante as massas, sendo aceitas e assimiladas como a expressão da verdade. São muitos os exemplos de utilização da fotografia nesse sentido, como a veiculação da propaganda política, dos preconceitos raciais e religiosos, e outros.<sup>81</sup>

É necessário ter sempre em mente que manipulações e interpretações de diferentes naturezas acontecem ao longo da vida de uma fotografia, desde o momento em que foi materializada, até seu uso em outros meios. Essas interpretações ou manipulações estão presentes no olhar do criador da fotografia, que escolhe determinado ângulo, posição da câmera e hora de fotografar, da pessoa que contrata o profissional fotográfico e determina o que deseja retratar, ou também do veículo que vai publicar a imagem e dos diferentes receptores que receberão a mensagem de maneiras distintas.<sup>82</sup>

“Deve-se, entretanto, ter em mente que o assunto registrado mostra apenas um fragmento da realidade, um e só um enfoque da realidade passada: um aspecto determinado”.<sup>83</sup>

As possibilidades de o fotógrafo interferir na imagem – e portanto na configuração própria do assunto no contexto da realidade – existem desde a invenção da fotografia. Dramatizando ou valorizando esteticamente os cenários, deformando a aparência dos seus retratados, alterando o realismo físico da natureza e das coisas,

---

<sup>81</sup> KOSSOY, Boris. Estética, Memória e Ideologia Fotográficas: Decifrando a realidade interior das imagens do passado. In: **Acervo: revista do Arquivo Nacional**. Volume: 6, número: 1-2, jan/dez, 1993, p.14.

<sup>82</sup> KOSSOY, 2012, p.118.

<sup>83</sup> Ibidem. p.119.

omitindo ou introduzindo detalhes, elaborando a composição ou incursionando na própria linguagem do meio, o fotógrafo sempre manipulou seus temas de alguma forma; técnica, estética ou ideologicamente.<sup>84</sup>

Quando observamos uma fotografia, é necessário estar consciente de que a compreensão do real será influenciada por uma ou diversas interpretações anteriores. Por mais “real” que seja a interpretação dos conteúdos fotográficos, o passado será analisado sempre conforme a visão do fotógrafo – que opta por determinados aspectos -, e dos meios que cercam a fotografia. A fotografia ou um conjunto de fotografias somente congelam, nos limites do plano da imagem, pedaços desconectados de um instante de vida das pessoas, coisas, natureza, paisagens urbana e rural. É responsabilidade do intérprete, compreender a imagem enquanto informação descontínua da vida passada, na qual se pretende submergir.<sup>85</sup>

A questão que aparece nesse momento é a do intérprete em si. Quem são as pessoas que recebem as imagens fotográficas, e que condições elas possuem de analisá-las com olhar crítico de um pesquisador? Especificamente na época e local tratado no trabalho - o Espírito Santo da década de 1930 - era composto em sua grande maioria de analfabetos, residentes na área rural e para esse público-alvo a verdade inquestionável contida na fotografia é universal. Esse olhar superficial do receptor facilita o grupo vigente no poder de transmitir uma determinada mensagem sem que seja questionado. As condições dos cidadãos em receber e decodificar as mensagens é crucial, e quando não existe o conhecimento para realizar uma compreensão crítica, quem ganha são os donos do poder.

É importante considerar a fotografia um produto cultural, fruto de trabalho social e produção sócio-cultural. Assim, toda a produção da mensagem fotográfica está ligada aos meios técnicos de produção cultural, e pode contribuir para a veiculação de novos comportamentos e representações da classe que possui o controle dos meios, bem como atuar como um meio de

---

<sup>84</sup> Ibidem, p.119.

<sup>85</sup> KOSSOY, 2012, p.127.

controle social eficaz, através da educação do olhar.<sup>86</sup> “A imagem emerge de uma troca simbólica e de um simulacro fabricado para enfrentar a destruição provocada pela passagem do tempo, agenciar a memória, manter a coesão social e, também, exercer o controle político”.<sup>87</sup>

Como a fotografia é um meio de disseminar comportamentos e ideias, sua composição é cheia de simbolismo e significados múltiplos. Para Pierre Bourdieu o poder simbólico “[...] é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”.<sup>88</sup> Identificar o uso do poder simbólico é compreender o poder que as imagens, os símbolos, possuem, e como é possível se utilizar deles para entrar no imaginário das pessoas e persuadi-las.

Os símbolos e as representações são instrumentos por excelência da integração social. Eles tornam possível o senso comum acerca do sentido do mundo social, e acabam por contribuir de maneira fundamental para a reprodução da ordem social (ordem essa que gira em torno dos desejos do grupo que detém o poder e o controle da sociedade).<sup>89</sup>

Para tratar superficialmente do conceito de representação podemos recorrer à Chartier<sup>90</sup>, que aborda representações como imagens, ideias, signos, símbolos e memórias, sejam individuais ou coletivas. Assim, a preocupação deste autor e, também nossa, é a forma através da qual os indivíduos se apropriam de determinados conceitos, e levam a sociedade a ser persuadidos por eles. Há, portanto, o interesse pelo indivíduo, suas reações íntimas, suas contradições abertas ou encobertas.

Como instrumento da disseminação desse poder simbólico encontramos os meios de comunicação e a imprensa – que para Bourdieu permanecem sempre juntos –, espaço esse onde serão encontradas as imagens do Interventor João Punaro Bley.

---

<sup>86</sup> MAUAD, 1995, p.11.

<sup>87</sup> MONTEIRO, 2012, p.11.

<sup>88</sup> BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p.09

<sup>89</sup> BOURDIEU, 2002, p.10.

<sup>90</sup> CHARTIER, 1990, p.187.

O poder simbólico como poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário.<sup>91</sup>

Bem como outras fontes de informação históricas, as fotografias não podem ser aceitas imediatamente como espelhos fiéis dos fatos.

Assim como os demais documentos elas são plenas de ambiguidades, portadoras de significados não explícitos e de omissões pensadas, calculadas, que aguardam pela competente decifração. Seu potencial informativo poderá ser alcançado na medida em que esses fragmentos forem contextualizados na trama histórica em seus múltiplos desdobramentos (sociais, políticos econômicos, religiosos, artísticos, culturais) que circunscreveu no tempo e no espaço o ato da tomada do registro.<sup>92</sup>

Seguindo essa linha de análise a fotografia não é apenas um documento, mas também é monumento, e como toda fonte histórica, deve ser criticada e analisada tanto externa quanto internamente, para depois ser organizada e entendida.

A fotografia comunica através de mensagens não verbais, cujo signo constitutivo é a imagem. Portanto, sendo a produção da imagem um trabalho humano de comunicação, pauta-se, enquanto tal, em códigos convencionalizados socialmente, possuindo um caráter conotativo que remete às formas de ser e agir do contexto no qual estão inseridas como mensagens.<sup>93</sup>

De acordo com Charles Monteiro<sup>94</sup>, a fotografia é uma convenção do olhar, e uma linguagem de representação e expressão de um olhar sobre o mundo. Assim sendo, as imagens são ambíguas (por sua natureza técnica) e passíveis de múltiplas interpretações (em relação ao meio através do qual elas circulam e do olhar que as contempla). Para a sua interpretação, faz-se necessário a compreensão e a desconstrução do olhar fotográfico por meio de uma discussão teórico-metodológica, que permita elaborar problemas históricos e visuais, no sentido de que a dimensão visual do real possa ser integrada à pesquisa histórica.

---

<sup>91</sup> Ibidem, 2002, p.14.

<sup>92</sup> KOSSOY, 1993, p.14.

<sup>93</sup> MAUAD, 1995, p.11.

<sup>94</sup> MONTEIRO, 2012, p.13.

É comum encontrar erros provenientes da desinformação conceitual quanto aos fundamentos que regem a expressão fotográfica, o que faz com que diversos pesquisadores fiquem apenas no plano iconográfico, sem perceberem a ambiguidade das informações presentes nas representações fotográficas. Como resultado, as imagens do passado são utilizadas somente como ‘ilustrações’ de textos, e o potencial do documento não é explorado, suas informações não são decodificadas, e o olhar permanece no superficial do que é visível.<sup>95</sup>

Os documentos iconográficos nos trazem indícios, vestígios para estudos especializados visando à determinação de datas, técnicas e materiais utilizados em sua produção, bem como para conseguirmos conhecer determinados fatos e situações que teriam ocorrido em épocas precisas. As representações fotográficas possuem informações sobre o dado real, e por isso, são de grande valor para a pesquisa e interpretação nas ciências humanas, exatas e biológicas.<sup>96</sup>

A imagem fotográfica é, portanto, indiciária, na medida em que propicia a descoberta de “pistas de eventos não diretamente experimentáveis pelo observador”. Trata-se dos indícios existentes na imagem, e que, acrescidos de informações de natureza histórica, geográfica, geológica, antropológica, técnica, a carregam de sentido. Um conjunto de informações escritas e visuais que, associadas umas às outras, nos permitem datar, localizar geograficamente, identificar, recuperar enfim, micro-histórias de diferentes naturezas implícitas no documento.<sup>97</sup>

A mesma Revolução Industrial que possibilitou a criação e desenvolvimento da fotografia, também foi responsável pelo desenvolvimento de técnicas comunicacionais que profissionalizaram a impressão e distribuição de meios de comunicação impresso, como jornais e revistas. A importância de se colocar uma fotografia em uma página desses informativos foi grande. A

---

<sup>95</sup> KOSSOY, 1993, p.14.

<sup>96</sup> Como exemplo da importância do uso de fotografias em diversas áreas do saber, Boris Kossoy cita as análises que técnicos da NASA fazem, por meio de fotografias de rochas e solo enviados por um jipe-robô conhecido como Opportunity, e também fotografias registrando os anéis de Saturno, a erosão das rochas, a forma das montanhas e da paisagem em geral, restos arqueológicos e diversos outros cenários que contribuem na recuperação de informações passadas, e também na construção de novos conhecimentos. Ver mais em: KOSSOY, 2007, p.40.

<sup>97</sup> KOSSOY, 2007, p.41.

partir desse momento, muda-se a visão das massas porque até então, o cidadão comum somente poderia visualizar os acontecimentos que ocorriam a sua volta. Com a chegada da difusão das imagens foi possível conhecer o mundo todo e, além disso, iniciava-se um poderoso meio de manipulação e propaganda. “Al abarcar más la mirada, el mundo se encoge. La palabra escrita es abstracta, pero la imagen es el reflejo concreto del mundo donde cada uno vive”.<sup>98</sup>

Diferentes ideologias, em todos os campos, puderam constantemente contar com a fotografia como um poderoso instrumento para a veiculação de ideias e da conseqüente formação e manipulação da opinião pública, ainda mais a partir dos avanços tecnológicos que possibilitaram a multiplicação massiva de imagens através dos meios de informação e divulgação. “[...] a manipulação tem sido possível justamente em função da mencionada credibilidade que as imagens têm junto à massa, para quem, seus conteúdos são aceitos e assimilados como a expressão da verdade”.<sup>99</sup>

Em meio aos diferentes tipos de informação transmitidos pela mídia, as imagens, de maneira geral, constituem um dos pilares da memória e podem, ao mesmo tempo, constituir um instrumento de manipulação política e ideológica. É desse poder em manipular e criar ideologias que a política se apropria das fotografias veiculadas na imprensa como ferramenta de controle social. Para Pierre Bourdieu “a política é o lugar, por excelência, da eficácia simbólica, ação que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos”.<sup>100</sup>

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seio conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierárquicas) e para a legitimação dessas distinções.<sup>101</sup>

---

<sup>98</sup> FREUND, 1993, p.96. “Ao levar o olhar mais para longe, o mundo diminui. A palavra escrita é abstrata, mas a imagem é o reflexo concreto do mundo onde cada um está inserido” – Tradução Minha.

<sup>99</sup> KOSSOY, 2002, p.20.

<sup>100</sup> BOURDIEU, 2002, p.08.

<sup>101</sup> BOURDIEU, 2002, p.10.

O mundo político não é um império imutável, porém o que o faz ser descrito na lógica da oferta e da procura é a desigual distribuição dos instrumentos de produção de uma representação do mundo social elaborada explicitamente, ou seja, o campo político é o lugar onde se constroem produtos políticos, programas, problemas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns devem escolher.

Os personagens políticos encontram-se constantemente na busca simbólica pela conservação ou pela transformação do mundo social através da conservação ou da transformação da visão do mundo social e dos princípios de divisão desse mundo, e quanto mais pessoas conhecerem e legitimarem essa manutenção ou mudança, mais fácil é para os líderes manter-se no poder.

A força das ideias que ele propõe mede-se, não como no terreno da ciência, pelo seu valor de verdade, mas sim pela força de mobilização que elas encerram, quer dizer, pela força do grupo que as reconhece, e que ele pode manifestar recolhendo as suas vozes e unindo-as no espaço.<sup>102</sup>

Bem como as palavras, as imagens também podem sofrer censura e controle, e quem detêm o seu controle, também detêm o poder. A chave para se analisar imagens contidas em um veículo de comunicação é olhar o que está além do quadro retratado, é compreender que os conteúdos imagéticos de um jornal ou revista são frutos de um processo de criação, e constituídos de muitas intenções e filtros.<sup>103</sup>

Desse modo, ao colocar o Interventor capixaba João Punaro Bley como personagem principal das análises fotográficas do trabalho, levantamos a hipótese de que suas constantes aparições na revista Vida Capixaba, durante anos importantes ao longo do seu governo, foram também ferramentas de disseminação de sua imagem e de seus feitos ao longo do Espírito Santo. “Al dirigirse a la sensibilidad, la fotografía está dotada de una fuerza de persuasión, conscientemente explotada por los que la utilizan como medio de manipulación”.<sup>104</sup>

---

<sup>102</sup> CAPELATO, p.185.

<sup>103</sup> KOSSOY, 2007, p.104.

<sup>104</sup> FREUND, 1993, p.187. “Ao tratar da sensibilidade, a fotografia possui uma força de persuasão, conscientemente explorada pelos que a utilizam como meio de manipulação”. – Tradução Nossa.

É possível compreender que a ideologia do poder tem na imagem um poderoso instrumento para veicular suas ideias e para manipular opiniões. Esta questão se relaciona diretamente aos avanços tecnológicos pelos quais passaram os meios de comunicação de massa, resultando na crença de que as imagens representam uma realidade palpável.<sup>105</sup>

Como já dito, uma fotografia pode ser interpretada como resultado de um trabalho social de produção de sentido, sendo guiada por códigos convencionados culturalmente. Com relação ao trabalho, durante a década de 1930 alguns costumes estavam sendo transformados em novos costumes junto à administração recém-implantada, e era preciso tornar o novo em algo comum, trazer o sentimento de familiaridade ao novo governo. “A imagem que se queria era de uma administração dinâmica, em contraste com um pretenso marasmo oligárquico”.<sup>106</sup>

Junto ao contexto histórico e à importância dos meios de comunicação, também podemos destacar a importância da memória como fonte histórica e como fenômeno histórico. Le Goff fala sobre os vínculos e caminhos entre história e memória:

“A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens”.<sup>107</sup>

Tratando-se de poder, esse conceito pode ser analisado como uma probabilidade de impor sua própria vontade dentro de uma relação social, mesmo podendo existir alguma resistência em relação à essa vontade. Já dominação, pode ser descrita como a probabilidade de encontrar obediência a um mandato de determinado conteúdo, entre um grupo de pessoas.<sup>108</sup>

O poder normalmente é tratado como a essência de toda relação desigual. Ele sempre contém normas preestabelecidas dentro dele mesmo,

---

<sup>105</sup> RODRIGUES, p.99

<sup>106</sup> ACHIAMÉ, Fernando. **O Espírito Santo na Era Vargas** (1930 – 1937) – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p.169

<sup>107</sup> LE GOFF, 1994, p.477.

<sup>108</sup> WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. Volume 2 – Editora Universidade de Brasília-São Paulo. 2004, p.43.

porém, é importante destacar que a capacidade e a possibilidade de mandar por si próprio é insuficiente. Quem tem o poder deseja exercê-lo, sonha em ser obedecido, mas, não existe poder sem a correspondente obediência à ele. Esta obediência é outro elemento encontrado nas relações desiguais e ajuda a descrever, junto com ao poder do líder, um contexto concreto no qual se desenvolvem as relações sociais.<sup>109</sup>

El punto de partida para el análisis del poder es la existencia de una relación colectiva entre el líder y sus seguidores que tiene un carácter desigual, relación que además señala la presencia de un eje con dos elementos: el mandato y la obediencia. Estos elementos se convierten en premisas ineludibles que caracterizan toda relación de poder. El líder es aquel que manda o desarrolla un conjunto de estrategias para ser obedecido y es por esto que las masas estarán siempre enajenadas con respecto al líder, pues renunciarán a una parte de sí mismas hasta someterse obedientemente.<sup>110</sup>

Como conceito de política, para Azambuja, política é “ [...] liderança ou a influência sobre a liderança de uma associação política, e daí hoje, de um Estado”<sup>111</sup>, e também: “[...] a participação no poder ou a luta para influir na distribuição de poder, seja entre Estados ou entre grupos dentro de um Estado”.<sup>112</sup>

O Estado - da mesma maneira que todas as outras associações políticas que existiram antes de sua consolidação - é estabelecido sobre uma relação de dominação entre homens (e que pode ser dada até mesmo através da violência dita legítima), no qual um grupo busca alcançar o poder. A existência desse Estado é dependente da aceitação dos dominados, que reconhecem e legitimam o poder de quem os domina.<sup>113</sup>

<sup>109</sup> ROCABADO, Franco Gamboa. **Recorridos Profanos del Liderazgo: miradas críticas em torno al líder, poder y carisma**. Editora Muela de Diablo, Bolivia, 2007, p.22.

<sup>110</sup> ROCABADO, 2007, p.26. Tradução Minha: “O ponto de partida para a análise do poder é a existência de uma relação conjunta entre o líder e seus seguidores que têm caráter desigual, e a relação indica ainda a presença de um eixo com dois elementos: o comando e a obediência. Estes elementos tornam-se inevitáveis pressupostos que caracterizam todas as relações de poder. O líder é aquele que envia ou desenvolve um conjunto de estratégias a serem obedecidas, e é por isso que as massas estarão sempre abaixo do líder, pois renunciarão uma parte deles mesmos até serem submetidos e obedientes”.

<sup>111</sup> AZAMBUJA, Darcy. **Introdução a ciência política**. 10.ed. São Paulo: Globo, 1996. 1996, p.55

<sup>112</sup> AZAMBUJA, 1996, p.56

<sup>113</sup> WEBER, Max. **El político y el científico**. Editora Cast.: Aliança Editorial – Madrid. 1967, p.84.

De acordo com Weber<sup>114</sup>, o termo ‘dominação’ é a probabilidade de encontrar obediência dentro de um grupo determinado para mandatos específicos. Entretanto, não é sempre uma probabilidade de exercer poder ou influência sobre outros homens. Em casos concretos, a dominação pode se dar por diversos motivos de submissão: desde o costume inconsciente até as que são consideradas puramente racionais, em prol de um fim legal estabelecido. É preciso destacar, porém, que é essencial que os liderados tenham um mínimo de vontade em obedecer aos seus líderes para que essa autoridade seja autêntica.

A questão que aparece junto a essa relação entre dominados e dominadores, é o motivo pelo qual um grupo de pessoas se deixa dominar. Quais seriam os motivos que levam à exaltação de um líder, e subordinação de um povo? Um dos caminhos que tenta responder essas perguntas é a utilização de poderes de persuasão no campo político.

Devido a essa necessidade latente de legitimação, consideraremos as fotografias inseridas ao longo do trabalho como instrumentos políticos usados pelo interventor capixaba para construir e legitimar sua imagem de líder. As imagens serão tratadas como símbolo da nova política trazida após a revolução, que buscavam multiplicar as imagens de Bley, bem como inseri-lo nas melhorias ocorridas ao longo dos anos no estado mostrando sempre, um Espírito Santo em pleno desenvolvimento.

Como afirmou Balandier<sup>115</sup>, no momento em que a “magia” política inicia uma crise de eficácia, durante o século XIX e XX, é que tem início a proliferação dos mitos políticos. Eles são criados a partir das revoluções e exaltam o novo, abolindo os símbolos antigos que devem cair no esquecimento. Os novos atores fazem aparecer um novo universo: mais moderno, urbano, repleto de mudança e tecnologia. Como são recém-chegados, devem dar início à nova construção da memória coletiva nos padrões implantados, e devem ser vistos.

---

<sup>114</sup> WEBER, 2004, p.170.

<sup>115</sup> BALANDIER, 1999, p.65.

O uso dos meios de comunicação, e particularmente da fotografia, como ferramenta política, é um auxílio aos detentores do poder no que diz respeito a persuadir a sociedade a se comportarem da maneira que seja benéfica para eles. O uso somente da força ou da razão, não são suficientes para garantir uma liderança. É preciso conhecer e dominar a força dos símbolos, da emoção e dos sentidos.

O poder estabelecido só pela força, ou sobre a violência não domesticada, teria uma existência constantemente ameaçada; o poder iluminado apenas pela luz da razão teria pouca credibilidade. Não consegue manter-se nem pela autoridade brutal, nem apenas pela justificação racional. Não se faz nem se mantém senão pela transposição, pela produção de imagem, pela manipulação de símbolos e sua organização num quadro cerimonial.<sup>116</sup>

Maria Helena Capelato cita Pierre Ansart ao tratar política e emoção. Segundo ambos a imposição sistemática de ideologias permite a compreensão de que a sensibilidade política não é um estado de fato, porém o resultado de diversas mensagens, apelos, interpretações e dramatizações que sustentam ou transformam os sentimentos coletivos. Pesquisas sobre a influência e a persuasão deixam claro como as confianças e desconfianças, amores e ódios, são objetos de um trabalho em constante renovação. Sistemas políticos totalitários produzem estruturas sócio-afetivas que se caracterizam por um laço emocional intenso, e as propagandas e estratégias políticas atuam como atenuantes de sensibilidades, provocando paixões. Uma das ferramentas responsáveis por esse aumento nas sensibilidades sociais são os meios de comunicação, e junto deles aparecem outras ferramentas como a literatura, o teatro, os ritos, as festas, as comemorações, manifestações cívicas e outros.<sup>117</sup>

As fotografias encontradas ao longo do trabalho serão tratadas como símbolos/representações do personagem que João Punaro Bley criou e desejava passar para a sociedade capixaba, e também como ferramentas para legitimar seu poder e se fazer conhecido. Análises semiológicas não poderão

---

<sup>116</sup> BALANDIER, 1999, p. 22.

<sup>117</sup> CAPELATO, Maria Helena. Propaganda Política e Construção dos meios de Comunicação. In: **Repensando o Estado Novo**. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345f, p.168.

ser feitas devido às fotografias em si. Apesar de representarem o novo governo, não havia uma preocupação em fazer fotos com teor artístico (no sentido de não haver uma intencionalidade quanto a posição dos objetos, ângulos, foco, luz e outros). No caso do trabalho os fotógrafos possuem um papel secundário porque quase não deixam sua marca nas fotografias (o que impossibilita reconhecer quem é o responsável pela fotografia), e já que a preocupação era exhibir momentos e familiarizar um personagem, a quantidade de fotografias é muito mais reveladora do que a qualidade e a técnica dessas fotografias. Como exemplo é possível encontrar fotos em que João Punaro Bley aparece de olhos fechados, com semblante cansado, fotografias com grande espaço vazio nas laterais, e sem foco.

### 3 OS ANOS PRÉ-REVOLUÇÃO E A REVISTA VIDA CAPICHABA

O que vale é terminar a obra, que eles [os colonizadores] começaram. Como disse o Dr. Jorge Kafuri [secretário da Agricultura], esses que começaram o povoamento do nosso solo, eram seres desarmados à frente do que hoje somos. Temos a técnica de tudo. A luta já não será tão grande. Levemos avante o que foi iniciado. Trabalhem pelo desenvolvimento do nosso Estado. Se muito não pudermos fazer, ao menos façamos isso: risquemos do mapa de nossa terra aquela faixa de letras que cobre cerca de 2/5 do seu território e significa: terrenos desconhecidos. Sim. Porque é, até de certo modo acabrunhador que, em quatro séculos de civilização, de povoamento e de exploração do solo espírito-santense, de dimensões tão pequenas, ainda haja terrenos ignorados de nós... E é mais do que isso: é uma injúria à memória dos gigantes que iniciaram a desbravação dos sertões capixabas [...].<sup>118</sup>

O pensamento que imperava na elite do Espírito Santo da década de 1930 pode ser resumido como o final do editorial escrito pelo poeta e jornalista Alvimar Silva, e publicado na revista *Vida Capixaba* do dia 30 de maio de 1935. Era preciso desbravar. De acordo com o historiador Gabriel Bittencourt, no início do século XX, O Espírito Santo possuía 42.439 km<sup>2</sup>, e ¾ ainda era considerada 'mata virgem'. A bacia do Rio Doce era considerada a grande perspectiva à exploração econômica.<sup>119</sup>

Normalmente, a historiografia atribui que o sul da província do Espírito Santo foi, inicialmente, ocupado no final da primeira metade do século XIX, com ajuda do cultivo de café. Devido à expansão agrícola do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, alguns fazendeiros dessas regiões migravam para o sul do Estado capixaba a procura das diversas terras sem cultivo que eram facilmente encontradas, e assim, reproduziam o que existia nos estados carioca e mineiro dando origem as fazendas baseadas no uso do trabalho escravo.<sup>120</sup>

<sup>118</sup> Trecho tirado do editorial escrito pelo jornalista Alvimar Silva publicado na revista *Vida Capixaba* em maio de 1935, quando o periódico lançou uma edição especial do 4º Centenário da Colonização do Solo Espírito-Santense.

<sup>119</sup> BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **Esforço industrial na república do café: o caso do Espírito Santo, 1889-1930**. Vitória, ES: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1982, 155f., p.52.

<sup>120</sup> BERGAMIM, Márcia Cristina. **Agricultura familiar no Espírito Santo: Constituição, modernização e reprodução socioeconômica**. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, p.09.

Iniciando entre 1908 e 1912, durante a administração Jerônimo Monteiro<sup>121</sup>, ocorreu uma fase de incentivos a projetos para impulsionar a diversificação econômica capixaba, cujo detalhamento escapa ao escopo deste trabalho. Foi na gestão de Jerônimo que a cidade ganhou energia elétrica e água canalizada, e obras de remodelação urbana de Vitória. Outras obras que se destacam dentro de seu governo foram: serviço de bondes elétricos, dois novos cemitérios, a remodelação do Palácio do Governo em estilo neoclássico, a construção do Congresso Legislativo, do Arquivo Público Estadual, da Santa Casa de Misericórdia, a limpeza pública, dentre muitos outros.

Pode-se considerar, numa certa ousadia, que no início do século XX essa vasta região estava saindo de um longuíssimo período colonial, após as guerras contra os indígenas, travadas nas primeiras décadas do século XIX, e as sucessivas políticas indigenistas que ali iam sendo postas em prática. Ao longo dos anos 1920 e 1930, esvaziado esse vasto território das populações autóctones, cuidava-se de incrementar o seu povoamento, só que agora com “gente de verdade” – migrantes nacionais e descendentes de imigrantes que poderiam colonizar as terras em bases familiares para plantar café e dar retorno econômico à classe dominante e ao governo estadual.<sup>122</sup>

As características básicas que marcarão a década de 1920 no contexto capixaba dentro do plano econômico são: a alta nos preços do café, e a defesa desses aumentos por parte do governo federal e outros estados interessados. Esses dois itens levaram à ampliação das fronteiras agrícolas no Estado, tanto nas áreas internas às propriedades como em terras novas, e também

---

<sup>121</sup> Jerônimo de Souza Monteiro nasceu em 4 de junho de 1870, em Cachoeiro de Itapemirim, e como filho de cafeicultores, era ligado por laços de parentesco aos desbravadores locais. Foi partidário da corrente política de Moniz Freire, chefe político da situação, e elegeu-se deputado do Congresso Estadual em 1895 e depois, em 1897 a Deputado Federal. Posteriormente, entrou em dissidência com Muniz Freire e acabou excluído da chapa para Deputado Federal para a legislatura de 1900/1904. Descontente com a situação, funda o Partido da Lavoura, porém não obtém sucesso na sua primeira tentativa oposicionista de tomar o poder. Desde 1892, quando iniciou seu período presidencial, o domínio de Moniz Freire prevalecia no Espírito Santo. Essa hegemonia já durava mais de 12 anos quando sua aliança com o então presidente, o Coronel Henrique da Silva Coutinho, começou a enfraquecer-se. Em 9 de janeiro de 1905, motivado pela apresentação de candidatos a governos municipais, o desentendimento entre Coutinho e Moniz Freire teve seu ápice. Essa cisão beneficiou Jerônimo Monteiro que, embora radicado em São Paulo, é nomeado no ano seguinte, Secretário-Geral do Estado (cargo que dispensa). Porém, tempos depois, por intermédio do seu irmão, o Bispo D. Fernando de Souza Monteiro, Jerônimo torna-se candidato oficial do Partido Republicano do Espírito Santo para governar o Estado no quadriênio seguinte, 1908/1912. BITTENCOURT, 1982, p.71.

<sup>122</sup> ACHIAMÉ, 2010, p.53.

possibilitaram que a administração estadual construísse estradas ligando as regiões produtoras de café às estações ferroviárias, e construísse pontes.<sup>123</sup>

É importante entender o processo de substituição da mão-de-obra escrava pela livre dentro do Estado, para compreender de fato as relações de trabalho e a sociedade capixaba do período republicano. Com o aumento da produção cafeeira, a administração buscava fomentar a imigração incentivando a exploração de novas terras para o cultivo do café em pequenas propriedades no centro e sul do Espírito Santo.<sup>124</sup> Os imigrantes que chegavam às terras capixabas tornavam-se com certa rapidez em pequenos e médios proprietários.<sup>125</sup>

Ainda no ano 1920<sup>126</sup>, o Espírito Santo era formado de 457.328 habitantes, sendo que destes, 159.966 possuíam profissão definida. A maior parcela, cerca de 132.658, estava na lavoura ajudando a reafirmar a 'vocaçãõ agrícola' do Estado capixaba. A minoria da população estava presente na área industrial, deixando claro que não aconteceram investimentos suficientes no

---

<sup>123</sup> ACHIAMÉ, 2010, p.53.

<sup>124</sup> A chegada dos imigrantes europeus para o Estado tem como objetivo um projeto colonizador pensado pelo Governo, e não somente a ideia de substituir o escravo nas grandes fazendas como acontecia nas demais regiões do país. Porém, o Espírito Santo não dispunha de recursos suficientes para introduzir os imigrantes por sua conta, e recebia somente uma pequena parcela dos viajantes trazidos pelo Império. Ver mais sobre em: DADALTO, Maria C. Os rastros da diversidade da identidade capixaba. In: **SINAIS** - Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição Especial de Lançamento, n.01, v.1, Abril. 2007. pp.57-74.

<sup>125</sup> ROSA, Josineide. UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO Centro de Ciências Humanas e Naturais. **Os interesses e ideologias que nortearam as políticas públicas na educação no Governo Vargas 1930-1945: o caso do Espírito Santo**. 2008. 350 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, p.117.

<sup>126</sup> É importante saber que existia potencial de outras produções dentro do Espírito Santo ao longo dos séculos. Havia a produção de açúcar, e o setor madeireiro, por exemplo. O primeiro deles era fruto da crença de que a indústria de grande porte do açúcar era um prolongamento da agricultura em si, e um estímulo à sua dinamização. O primeiro empreendimento industrial açucareiro capixaba surgiu ainda no período imperial A Usina Guaraná foi instalada na Fazenda de Palmas, ou das Palmeiras, no município de Pau Grande (Ibiraçu). Representou a melhor e mais importante fase da fabricação do açúcar no Espírito Santo. O setor madeireiro também apresentou boas expectativas de desenvolvimento. Como o Estado chegou ao século XX com grande parte de sua floresta preservada e baixo vazio demográfico, a produção industrial-madeireira passou a ser uma maneira de aumentar os ganhos e expandir a economia capixaba. BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **Estudos históricos do Espírito Santo**. Vitória, ES: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2006.

setor secundário (mesmo com indícios mostrando que eles ocorriam há quase duas décadas).<sup>127</sup>

O Espírito Santo apresentava algumas características singulares que iriam direcionar o Estado para sua formação econômica e social, como por exemplo: existia uma abundância de terras devolutas, livres para o trabalhador acessá-las mais facilmente e também havia uma carência de mão-de-obra que fazia com que os trabalhadores fossem relativamente valorizados. Esses dois fatores ajudaram a tornar o Estado capixaba o inverso dos outros grandes estados que também produziam café. Enquanto nesses predominavam as grandes propriedades exportadoras e as pequenas somente produziam para consumo interno, os capixabas produziam o café que seria exportado em pequenas e médias propriedades, empregando ainda a mão-de-obra familiar e a meação como meio de plantio do grão.<sup>128</sup>

Como a lógica de produção do espaço capixaba estabeleceu um processo inverso ao verificado na maioria dos estados brasileiros, pois enquanto nestes estados consolidava-se o latifúndio, no final do século XIX e durante grande parte do XX no Espírito Santo, a formação espacial caracterizava-se pelo predomínio uma estrutura produtiva fundada na pequena propriedade, no trabalho familiar e na ausência de recursos técnicos. Essa forma de organização da produção deixou evidente seu limite no desenvolvimento socioeconômico estadual.<sup>129</sup>

Assim como era feito na região sul, também no norte os novos ocupantes começam a se desenvolver através da apropriação e uso da terra. Em ambos os lados vai prevalecer o plantio do café<sup>130</sup>, e o estabelecimento de núcleos familiares, e como era difícil regular legalmente quem possuía direitos sob as terras, o governo acabava por facilitar o acesso à propriedade, e assim,

---

<sup>127</sup> BITTENCOURT, 2006, p. 319.

<sup>128</sup> ROSA, 2008, p.118.

<sup>129</sup> BERGAMIM, 2004, p.05.

<sup>130</sup> Além do café, é importante destacar que a partir de 1920, no vale do rio Doce, deu-se início a cultura de plantio do cacau, mostrando-se depois como a única área do Estado destinada a essa cultura. Mesmo apresentando-se distante do papel ímpar destinado à cafeicultura, o cultivo do cacau foi importante para algumas áreas, tendo destaque em Linhares como a grande produtora de cacau do Estado. BERGAMIM, 2004, p.21.

diminuiu o número das grandes fazendas, abrindo espaço para as pequenas e médias propriedades familiares.

A pequena propriedade não estava limitada aos núcleos coloniais ou aos imigrantes. O Estado nunca conseguiu impedir as “invasões”, e desenvolveu uma política que facilitava a legalização das posses por pessoas de recursos limitados que conseguissem integrar-se à produção mercantil, basicamente de café. O resultado foi o enfraquecimento das grandes fazendas, a expansão das pequenas e médias propriedades e o predomínio da pequena produção familiar, não apenas nas pequenas propriedades, mas também nas médias e grandes, como produção dos parceiros.<sup>131</sup>

No passar dos anos 1920, por causa do café e das ferrovias, ocorreu o deslocamento do eixo socioeconômico e político do litoral para o interior do Estado, o que provocou a mudança das sedes municipais de Nova Almeida, Santa Cruz e Linhares, para (respectivamente) Fundão, Aracruz e Colatina. Ao sul de Vitória, a decadência dos também municípios litorâneos de Guarapari, Anchieta e Piúma, contrasta com a ascensão de Domingos Martins, Alfredo Chaves, Iconha e Rio Novo do Sul. As circunstâncias comuns a todos os municípios são poucas, porém fundamentais: os locais em declínio quase não produziam café, utilizando o comércio através da navegação de cabotagem como principal meio de comunicação, enquanto por outro lado, os novos municípios tornavam-se ricos pelo café, e eram localizadas perto de ferrovias.<sup>132</sup>

A década de 1920 no Estado foi marcada por uma fase de prosperidade econômica com a alta dos preços do café e a expansão cafeeira que promoveu uma maior ocupação territorial, aumentou o contingente populacional e permitiu ao Espírito Santo se projetar enquanto Estado produtor de café, colocando-o em condições de ocupar uma posição de maior destaque na política cafeeira, aflorando para o cenário político-econômico nacional enquanto partidário da defesa dos interesses agroexportadores.<sup>133</sup>

Mesmo com a onda de crescimento econômico e de prosperidade em que o Espírito Santo se encontrava durante a década de 1920, sua estrutura socioeconômica se manteve quase inalterada, permanecendo a propriedade

---

<sup>131</sup> ACHIAMÉ, 2010, p. 56.

<sup>132</sup> ACHIAMÉ, 2010, p.60.

<sup>133</sup> ROSA, 2008, p.119.

familiar e a importância do café. “Dada a pequena magnitude da produção estadual aliada à forma de apropriação do excedente pela fração mercantil-exportadora, o Espírito Santo não viu constituído um setor industrial significativo, apenas dos esforços realizados por alguns governadores”.<sup>134</sup>

Ainda em 1920, o Espírito Santo consegue chegar ao 3º lugar da produção de café em nível nacional, afirmando a dependência do grão pela quase totalidade das receitas tributárias arrecadadas pelo fisco estadual. Foi o grão que manteve dinâmico o setor terciário, e os projetos industrializantes (que somente sobreviveriam com os recursos provenientes do café, que se mantinha como a principal fonte da acumulação capitalista do Estado capixaba).<sup>135</sup>

O conjunto de fatores apresentados (o fim da escravidão, a chegada dos europeus e a valorização da terra) se desenvolveu como faces de um único processo: a expansão do capitalismo. As formas de riqueza social mudaram de espaço, e novas formas de acumulação de bens foram sendo criadas. Todas essas transformações impulsionavam o centro pulsante do Estado para a cidade, saindo da área rural.

A participação política dentro do Espírito Santo era restrita e acessível a poucos. Somente as pessoas que possuíam ligações familiares e de compadrio com as oligarquias locais, exerciam algum tipo de poder. Essas oligarquias produziam uma rede de troca de favores para defenderem seus interesses políticos. Não chegam perto do jogo político os pequenos proprietários de terra, trabalhadores da classe média urbana, nem os operários. Durante grande parte da República Velha um único grupo familiar dominou a política local. A família Monteiro tinha forte influência sobre a máquina eleitoral durante a década de 1920, e somente candidatos que eles apoiavam venciam os pleitos.<sup>136</sup>

Entre 1908 a 1912, Jerônimo Monteiro foi o presidente do Estado, escolhendo como sucessor o Coronel Marcondes Alves de Souza, que ocupou o mesmo cargo entre 1912 e 1916. Após esse ano, Bernardino Monteiro

---

<sup>134</sup> ROSA, 2008, p.120.

<sup>135</sup> BITTENCOURT, 2006, p. 324.

<sup>136</sup> ROSA, 2008, p.120.

assumiu o governo estadual e também a direção do Partido Republicano Espírito-Santense, que controlou o processo sucessório da administração estadual até 1930.

Com relação à conjuntura brasileira, pode-se dizer que a partir do início do século XIX, a economia do país era fortemente dependente da cafeicultura e acabou por se expandir em bases tradicionais do modelo agroexportador tendo à sua frente os grandes proprietários da região sudeste, sendo este café responsável por impulsionar a dinâmica da economia brasileira. Foi através desse desenvolvimento que se deu a ampliação da infraestrutura ferroviária e portuária, a intensificação do mercado interno e as relações desse mercado com o mercado internacional, o incentivo à imigração europeia, o trabalho assalariado e outros diversos fatores. O sucesso da produção cafeeira se dava por diversos fatores como o clima e as técnicas de plantio, a mão-de-obra, o sistema de transporte e a presença de capital. “Essa combinação de fatores promoveu a rápida expansão da economia cafeeira no Sudeste, que se constituiu em região produtora e no centro geoeconômico mais dinâmico do país”.<sup>137</sup>

Já em 1922 é possível destacar alguns eventos que transformaram de maneira significativa o panorama político e cultural brasileiro. Entre eles estão, a semana de Arte Moderna<sup>138</sup>, a criação do Partido Comunista<sup>139</sup>, o

---

<sup>137</sup> SANTOS, Paulo César Oliveira. **Desenvolvimento Socioeconômico e novas alternativas rurais no Espírito Santo: o caso de Venda Nova do Imigrante**. Dissertação apresentada pelo Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal do Espírito Santo, 2004, p. 21

<sup>138</sup> A **Semana de Arte Moderna** de 1922, foi realizada em São Paulo, no Teatro Municipal, de 11 a 18 de fevereiro, e teve como principal propósito renovar o contexto artístico e cultural urbano - tanto na literatura, quanto nas artes plásticas, na arquitetura e na música. Mudar, subverter uma produção artística, criar uma arte essencialmente brasileira, embora em sintonia com as novas tendências europeias, essa era basicamente a intenção dos modernistas. Durante uma semana a cidade entrou em plena ebulição cultural, sob a inspiração de novas linguagens, de experiências artísticas, de uma liberdade criadora sem igual, com o conseqüente rompimento com o passado. Novos conceitos foram difundidos e despontaram talentos como os de Mário e Oswald de Andrade na literatura, **Victor Brecheret** na escultura e **Anita Malfatti** na pintura. Disponível em: < <http://www.infoescola.com/artes/semana-de-arte-moderna/>>.

<sup>139</sup> Partido político de âmbito nacional fundado em março de 1922, que tinha como objetivo principal a promoção no Brasil de uma revolução proletária (que substituísse a sociedade capitalista pela sociedade socialista). O congresso de fundação do PCB realizou-se em Niterói, reunindo alguns poucos operários e intelectuais do Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. Quase todos os fundadores haviam iniciado sua militância

movimento tenentista, a criação do Centro Dom Vital<sup>140</sup>, e a sucessão presidencial. “[...] esses acontecimentos foram indicadores importantes dos novos ventos que sopravam, colocando em questão os padrões culturais e políticos da Primeira República”.<sup>141</sup>

Analisando o lado econômico do Brasil, a década de 1920 foi marcada pela expansão dos negócios, a agricultura foi diversificada, aumentaram as atividades industriais e surgiram novos estabelecimentos ligados à indústria de base. Tudo isso eram sinais do processo de transformação (até certo ponto complexo) pelo qual passava a economia brasileira.<sup>142</sup>

Boris Fausto<sup>143</sup> afirma que a indústria brasileira desse período pode ser caracterizada pela dependência do setor agrário-exportador, pela falta de significância dos ramos básicos, pela baixa capitalização e pelo grau incipiente da concentração. Um recenseamento feito em 1920 indicava a existência de 13.336 estabelecimentos industriais, com um capital de 1.815.156:011\$000, empregando 275.512 operários. Predominavam os setores têxteis e alimentares, sendo importante destacar que o ramo da siderurgia e mecânica pesada não tinham números significativos.

O surgimento de um movimento na década de 20 foi de grande relevância durante os anos posteriores de governo de Getúlio: o tenentismo. De maneira geral e sucinta, o tenentismo pode ser definido como um movimento político e ideologicamente difuso, com características fortemente militares, e com grandes tendências reformistas autoritárias. Gradativamente

---

política nos meios anarquistas e só se converteram ao comunismo após a vitória da Revolução Russa de 1917. Apesar da pouca repercussão do congresso de fundação, já em junho de 1922 o governo de Epitácio Pessoa colocou o partido na ilegalidade, condição em que passaria a maior parte de sua existência. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/QuestaoSocial/PartidoComunista>>.

<sup>140</sup> O Centro Dom Vital foi criado em 1922 com a finalidade de articular o mundo da política com o catolicismo, tendo à frente Dom Leme. O cardeal carioca optou pela criação de um centro religioso como uma estratégia em nome da “segurança da comunidade católica”. Tempos depois, em 1932, ele criou a Liga Eleitoral Católica (LEC), e mantinha-se contra Vargas, pretendendo formar um partido católico de oposição no futuro. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/node/1866>>.

<sup>141</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. A crise dos anos vinte e a revolução de trinta. In: Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, p.01.

<sup>142</sup> FERREIRA, 2006, p.02.

<sup>143</sup> FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. P.37

as revoltas dos tenentes – Forte de Copacabana e Coluna Prestes – ganhavam importância dentro do cenário nacional. No Rio Grande de Sul, Estado natal de Getúlio, a adesão popular era grande. “Os tenentes se identificam como responsáveis pela salvação nacional, guardiães da pureza das instituições republicanas, em nome do povo inerme. Trata-se de um movimento substitutivo, e não organizador do povo”.<sup>144</sup>

A estratégia revolucionária dos tenentes revela desde cedo o elitismo impregnado em sua essência: a insurreição desligada das classes populares, que não conseguem superar a passividade e promover, por suas próprias mãos, a derrubada das velhas oligarquias.<sup>145</sup>

Ainda durante a década de 20, o que era visto no cenário político do Brasil era a chamada *política do café com leite*. A República Velha foi marcada pela aliança entre Minas Gerais e São Paulo, que possuíam as maiores bancadas no Congresso<sup>146</sup>, e realizavam uma alternância no poder federal do país. Durante quatro anos um paulista comandava, depois apoiava a candidatura do mineiro, e assim sucessivamente.

Outro ponto importante de ser destacado, durante a década de 1920, foi a expansão do cenário cultural brasileiro, e capixaba. Foi nesse período que a imprensa passou por uma transição e ganhou notável relevância. Durante esse período vendia-se informação como se vendia qualquer outro produto, e a sociedade urbana sentia cada vez mais necessidade de consumir tais informações. Os temas eram diversos: moda, entretenimento, cultura e, também: o político.<sup>147</sup>

Entre 1910 e 1920 os sinais de evolução no conteúdo e na produção de jornais e revistas eram visíveis. As mudanças causadas na sociedade pela 1ª Guerra Mundial, e nas relações entre os cidadãos com o sistema de

---

<sup>144</sup> FAUSTO, 1997, p.81.

<sup>145</sup> FAUSTO, 1997, p.82.

<sup>146</sup> Durante a Primeira República, a bancada mineira, composta por 37 deputados, era a maior do Congresso. Em seguida, estavam os paulistas, com 22 parlamentares, igualando-se à Bahia. Ver: FERREIRA, 2006, p. 03.

<sup>147</sup> ROSTOLDO, Jadir Peçanha. **Vida Capixaba**: o retrato de uma época, 1930. Vitória, ES: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2007, p.30

comunicação de massa como o rádio e a televisão, levaram a uma expansão da mídia e imprensa em geral.

A passagem do século, assim, assinala, no Brasil, a transição da pequena à grande imprensa. Os pequenos jornais, de estrutura simples, as folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função. Se é assim afetado o plano da produção, o da circulação também o é, alterando-se as relações do jornal com o anunciante, com a política, com os leitores.<sup>148</sup>

No Espírito Santo, depois de trinta e dois anos de iniciar a publicação do primeiro jornal impresso no Brasil, a Gazeta do Rio de Janeiro, foi circulado O Estafeta, primeiro jornal impresso capixaba em 1840. Devido à falta de estrutura, somente a primeira publicação foi impressa, e nada mais. Nove anos depois, a mesma oficina imprimiu o Correio da Vitória, e este sim teve uma vida longa e relevante. Foi ele o responsável pelo início da história do jornalismo capixaba.<sup>149</sup>

Em meados do século XX, os lucros provenientes do café inflamaram o processo de modernização do Estado - enfatizando a capital Vitória - que acabou por se tornar o modelo de urbanização, elegância e sociabilidade para as demais partes do Estado.<sup>150</sup>

Graças a esse período de remodelação urbanística, a capital entrou em um período de embelezamento, higienização e ordenação, e como era Vitória o principal entreposto de comercialização do café por causa de seu porto, não demorou para o governo local sentir necessidade de melhorar as vias públicas. O intuito final era facilitar as demandas vindas dos comerciantes que movimentavam o café, e tentar atrair outros tipos de investimento para o Estado.

Com isso, na década de 1920, Vitória passou a ter mais espaços públicos voltados para o lazer da população, que contava com o cinema Cine Rio Branco, localizado na Praça Oito. Esse

<sup>148</sup> SODRE, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4.ed – Rio de Janeiro: Mauad. 1999, p.275.

<sup>149</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. **Historia do Estado do Espírito Santo**. 3.ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

<sup>150</sup> XAVIER, Kella Rivetria Lucena; NADER, Maria Beatriz. **Mulher e poder nas páginas da revista Vida Capixaba (1923-1945)**. 2008. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, p.86.

estabelecimento mantinha a melhor orquestra do Estado e ainda reservava uma sala para fumantes.<sup>151</sup>

Mesmo com a onda de mudanças trazidas na década de 1920, até esse momento o sistema de comunicação de Vitória era precário e formado apenas por alguns pequenos jornais e pela Revista Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Grande parte dos meios de comunicação capixaba era mantida pelo Governo, o que era refletido no conteúdo das informações transmitidas à sociedade.<sup>152</sup>

Segundo o historiador Gabriel Bittencourt<sup>153</sup>, somente depois de 32 anos após a criação da Imprensa Régia, no Rio de Janeiro (firmada logo depois da chegada da Corde de D. João ao Brasil), foi que a primeira oficina tipográfica chegou ao Espírito Santo. Assim que ficou pronta, a tipografia capixaba necessitou, todavia de nove anos para o início da circulação do primeiro jornal com periodicidade regular, o Correio da Victória.

Enquanto o Estado se modernizava, a elite ansiava por notícias. Foi assim que, junto com as grandes melhorias da década de 1920 em Vitória, criou-se a Revista Vida Capichaba.<sup>154</sup> Sua criação data de abril de 1923, tendo como diretor Garcia Rezende, e se tornando posteriormente a mais expressiva e mais abrangente publicação do período. “Foi o órgão mais atuante no espaço literário das décadas de 1920 a 1940, representando o veículo de comunicação de maior circulação do Estado”. Apresentada aos leitores como uma revista ilustrada, o periódico contava, desde o seu primeiro número uma excelente

---

<sup>151</sup> Ibidem, 2008, p.87.

<sup>152</sup> Ibidem, 2008, p.89.

<sup>153</sup> BITTENCOURT, Gabriel. **Historiografia capixaba e imprensa**. Vitória: EDIT, 1998.

<sup>154</sup> Em sua Obra “O Estado do Espírito Santo e os espírito-santenses”, Eurípedes do Valle cita a revista Vida Capichaba dizendo que possuía oficinas próprias, e que seus primeiros números foram impressos nas Oficinas do “Diário da Manhã”. Surgiu em abril de 1923 e era dirigida, a princípio, por Garcia de Rezende. Passou depois a outros Diretores entre os quais se destacaram Manoel Pimenta, Elpidio Pimentel, Teixeira Leite, Aurino Quintais, e vários outros. Elpidio, manteve, por muitos anos, a página principal, com excelentes crônicas sob o título de: “de quinzena em quinzena”. “Era revista ilustrada e bem feita”. Seu acervo constitui fonte importante de indicações e informes sobre o passado social, intelectual e recreativo do Espírito Santo nas décadas de 1922-1932 e 1942. Nela colaborava o que havia de melhor no jornalismo e nas letras espírito-santenses. Ver mais em: VALLE, Eurípedes Queiroz do. O Estado do Espírito Santo e os espírito-santenses: dados, fatos e curiosidades. 3.ed. s.l. : APEX, p. 191.

diagramação, com impressão em papel *couché*, própria para reproduções a cores, e recheada de imagens em suas capas e interior.

Contava com sede na Av. Capixaba, número 28, no centro de Vitória e também se comunicava pela Caixa Postal 3853, e pelo telefone 117. Suas instalações ficavam em um edifício dividido em três setores, sendo que em dois deles era feita a composição dos textos, e em outro funcionava a direção e a redação em si.<sup>155</sup>

Bem como outros órgãos da imprensa que se desenvolveram no início do século XX, junto com o 'boom' das revistas ilustradas, a revista Vida Capichaba apresentou à sociedade espírito-santense um novo espaço de circulação de ideias. A partir de então, os elementos modernos tornaram-se cotidianos no que diz respeito a linguagem visual, relacionado à parte gráfica<sup>156</sup> dos periódicos.<sup>157</sup>

A revista se intitulava como o instrumento que faria a ponte entre os capixabas, as artes e as transformações sociais da época. Seu primeiro editorial, em 15 de abril de 1923, dizia que:

Embora pressões experimentadas, embora velhos peregrinos da chimêra, que ficaram pelo caminho, nos digam que a nossa iniciativa, devido à famosa indiferença do público espírito-santense pelas cousas de arte e literatura, terá ephemera duração, aqui estamos para enfrentar o monstro... A nossa inquieta mocidade gosta, justamente, das empresas difíceis, ama os grandes gestos de audácia [...].<sup>158</sup>

Em sua primeira fase a revista circulou somente até o exemplar de número 03, sob direção de Garcia de Rezende e Escobar Filho. Permaneceu

<sup>155</sup> BARRETO, Sônia Maria da Costa. Retrato impresso, pela revista "Vida Capichaba", da normalista nos anos de 1920. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM. Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo / PUCSP. P.03.

<sup>156</sup> De acordo com Sodré, a primeira grande transformação – e fundamental na organização de um novo ramo no campo da imprensa – foi possibilitada pelo desenvolvimento das artes gráficas. A partir desse ponto foi possível segmentar o conteúdo em seções e matérias distintas, separando o novo formato da miscelânea apresentada anteriormente onde as notícias se juntavam sem uma divisão apropriada, e então, revistas e jornais deixaram de se diferenciar somente pelo seu conteúdo, para se diferenciarem também em seu âmbito visual. Ver mais em: SODRE, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4.ed. – Rio de Janeiro: Mauad. 1999.

<sup>157</sup> RANGEL, Livia de Azevedo Silveira. **'Feminismo ideal e sadio'**: os discursos feministas nas vozes das mulheres intelectuais capixabas, Vitória/ES (1924 a 1934). 2011. 268 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, p.77.

<sup>158</sup> Publicado em: Revista Vida Capichaba, ano I, 15 de abril de 1923.

um tempo parada, e surgiu novamente dois meses depois, sob a direção de Manoel Lopes Pimenta e Elpidio Pimentel<sup>159</sup>, membro da Academia Espírito-Santense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. A revista, identificada como uma revista quinzenal no seu início, trazia ilustrações, literatura e notícias do Brasil e do mundo. A tiragem inicial foi de 1000 exemplares, impressos na tipografia da imprensa estadual. A circulação acontecia nas bancas de revistas, e por meio da assinatura encontrava-se o valor de 14\$000 anualmente, 7\$000 o semestre e 5\$000 cada três meses. Sua primeira edição estampou os ideais da revista, que diziam:

Toda cidade linda tem uma revista linda, que conta a sua história, que perpetua as suas emoções, que perfuma a sua galanteria, que exalta a sua elegância e que guarda, como num pequeno livro de honras, as ânsias subtis de uma vida sentimental.<sup>160</sup>

Preocupados com o público leitor e a qualidade da revista, já na segunda edição, a revista trouxe uma nota explicativa para os aumentos dos valores que ocorreria a partir de então: cada exemplar seria 1\$000, e as assinaturas anuais, semestrais e trimestrais passaram a 26\$000, 14\$000 e 10\$000. O editorial estampava o seguinte texto:

Aos nossos leitores aumentamos para 1\$000 o preço de cada exemplar da Vida Capichaba. O primeiro número foi vendido a \$500 por reclamante. E por isso mesmo perdemos \$500 em cada exemplar. Ganhamos a imprensa Estadual 900\$000 pela nossa tiragem de 1000 exemplares. Além disso ainda mandamos fazer, no Rio, os clichês que ilustram as nossas páginas. Os nossos leitores, não de nos perdoar esse aumento. Não estamos abusando do grande sucesso obtido. O papel e a mão de obra estão muito caros. A única revista carioca que ainda sustenta o preço de \$500 é a Careta, mas a sua edição é muito maior do que a nossa.<sup>161</sup>

---

<sup>159</sup> Elpidio Pimentel era natural da cidade da Serra. Bacharel em Direito, jornalista e filólogo. Era conhecido como mestre em língua, além de ser catedrático de Português e Literatura Portuguesa da Escola Normal Oficial de seu Estado natal e do Colégio Pedro II do Rio de Janeiro. Foi um dos três fundadores da Academia de Letras do Espírito Santo ocupando a cadeira 12<sup>o</sup> de que é Patrono Padre Gonçalo Soares da França. In: VALLE, Eurípedes Queiróz do. **O Estado do Espírito Santo e os Espírito-santenses**. 3. ed., 1971, p.138.

<sup>160</sup> ROSTOLDO, 2007, p.37.

<sup>161</sup> ROSTOLDO, 2007, p.37.

Depois desse conflito entre os valores dos exemplares, a Vida Capichaba permaneceu dois meses parada, e retornou em agosto de 1923, contando com representantes de distribuição em todo o Estado, inclusive no interior. Em agosto, os ideais da publicação foram novamente ratificados, e diziam:

Dentre os motivos, que nos levaram a tomar a direção deste quinzenário, dois devem ser salientados aqui:

1) a convicção de contribuirmos para o incentivo das letras e artes no Espírito Santo. Precisamos demonstrar que não é só material a prosperidade de nossa terra. Não. Também, nos domínios do espírito, do cultivo da inteligência, dos anos às letras, não somos mais a capitania anachronica de 1820, nem mesmo a província canhestra de 1860.

2) o empenho de provarmos que Victoria, capital do Estado do Espírito Santo, já comporta a manutenção de um periódico literário, não grado o costumeiro dar de ombros dos nossos systematicos pessimistas. E por intermédio das páginas da Vida Capichaba, faremos o possível em dar os melhores documentos do que afirmamos, oferecendo-as, desde já à colaboração dos nossos ilustres patricios.<sup>162</sup>

Seguindo o exemplo de revistas do mesmo período, a Vida Capichaba se caracterizava pelas matérias envolvendo literatura, arte, propagandas comerciais, notas sobre cinema e colunas sociais. Também se encontravam, porém em menor escala, artigos sobre questões políticas e comportamentais<sup>163</sup>. Destacando a importância da revista no cenário do Espírito Santo, o historiador Pedro Ernesto Fagundes, afirma que: “Essa revista era a grande referência para a população capixaba da época, pois, registrava e divulgava os principais fatos políticos, culturais, artísticos e sociais do Estado”.<sup>164</sup>

Passando as páginas do periódico era possível encontrar novos escritores, e também outros já consolidados, além de uma mistura de gêneros, sexo, assuntos e artigos. A versatilidade da Vida Capichaba era um de seus diferenciais.

<sup>162</sup> ROSTOLDO, 2007, p.38.

<sup>163</sup> XAVIER, 2008, p.88.

<sup>164</sup> FAGUNDES, Pedro Ernesto. **Revista Vida Capichaba (1934-1937): as imagens fotográficas a serviço dos integralistas do Estado do Espírito Santo**. In: Em Tempo de Histórias - Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília - PPG-HIS, n. 15, Brasília, jul. /Dez. 2009.

Uma característica de sua edição era a mistura de anúncios, fotos de assinantes, artigos de fundo, reportagens fotográficas, notícias sociais, tudo isso estampado sobre uma colagem de muitas colaborações literárias, que incluíam pessoas já conhecidas e escritores iniciantes.<sup>165</sup>

No início de 1924, em forma de uma nota denominada “O que dizem de nós”, foi publicado um comentário saído de órgãos da imprensa do Rio de Janeiro e que fazia um elogio sobre a revista *Vida Capichaba*. Sobre ela diziam: “Excelente revista... Magnificamente impressa a cores, com boas photographias, vasta collaboração... com certeza terá longa e prospera existência”.<sup>166</sup>

Ser citada na imprensa do Rio de Janeiro rendeu lugar mais privilegiado à *Vida Capichaba* dentro do espaço urbano-social que continuava sendo criado em Vitória, e dentro do qual almejavam-se criar a ideia de uma “capital moderna”.

Projeto em que a *Vida Capichaba* muito se empenhou e contribuiu, seja por intermédio do seu incentivo às letras e às artes, seja pela propaganda intensiva dedicada a transmitir “as mais fagueiras notícias a respeito da terra espírito-santense, de cujos valores, progressos e bellezas sômos infatigáveis proclamadores”.<sup>167</sup>

Junto a propagandas e artigos, várias fotografias de membros do governo, de políticos, da alta sociedade e de seus filhos, das cenas da vida capixaba e das belezas naturais do estado estampavam as cerca de 40 páginas que compunham o periódico. “Os intelectuais capixabas responsáveis por essa publicação estavam atentos à influência dos padrões de moda e de comportamento europeus seguidos pela sociedade brasileira que buscava identidade que refletisse um país em pleno progresso”.<sup>168</sup>

Já na década de 1930, a *Vida Capichaba* se intitulava uma revista ilustrada que circulava todas as quintas-feiras, contando com uma oficina própria. Comercializava seus exemplares, avulsos ou por meio de assinaturas,

<sup>165</sup> ACHIAMÉ, Fernando. **O Espírito Santo na Era Vargas** (1930-1937) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p.203.

<sup>166</sup> O fragmento encontra-se transcrito em: *Revista Vida Capichaba*. Vitória, n. 18, março de 1924.

<sup>167</sup> RANGEL, Livia de Azevedo Silveira. **'Feminismo ideal e sadio': os discursos feministas nas vozes das mulheres intelectuais capixabas, Vitória/ES (1924 a 1934)**. 2011. 268 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, p.87.

<sup>168</sup> XAVIER, 2008, p.89.

em todo o Estado e em algumas cidades de Minas Gerais, continuando com colaboradores e representantes, e mantendo o custo alto.

Logo depois da capa, a revista apresentava uma página incentivando a compra do periódico onde se dizia:

Leia e Propague a Vida Capichaba! E para isso: - Não a empreste a ninguém

– Diga, por toda parte, que a compra e que não a lê de empréstimo, o que equivaleria a tomar, toda quinta-feira, do seu vizinho ou seu amigo, 1\$000 emprestados... e não pagá-los mais.

– Ajude-nos a melhorá-la, assinando-a e fazendo que seus amigos também a assignem.

– Si es nosso assignante, renove sua assinatura, favorecendo-nos com seu auxílio e boa vontade.

– Si gastas impressos, prefira as nossas oficinas para executá-los.

ANNO: 52 NÚMEROS.....40\$000

SEMESTRE.....20\$000

MEZ.....4\$000<sup>169</sup>

A respeito das capas do periódico, os traços em desenho se misturavam com outros elementos tão expressivos quanto eles, como as fotografias, que as vezes retratavam paisagens naturais da região, ou pessoas de destaque na sociedade, ou também mulheres (mulheres essas muitas vezes elogiadas pela beleza ou por sua atuação em alguma atividade de importância dentro do Estado).<sup>170</sup>



Fotografia 3: Capas da Vida Capichaba

<sup>169</sup> Revista Vida Capichaba, 13 de Novembro de 1930, Número 230.

<sup>170</sup> RANGEL, 2011, p.90.

Considerando a Vida Capichaba em seu papel de veículo de comunicação abrangente, ela funcionava como a expressão de um espaço de convívio ampliado. De jeito discreto, contribuía para a modelagem da vida cotidiana, e influenciava o público a agir de acordo com certa realidade retratada, seguindo os valores e as ideias disseminadas pela publicação.<sup>171</sup>

Uma marca evidente da revista era seu ecletismo em relação aos temas e gêneros de suas reportagens. Em algumas edições a revista destacava as visitas do governador (interventor) do Estado aos municípios do interior. Por outro lado, também ocupavam grande destaque em suas páginas as atividades sociais do ES, um exemplo, eram as edições que faziam uma ampla cobertura, com dezenas de fotografias, do carnaval nos salões dos mais destacados e tradicionais clubes do Estado. Pode-se afirmar que o circuito social dessas imagens foi amplo e variado. Provavelmente, por conta da diversidade de suas matérias, a revista chegou a ocupar posição entre as mais consumidas do Estado. Tudo indica que a publicação contava com milhares de leitores que entrevam em contado constantemente com as imagens fotográficas de militantes da AIB (Associação Integralista Brasileira) em atividades públicas como casamentos, reuniões e desfiles.<sup>172</sup>

A linha editorial da revista se manteve bastante constante, e se baseava em diversas colunas ao longo de cada publicação. Durante as décadas de 1920 e 1930, Vida Capichaba dividia-se nas seguintes seções: Vida Ociosa, Sociaes, Femínea e Nos Domínios da Moda. A primeira delas tratava de literatura e contava com poesias, contos e demais textos com caráter mais romântico ou moralista. A segunda seção, Sociaes, era, como sugere o nome, a coluna social do periódico e retratava a elite capixaba em seus acontecimentos sociais como festas de casamento, noivados e nascimentos. As duas últimas seções eram voltadas ao público feminino e mostravam padrões de beleza da época, e também era responsável pelas novidades que surgiam na cidade como filmes, peças de teatro, entrevistas com artistas e as tendências da moda mundial.<sup>173</sup> A revista se tornou um referencial aos seus leitores para que encontrassem nela os relatos sobre os acontecimentos mundiais, nacionais e regionais, além de servir como guia de etiqueta da nova

---

<sup>171</sup> ROSTOLDO, 2007, p.42.

<sup>172</sup> FAGUNDES, 2009, p.99.

<sup>173</sup> XAVIER, 2008, p.90.

moral e comportamento que se sedimentava no século XX com o ideal de modernidade.<sup>174</sup>

No pequeno burgo que era Vitória nos anos 1930 nada de importante lhe escapava: nascimentos, casamentos e falecimentos, quem estava namorando quem, figuras de destaque em qualquer campo – lavoura, comercio, sociedade, vida religiosa, educação, etc. -, e, sobretudo, política e esporte que, por sinal, já se encontravam numa fase de interesses recíprocos.<sup>175</sup>

Ao longo das páginas é possível perceber que a grande maioria das fotografias em ambientes internos se refere ao círculo privado da sociedade. São fotos das festas de aniversário, batizado, casamento, posse de políticos ou militares, e principalmente de crianças, mulheres e homens vindos da elite. “Poucas são as fotos do povo, de suas manifestações ou de seu cotidiano. Dessa forma, a partir da imagem, é construído um imaginário social que, dominado pela elite, determina as atitudes dos outros grupos sociais”.<sup>176</sup>

Mesmo nunca tendo explicitado que a revista era voltada para o público feminino, a revista tinha esse público cativo e ávido por receber as novas edições. Isso podia ser percebido pelas matérias sobre moda e comportamento, e pelo apelo feito às mulheres durante algumas edições. Ainda no começo de suas publicações, em agosto de 1923, o editorial falou sobre a capital e terminou dizendo que em Vitória havia “[...] esplendidas mulheres, há arte, há poesia, e onde há poesia, há sonho, há êxtase, há embevecimento, há perfumadas atitudes de crédulo e romântico optimismo”.<sup>177</sup>

Por essa informação é possível iniciar a pensar na importância do papel feminino para a publicação. Xavier cita como exemplo de incentivo às mulheres a abertura de espaço em colunas para algumas intelectuais capixabas como Haydeé Nicolussi, Maria Antonieta Tatabiga, Guilly Furtado Bandeira, Lydia Besouchet e Arllete Cypreste. Elas podiam expressar opiniões sobre temas diversos.

Concordando com o consenso da sociedade de que a mulher deveria se guardar para o convívio familiar e o casamento, a imprensa feminina repetia

<sup>174</sup> ROSTOLDO, 2007, p.91.

<sup>175</sup> ACHIAMÉ, 2010, p.304.

<sup>176</sup> ROSTOLDO, 2007, p.42.

<sup>177</sup> Ibidem, p.95.

esses dogmas e intensificava a produção de matérias envolvendo o âmbito familiar, doméstico e masculino. Parte expressiva dos artigos publicados para as mulheres encontrava-se preso às esferas da moda e do culto à beleza.<sup>178</sup>

As representações sobre a mulher na revista *Vida Capichaba* se revertiam das ideias de que a mulher era um símbolo da beleza, gentileza e fragilidade. As mulheres eram retratadas como seres naturalmente belos e que tinham um importante papel na sociedade, o de manutenção da família.<sup>179</sup>

Após 1930 a revista passou por momentos de transição. Manoel Lopes Pimenta, um dos proprietários, decidiu sair da fabricação do periódico devido a divergências políticas que possuía com o novo interventor João Punaro Bley, passando as responsabilidades somente para seu sócio, Elpidio Pimentel. A partir desse momento, mais feitos do governo estampavam as páginas da *Vida Capichaba*.<sup>180</sup>

Durante alguns meses depois da “Revolução”, a *Vida Capichaba* iniciou uma campanha denominada “tributo da redenção”, destinado a angariar donativos para o resgate da dívida do Estado (projeto esse iniciado por Bley logo no início de seu governo). Na edição número 250, datada de 13 de novembro de 1930, o periódico publica:

[...] os espírito-santenses natos e todos aqueles que se acham unidos a esta terra pelos laços do coração ou do espírito, sem distinção de credo político, dão com isso o mais dignificante exemplo de civismo [...] nesse momento de renascença nacional. Na medida das posses de cada um, concorramos todos para a restauração das nossas finanças. A *Vida Capichaba*, a começar deste número, contribui com 5% do produto da sua venda avulsa para o “tributo da redenção, durante o tempo que se fizer preciso.”<sup>181</sup>

Com a crise financeira crescente no país e no Estado, foi gerada uma preocupação geral na questão da contenção de gastos e recebimento de impostos. A campanha da revista não foi falada durante muito tempo, mas já mostrava indícios do importante papel que um órgão da imprensa podia exercer no quesito de mobilizar a sociedade em prol de certas demandas, além de deixar claro o posicionamento político do periódico: a favor das medidas

---

<sup>178</sup> XAVIER, 2008, p.96.

<sup>179</sup> *Ibidem*, p.95.

<sup>180</sup> *Ibidem*, p.93.

<sup>181</sup> ACHIAMÉ, 2010, p.202.

adotadas pelo governo recém instalado<sup>182</sup>. “Ficou provada a capacidade da revista de colocar-se em sintonia com os novos tempos e seus governantes, com estes logo estabelecendo laços de recíproco interesse [...]”.<sup>183</sup>

A nova fase da esfera política surgida em 1930 trazia à tona velhas contradições existentes na sociedade brasileira, e que veriam as falhas do novo governo instalado como motivos para voltar ao jogo político anterior. Sendo assim, de um lado permaneciam os que acreditavam que os problemas estavam acabados com a substituição dos personagens no poder, e do outro ficavam os que não acreditavam nas mudanças. A importância de ter o poder sobre as empresas do ramo da comunicação está em disseminar mais amplamente o discurso do governo provisório. Afinal, quando um novo grupo assume o poder, ele passa a controlar os meios de comunicação e logo os ideais dessa parcela que controla o Estado começam a ser disseminados pelas páginas de jornais, revistas, no rádio e na televisão. “É fácil constatar, assim, o poder de que dispõe as empresas que lidam com o jornal, a revista, o rádio, a televisão. A época é das grandes corporações que manipulam a opinião, conduzem as preferências, modificam os sentimentos”.<sup>184</sup>

Ao se tratar da Revolução de 1930, e dos anos seguintes, a Vida Capichaba esteve constantemente ao lado de Bley. Foi um dos lugares em que mais se publicou fotografias relacionadas à política, e sempre mostrando o lado positivo do novo governo instaurado: inauguração de hospitais, escolas, festas no Palácio do Governo, incentivo ao esporte com entrega de medalhas aos esportistas feita pelo próprio João Punaro Bley (imagem abaixo)<sup>185</sup> e muitas outras.

---

<sup>182</sup> Ibidem, p.203.

<sup>183</sup> Ibidem, p.204.

<sup>184</sup> SODRÉ, 1999, p.389.

<sup>185</sup> Revista Vida Capichaba, 30 de Junho de 1935, Número 350.



Fotografia 4: Revista Vida Capixaba do dia 30 de junho de 1935

O historiador capixaba Fernando Achiamé, ao analisar as fotografias encontradas na revista, afirma que predominavam reportagens fotográficas tratando de temas de interesse do governo ou eventos em que os personagens principais fossem autoridades e políticos de destaque, quase sempre da situação. A importância da fotografia era cada vez maior, e todas as reportagens com imagens podiam ser facilmente apreendidas por analfabetos ou por quem tinha dificuldade ou não gostava de ler. Cada vez mais, as fotografias se apresentavam como eficientes instrumentos políticos. “As fotos eram quase um relato oficial do ocorrido – se não tivesse saído na revista, não acontecera na realidade”.<sup>186</sup>

A Vida Capixaba foi um sucesso entre os espírito-santenses durante décadas, e mais do que uma mera revista ilustrada, era também uma ferramenta política que ajudava a disseminar ideários provenientes do novo modelo de governo criado após 1930. Além de matérias escritas, o periódico publicava sistematicamente fotografias ligadas ao governo e à elite política do Estado.

---

<sup>186</sup> ACHIAMÉ, 2010, p.205.

A cobertura de atos oficiais e de propaganda das realizações governamentais era uma constante. Desde a inauguração de uma praça pela prefeitura de Vitória, o registro de pequena melhoria em município do interior, ou visita de autoridades, até atos solenes de início e obras e assinatura de contratos. Enfim, manifestações populares, festas da elite, tudo que pudesse divulgar o mundo político num enfoque vantajoso para o governo.<sup>187</sup>

---

<sup>187</sup> Ibidem, p.205.

## 4 O ESPÍRITO SANTO DE BLEY

### 4.1. A Revolução e o Interventor Capixaba: 1930

Meu discurso de posse foi o seguinte:

Entre alegre e receoso, aqui estou outra vez entre o povo do Espírito Santo. Desta vez, porém, no desempenho de uma missão bem mais difícil que a primeira. Alegre estou pelo prazer de rever rostos conhecidos e receoso pelas dificuldades da missão que terei que executar. Esta missão é árdua e difícil, bem o sei, mas perseverarei desinteressado, e patrioticamente trabalhar pelo ressurgimento do nosso Espírito Santo, pela execução fiel do programa revolucionário. Estado pequeno, porém dos mais ricos, o Espírito Santo está fardado, livre da opressão que o aniquilava, a ser um dos expoentes da União.

Assim como um comandante nada pode fazer sem a boa vontade e cooperação dos seus comandados, o governo do E. Santo nada poderá fazer sem a cooperação e o apoio do seu povo. É este apoio, é esta cooperação e confiança que vos peço neste momento.

Não tenho pretensão de fazer obra isolada. Trabalharei em perfeita harmonia de vistas com um grupo de filhos desta terra, que não é minha de nascimento, mas de coração, como brasileiro que sou<sup>188</sup>.

Em novembro de 1930, Getúlio Vargas<sup>189</sup> – o líder civil de um movimento civil-militar de oposição – tornou-se Presidente do Brasil em caráter provisório. Os militares mais graduados, dez dias antes, depuseram o governo legal do então Presidente Washington Luís (1926-1930), e com isso impediram-no de dar posse ao seu candidato já eleito (e que havia derrotado Vargas nas eleições de março): Júlio Prestes.<sup>190</sup> Foi assim que o

---

<sup>188</sup> Trecho retirado das memórias de João Punaro Bley, ao descrever o primeiro discurso que proferiu ao ser nomeado Interventor do Espírito Santo. BLEY, s.d., p.70.

<sup>189</sup> Getúlio Vargas nasceu em 1883 em uma família rica de criadores de gado do Rio Grande do Sul, perto da fronteira da Argentina, onde a tradição de guerras fronteiriças ainda estava viva. Vargas primeiro ingressou na carreira militar, mas depois de breve período como cadete passou a estudar direito, formação diletta dos políticos brasileiros. Depois de uma curta carreira de advogado, deu os primeiros passos na política estadual, e em 1924 se tornou deputado federal. Subiu rapidamente no mundo político do Rio de Janeiro, chegando a ministro da Fazenda do governo de Washington Luiz em 1926. O Ministério da Fazenda fora “reservado” para o Rio Grande do Sul, e Vargas, como líder da bancada de seu estado no Congresso, era a escolha lógica para o cargo. Apesar de ter sido ministro por menos de dois anos, Vargas adquiriu importante experiência política em nível ministerial em uma época em que o novo presidente reorganizava radicalmente a política financeira do governo nacional (SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas e Castelo Branco, 1930-1964**. 2010, p.41

<sup>190</sup> SKIDMORE, 2010, p.21.

gaúcho deu início a seu governo ininterrupto que só terminaria 15 anos depois, em 1945.

Até as eleições de 1929 no Brasil, o controle do país se mantinha nas mãos de poucos donos de terras (latifundiários) pertencentes, em sua grande maioria, a duas frentes políticas principais: Minas Gerais e São Paulo. O voto era baseado no conhecido “cabresto”<sup>191</sup>. Havia, também, uma concordância disseminada pelo território quanto à necessidade urgente de uma revisão básica no sistema político. “O sistema político do coronelismo, apesar de estar em declínio devido às mudanças econômicas que enfraqueciam a tradicional estrutura social do interior atrasado do Brasil, ainda era fator importante em 29”.<sup>192</sup>

A disputa pela sucessão presidencial não era uma novidade durante a República Velha. De acordo com a Constituição de 1891, a presidência era o grande prêmio da política nacional, e como legalmente o presidente era proibido de substituir a si próprio, a agitação política crescia quando o prazo dos quatro anos começava a se esgotar. Nesse momento, os líderes do partido governante procuravam fazer acordos com os líderes dos principais estados, para nomear um sucessor de acordo com seus interesses, e a eleição estaria finalizada.<sup>193</sup>

Uma vez decidida, a nomeação equivalia a uma eleição, pois os governadores estaduais tinham o poder de administrar localmente as eleições e não hesitavam em manipular os resultados para cumprir seus acordos pré-eleitorais. Com o apoio dos líderes políticos de um número de estados capaz de assegurar a maioria eleitoral, o candidato que tivesse o apoio do regime em vigor não precisava ter medo de perder.<sup>194</sup>

Os resultados das eleições nas cidades eram neutralizados pelos “rebanhos” dos chefes políticos do interior – conhecido como coronéis -, que mandavam em seus domínios patriarcais com mão de ferro. O sistema

---

<sup>191</sup> Manipulação do eleitorado pelos chefes do interior (conhecidos como coronéis), que governavam seus domínios patriarcais com mão de ferro, e acabam por eleger quem eles quisessem. In: SKIDMORE, 2010.

<sup>192</sup> SKIDMORE, 2010, p.68.

<sup>193</sup> SKIDMORE, 2010 p.35

<sup>194</sup> Ibid. p.36.

político conhecido como coronelismo estava em declínio à medida que o século XX avançava, porém, ainda era considerado fator importante dentro das negociações eleitorais de 1929.<sup>195</sup>

De acordo com Victor Nunes Leal<sup>196</sup> o coronelismo era, sobretudo, um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público e a decadente influência social dos chefes locais: os senhores de terra. A figura do coronel trazia junto de si a imagem de liderança, e rapidamente, ganhou espaço de destaque no âmbito local, fazendo com que os trabalhadores seguissem suas ordens. “Completamente analfabeto, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais, nem revistas, nas quais se limita a ver as figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor”.<sup>197</sup>

A obediência do trabalhador rural aos mandos e desmandos dos coronéis da época pode ser compreensível quando analisado o quadro maior do cenário social e político brasileiro. A sociedade não tinha nenhum tipo de instrução política, ou algum recurso, para se desvencilhar de sua submissão. Faltavam itens básicos para a sobrevivência dos mais humildes, o que tornava lógica a cooperação com alguém que detinha poder, dinheiro e influência e, além disso, pagava – com certa insistência – pela prática de um ato que era totalmente indiferente e desconhecido ao trabalhador. É fácil compreender os motivos que levavam os trabalhadores a colaborar com o coronel, já que a grande maioria nem sabia o que uma eleição representava verdadeiramente.<sup>198</sup>

Há ainda as despesas eleitorais. A maioria do eleitorado brasileiro reside e vota nos municípios do interior. E no interior o elemento rural predomina sobre o urbano. Esse elemento rural é paupérrimo. São, pois, os fazendeiros e chefes locais quem custeiam as despesas do alistamento e da eleição. Sem dinheiro e sem interesse direto, o roceiro não faria o menor sacrifício nesse sentido.<sup>199</sup>

---

<sup>195</sup> Ibid, p.37.

<sup>196</sup> LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. Editora Alfa-Ômega, São Paulo, 1986, p.20.

<sup>197</sup> LEAL, 1986, p.25.

<sup>198</sup> Ibidem. p.36.

<sup>199</sup> Ibidem. p.35.

A figura do Coronel não era apenas a de um simples líder local. Ele constituía uma espécie de “elemento socioeconômico polarizador”, no qual ele era o ponto principal, de referência, para se conhecer a distribuição dos indivíduos dentro do espaço social (tanto para os seus iguais, como para os inferiores). Ele era o elemento-chave para se conhecer as linhas políticas que dividiam a sociedade brasileira.<sup>200</sup>

A pergunta: “Quem é você?” recebia invariavelmente a resposta: “Sou gente do coronel Fulano”. Esta maneira de redarguir dava imediatamente a quem ouvia as coordenadas necessárias para conhecer o lugar socioeconômico do interlocutor, além de sua posição política. O termo ‘gente’ indicava primeiramente que não se tratava de alguém do mesmo nível que o coronel ou sua família; caso contrário, o parentesco seria invocado logo de início para situar o indivíduo dentro do grupo (diria, por exemplo, “sou primo do coronel Fulano”). A formulação ‘gente’ indicava indivíduo de nível inferior, que podia inclusive ser parente, mas seria sempre parente pobre. Em segundo lugar, a ligação com o coronel Fulano também dava imediatamente a conhecer se o indivíduo estava em posição de apoio ao poder local ou regional, ou contrário a este, pois ninguém desconhecia a atitude dos coronéis, com relação à situação ou à oposição.<sup>201</sup>

Apesar do sistema de troca entre o coronel e o trabalhador rural acontecer de forma pacífica, essa maneira nem sempre funcionava. A obtenção dos votos, às vezes, não ocorria por meio da maneira benigna da barganha, já que essa era uma estrutura de dominantes e dominados – em que os detentores do poder possuíam diversas maneiras de alcançar seus objetivos. “A opressão, a violência, a crueldade, também foram armas utilizadas pelos coronéis para captarem votos, tão empregados e tão usuais quanto os favores e benefícios”.<sup>202</sup>

Fundamentalmente, o compromisso coronelista consistia no seguinte esquema: em relação aos chefes locais, eles (coronéis) dariam incondicional apoio aos candidatos oficiais na época das eleições estaduais e federais. No que diz respeito à situação estadual, eles eram responsáveis por garantir carta-branca ao chefe local governista em todos os assuntos relativos ao

---

<sup>200</sup> QUEIROZ, Maria Isaura P. de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris. **O Brasil Republicano**. P.155-190. Difel Editora, 4.ed. São Paulo. 1985, p.156.

<sup>201</sup> QUEIROZ, 1985, p.156.

<sup>202</sup> Ibidem, p.161.

município, inclusive nomeação de funcionários estaduais do lugar em questão.<sup>203</sup>

Se o comando do Brasil no campo nacional, era movimentado pelos principais estados, que elegiam presidentes dentro de um ciclo vicioso, já no âmbito local quem detinha o poder eram os coronéis. Eles eram os representantes do poder dentro de cada estado.

Deste compromisso fundamental, que ligava chefes locais a governadores de estado e estes ao presidente da República resultariam características secundárias do fenômeno coronelista como o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto e a desorganização dos serviços locais.<sup>204</sup>

Desmontar a máquina política que pairava durante a República Velha - com os mandos e desmandos dos coronéis, submissão dos trabalhadores rurais, o voto de cabresto era um dos objetivos da revolução de 1930. Porém, junto desse problema estava outra situação delicada, que era o remanejamento da nova máquina política que surgiria com os novos rumos. Como seria essa reorganização? E quem seriam os beneficiados?

Os acontecimentos que levaram à chamada Revolução de 1930, podem ser considerados reflexos dos eventos ocorridos na década de 1920. Durante os anos vinte, os brasileiros viviam um período de profunda efervescência e grandes agitações. Era uma fase de rupturas e instabilidade, que terminaria por eclodir em uma luta armada.<sup>205</sup>

A Revolução de 30 promoveu um rearranjo na sociedade política possibilitando o assento de setores sociais marginalizados do poder, durante a Primeira República, em diversos níveis da máquina governamental. De fato, a Primeira República se caracterizou por uma paulatina modernização do país às custas da reorganização capitalista da cafeicultura. Indústria, crescimento urbano, melhoria de transportes, proletarização, apareceram subjugados à política do café-com-leite, pela qual os fazendeiros de café de São Paulo se alternavam com os mineiros no comando, dirigindo os interesses da importação do café como se fossem os exclusivos interesses da Nação<sup>206</sup>.

<sup>203</sup> LEAL, 1986, p.50.

<sup>204</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. P.05.

<sup>205</sup> FERREIRA, 2006, p.01.

<sup>206</sup> MENDONÇA, Carlos Vinícius Costa de. O êxtase autoritário: a política educacional de segurança nacional no período Vargas e sua repercussão no Espírito Santo (1930-1940). 2002.

Existe todavia um debate na historiografia sobre a ideia da revolução ou golpe de Estado em 1930, e o trabalho acredita, como o historiador Fernando Achiamé, na ideia de uma revolução passiva que contou com a participação da elite política, porém não aconteceu um corte radical em relação às práticas do passado. Suas crenças seguem o pensamento gramsciano que traz o vocábulo “passiva” junto ao termo revolução, levando em conta que não aconteceu uma tomada de poder por uma nova classe social, e tampouco foram vistas mudanças nas relações de produção.<sup>207</sup>

Enquanto o Brasil passava por um período de instabilidade, também no Espírito Santo essas tensões eram refletidas. Como exemplo, em 13 de fevereiro de 1930 aconteceu um episódio marcante em terras capixabas. Nesse dia aconteceu um comício da Caravana Liberal no largo do Carmo, e quando o senador Pires Rabelo, do Piauí, criticou o então governo, a Força Pública agiu sobre pretexto de que a linguagem do orador incitava a violência, e começaram a atirar contra os ouvintes. Quatro pessoas morreram e outras muitas ficaram feridas, e os relatos da época sempre falam em gritos, súplicas, correria e uma multidão em desespero. No outro dia, outro evento abala os cidadãos: o jornal A Gazeta é empastelado pelas forças governistas.<sup>208</sup>

Em março de 1930 foram realizadas as novas eleições nacionais, e a vitória foi dada a Júlio Prestes (recebendo cerca de um milhão de votos, contra 737 mil contabilizados a Vargas).<sup>209</sup> Não conformados com a derrota, a Aliança Liberal e seus adeptos, tentaram se aproximar dos líderes do movimento tenentista para articular uma revolta. “O presidente Washington Luís pensava ter assegurado apoio suficiente para garantir a eleição do seu candidato presidencial, Júlio Prestes. Os resultados oficiais pareciam confirmar os cálculos”.<sup>210</sup>

---

Tese (doutorado) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p.176-177.

<sup>207</sup> ACHIAMÉ, 2010.

<sup>208</sup> PACHECO, Renato José Costa. **Os dias antigos** – Vitória: EDUFES: Secretaria Municipal de Cultura, 1998, p.34.

<sup>209</sup> FERREIRA, 2006, p.16.

<sup>210</sup> SKIDMORE, 2010, P.22.

Já havia acontecido alegações de fraude durante a contagem dos votos de eleições anteriores, além de denúncias de uso da força, de ameaças e compra de votos. Aparentemente, a eleição de 29 estava apenas repetindo esses fatos, e não passaria de protestos e acusações verbais. Em abril, a vitória de Prestes foi anunciada oficialmente, e em 30 de maio, Getúlio Vargas divulgou um manifesto denunciando as “fraudes e compressões” praticadas pelos cabos eleitorais, e disse ainda que acreditava ser necessária a modificação dos hábitos e costumes políticos dos brasileiros. Apesar das palavras do candidato perdedor, outros revolucionários não estavam satisfeitos apenas com palavras, e acabaram organizando uma conspiração para tomar o poder pela rebelião armada.<sup>211</sup>

Passado algum tempo, em 26 de julho de 1930, o presidente do Estado da Paraíba e candidato a vice-presidente da Aliança Liberal, João Pessoa, foi assassinado em Recife - mesmo que as motivações do crime tenham sido passionais, e não políticas, ele foi tido como mártir do movimento que estava sendo articulado - e sua morte tornou-se o estopim para a tomada de poder da oposição. Em carta a Borges de Medeiros, Getúlio Vargas comentava a respeito da situação política e seu agravamento gradativo:

Como já deve ser de seu conhecimento, o assassinato do presidente (da Paraíba) João Pessoa causou funda impressão em todo o país. Nesta capital, o povo manifestou-se energeticamente em concorridos comícios de protestos... Não devo, porém, ocultar-lhe que há aqui acentuada tendência revolucionária, principalmente entre os dirigentes do Partido Libertador e alguns prezados amigos nossos... O atual momento político é bastante delicado. De uma parte, dizem os libertadores que ou o governo (gaúcho) faz a revolução ou eles rompem conosco quebrando a frente única. De outra, são os nossos companheiros que, mais exaltados, se manifestam francamente em favor do movimento armado.<sup>212</sup>

A revolta começou, como programado, com Getúlio exortando os rebeldes no Rio Grande do Sul a marcharem sobre o Rio de Janeiro. Ele

---

<sup>211</sup> SKIDMORE, 2010, p.37.

<sup>212</sup> FERREIRA, 2006, p.18.

convidava a sociedade a participar: “Rio Grande, de pé, pelo Brasil! Não poderás falhar ao teu destino heroico!”.<sup>213</sup>

Cerca de três semanas depois dos rebeldes iniciarem sua marcha para o Rio de Janeiro, Washington Luiz ainda não tinha percebido que sua autoridade havia sido minada, e já no final de outubro, a revolta alcançou uma proporção tão grande que os generais do Rio resolveram tomar o assunto nas próprias mãos, divulgando um manifesto pedindo ao então presidente que renunciasse. Foi, somente, após uma intervenção pessoal do cardeal Leme que Washington Luiz se convenceu de que havia perdido seu poder, e que o melhor a fazer era abandonar o plano de empossar Júlio Prestes em novembro.<sup>214</sup>

Durante alguns dias uma Junta Provisória de Governo assume o controle do país, porém a pressão das forças revolucionárias obriga que o governo do Brasil seja entregue a Getúlio Vargas, empossado como presidente em novembro de 1930.<sup>215</sup> “No discurso de posse Getúlio Vargas diz que ‘assumo, provisoriamente, o Governo da República, como delegado da Revolução, em nome do Exército, da Marinha e do povo brasileiro’”.<sup>216</sup>

Conforme se sabe, Getúlio Vargas, líder civil desse movimento armado, tornou-se, em 1930, presidente provisório em substituição a Washington Luís, a quem a Revolução havia deposto alguns dias antes. Quebrava-se, assim, o círculo vicioso da sucessão presidencial na “República Velha” do Brasil. A “República Velha” já não tinha estrutura para aguentar o peso de suas dissensões internas e da pressão de uma crise econômica em escala mundial, minada por uma concordância disseminada quanto à necessidade urgente de revisão básica no sistema político e modificações econômicas e sociais.<sup>217</sup>

No contexto capixaba, as forças políticas estavam constantemente em conflito. A partir de duas bases fundamentais encontravam-se o grupo dos agrofundiários e o grupo dos mercantis-exportadores. Ao longo da Primeira

---

<sup>213</sup> SKIDMORE, 2010, 23.

<sup>214</sup> SKIDMORE, 2010, p.39.

<sup>215</sup> FERREIRA, 2006, p.19.

<sup>216</sup> CARONE, 1974, p.284.

<sup>217</sup> BITTENCOURT, 2006, p. 358.

República, junto a essas bases, haviam dois partidos principais: o Partido União Republicana Espírito-Santense (liderado pelas forças agrofundiárias do Sul), e o Partido Republicano Construtor (liderado pelas forças mercantis-exportadoras da região Central). Ambos os grupos brigavam pelo domínio das rédeas do Aparelho Regional do Estado, e junto deles, outros partidos apareciam (mesmo de maneira efêmera). Derivando dos dois partidos existentes, surge o Partido Republicano Espírito-Santense, que ficará no controle do governo por vários anos, junto da família Souza Monteiro.

Apenas o Partido Republicano Espírito-Santense se manteve no cenário político-partidário capixaba agregando, principalmente, as forças mercantis-exportadoras da região central e as que emergiam na região sul. Foi a partir da união partidária supracitada que a família Souza Monteiro passou a dominar a vida político-partidária do Espírito Santo. Porém, com uma peculiaridade típica da política brasileira, posto que, tal domínio se realizou aparentemente dividido. Pois, de um lado, configurou-se a liderança de Jerônimo Monteiro que agregava, principalmente, as forças agrofundiárias da região sul, e, de outro, a liderança de Bernardino Monteiro (irmão de Jerônimo) que agregava, principalmente, as forças mercantis-exportadoras de ambas as regiões. Este último, nos embates havidos entre 1913 e 1916, assumiu a liderança do Partido Republicano Espírito-Santense, e, por conseguinte, o controle da direção do Aparelho Regional de Estado (1916/1919). E, a partir daí, na direção do Partido Republicano, controlou o processo sucessório estadual até 1930. Assim, embora as forças lideradas por Jerônimo Monteiro tivessem tentado, mesmo através do uso do recurso da força, assumir, novamente o controle do Aparelho Regional de Estado, elas não conseguiram. Foram mantidas no ostracismo até a Revolução de 1930.<sup>218</sup>

Em 1930, às vésperas das eleições, as forças políticas do Espírito Santo dividiram-se em dois blocos opostos. A maior parcela apoiava o situacionismo na esfera local e federal, apoiando Washington Luiz e seu candidato Júlio Prestes. Eles eram ligados à administração vigente de Aristeu Aguiar, partidários de Bernardino Monteiro, e alguns seguidores de Jerônimo. Do outro lado, a menor parcela, encontravam-se os apoiadores da Aliança Liberal, sendo políticos como o deputado federal Geraldo Viana, Afonso Correa Lírio, Geraldo Viana e outros. Eram políticos que estavam à margem da política

---

<sup>218</sup> SILVA, P.163.

capixaba no momento, e viam no movimento de 30 uma possibilidade de chegar ao comando do estado.<sup>219</sup>

Com a notícia da aproximação da Coluna Amaral, vinda de Minas Gerais, no dia 16 de Outubro (estando praticamente vitoriosa a Revolução), o então presidente do Estado Aristeu Aguiar embarca com sua família em um navio com destino ao Rio de Janeiro, dizendo que iria consultar Washington Luiz sobre os acontecimentos. Na realidade, Aristeu deixou o Estado assim que percebeu que os liberais ganharam a revolta, e que ele era oposição no Espírito Santo a partir de então. Segundo o então presidente da Assembleia capixaba, que ficou alguns dias no comando do Estado, a notícia da chegada dos revolucionários causou pânico na população de Vitória e alguns políticos precisaram deixar o Estado.<sup>220</sup>

Quando eclodiu o Movimento de 1930, o governo do Espírito Santo continuou com o presidente Washington Luiz. Sem conseguir, porém, organizar a defesa da Capital do Estado, ameaçada pelas formas rebeldes em operação no Espírito Santo, o presidente Aristeu Borges de Aguiar abandonou o posto, deixando-o entregue a governos provisórios, até a nomeação do interventor federal, capital João Punaro Bley.<sup>221</sup>

Ao falar do General João Punaro Bley, Eurípedes Queiroz do Valle o apresenta dizendo que exerceu cargo de Interventor Federal e Governador Eleito. Voltou sua atividade administrativa para os problemas econômicos procurando desenvolver as fontes de produção, de riqueza e de instrução. Foi o responsável pela construção do “belo” Cais de Mineiro (obra considerada arrojada e de grande valor econômico porque proporcionava o embarque rápido do minério de ferro que descia das jazidas mineiras. Desenvolveu também a agricultura, criando o Município de Santa Teresa, a Escola Agrotécnica e outros centros de estudos agrícolas. A educação (com ênfase na Educação Física) foi tratada com mais ênfase, e o maior estádio da época possuía o seu nome ainda na década de 1970. Deu amparo a fundação da

---

<sup>219</sup> ROSA, 2008, P.123.

<sup>220</sup> PACHECO, Renato José Costa. Os dias antigos – Vitória: EDUFES: Secretaria Municipal de Cultura, 1998, p.34.

<sup>221</sup> BITTENCOURT, 2006, p. 358

Faculdade de Direito, reconhecendo seu papel e importância de utilidade pública.<sup>222</sup>

As nomeações dos novos interventores não transcorreram sempre de maneira pacífica e sem tensões. Alguns membros das tradicionais forças políticas locais em diversos estados entraram em conflito com essa nova figura que chegava colocando-se acima de todo o poder local. Surgiam denúncias de abuso de poder por parte do interventor recém-chegado, e alguns tiveram até mesmo que serem trocados. Esse embate acontecia porque os antigos donos dos poderes locais perceberam a função do novo cargo criado, ou seja, os interventores eram ferramentas do governo nacional para centralizar o poder.

Eles não poderiam fazer empréstimos sem a autorização antecipada do governo federal, nem capacitar de maneira excessiva as forças armadas de seus Estados (para que essas não ultrapassassem as forças nacionais). “O interventor era um instrumento de ligação entre a administração estadual e o presidente da República, um auxiliar imediato deste último dentro dos Estados, tendo a sua atividade limitada pelas atribuições especiais que lhe conferia a lei orgânica”.<sup>223</sup>

O capitão João Punaro Bley nasceu em Montes Claros, Minas Gerais, em 14 de novembro. Seus pais, Maria Punaro Barata, e João Bley Filho (engenheiro da Estrada de Ferro Central do Brasil) o incentivaram a seguir a carreira militar. Com apenas sete anos mudaram-se todos para o Rio de Janeiro e dos 13 aos 20 anos cursou o Colégio Militar de Barbacena e a Escola Militar do Realengo, concluindo seus estudos como oficial de artilharia. Não se envolveu diretamente nas revoltas tenentistas da década de 1920, porém era considerado simpatizante da causa revolucionária. Por volta de 1925 foi convocado a servir em Curitiba junto ao General Cândido Mariano da Silva Rondon, combatendo paulistas que deixaram seu estado e invadiram o Paraná formando posteriormente a coluna Miguel Costa/Prestes. No ano de 1928, na

---

<sup>222</sup> VALLE, Eurípedes Queiróz do. O Estado do Espírito Santo e os Espírito-santenses. 3.ed. 1971. p.16

<sup>223</sup> ROSA, 2008, p.133.

posição de instrutor de artilharia na Escola Militar de Realengo, entrou na Escola do Estado Maior do Exército, sendo promovido a capitão em 1930.<sup>224</sup>

Com a radicalização dos conflitos políticos e militares daquele ano, foi designado, ainda pelo governo de Washington Luís, para combater as forças que haviam se rebelado no Espírito Santo. Ali chegando, acompanhado de sete oficiais e treze sargentos, integrou-se ao comando do coronel José Armando Ribeiro de Paula que respondia pela guarnição federal (3º BC) e a polícia militar do estado. As forças legalistas não contavam com uma situação muito favorável no estado. Os efetivos militares eram reduzidos, mal armados e infiltrados de elementos opositores. Some-se a isso, o desgaste e impopularidade do governo estadual que recebera a caravana da Aliança Liberal à bala e mantinha o funcionalismo público sem receber seus salários há vários meses. Diante desse quadro, e, principalmente, após a fuga do governador Aristeu Borges de Aguiar, em navio italiano, que passava por Vitória, rumo a Portugal, Bley, rompendo com o seu comandante, atuou como conciliador e porta-voz dos interesses da nova ordem, implicando aí uma reviravolta de militar legalista a representante da revolução vitoriosa.<sup>225</sup>

O caso de João Punaro Bley se destaca em nível nacional dentro do contexto da Era Vargas, porque foi o único estado que manteve um interventor militar por mais de uma década. A estratégia que o Governo Revolucionário buscava seguir era baseada no que afirma Maria do Carmo Campello Souza de que o Executivo Federal nomeava para chefiar os governos locais, pessoas que fossem em certa medida marginais do campo político, ou seja, que não tivessem ampla raiz partidária e que não fossem muito reconhecidos dentro do Estado que iriam liderar<sup>226</sup>. Essa marca alcançada por Bley nos deixa rastros de que ele foi um dos interventores que mais se aproximou do ‘modelo ideal’ de líder local que Vargas almejava. “[...] “era estrangeiro” – não tinha vínculo direto com as forças políticas locais; “era militar”, ou seja, atendia a uma condição necessária para implementar a chamada política revolucionária e era “neutro politicamente” [...]”.<sup>227</sup>

Na descrição feita em um de seus livros, José Teixeira de Oliveira caracteriza Bley como: culto, probo, objetivo e perseverante. Conseguiu gerir

<sup>224</sup> MENDONÇA, Carlos Vinicius Costa de. Segurança nacional e intervenção no Espírito Santo na Era Vargas/Bley (1930-1940). In: Revista Dimensões, vol. 25, 2010, p. 182-195. p.184

<sup>225</sup> MENDONÇA, 2010, p. 185

<sup>226</sup> SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estados e partidos políticos no Brasil** (1930-1964). 2.ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1983. P.87

<sup>227</sup> MENDONÇA, 2010, p.183

com sabedoria o dinheiro público e conseguiu limpar o Tesouro do Estado de todos os ônus financeiros. “E mais: resgatou, segundo um plano altamente benéfico para o Espírito Santo, todos os empréstimos que lhe corroíam o orçamento”.<sup>228</sup>

De acordo com essas informações pode-se notar que Bley preenchia as lacunas desejadas pelo novo Governo Central. Era um mineiro, criado no Rio de Janeiro, e que assumiria o comando do Espírito Santo (não ter laços diretos com o Estado que irá comandar pode ser positivo na questão de manter-se à margem das disputas locais existentes, e não tomar partido de nenhum lado). Também era militar, e mesmo que fosse partidário da Revolução, não era um militante muito ativo, fator esse que dava um pouco de imparcialidade para acatar as decisões vindas de cima com menos restrições. Antes de assumir o cargo de Interventor, João Punaro fez parte da Junta Governativa do Estado, aguardando enquanto Getúlio não tomava o controle definitivo do país.

Foi na edição de 13 de novembro de 1930 que Bley apareceu pela primeira vez na revista *Vida Capichaba*, em duas fotos, sendo uma junto dos demais membros da Junta, e na outra junto a outros participantes da revolução.

Decerto que Bley, logo que assumiu o cargo, esperava ser substituído a qualquer hora. Segundo se depreende do seu próprio relato, nos eventos de outubro de 1930 agiu como líder militar que se caracterizou por iniciativas conciliatórias entre as tropas revolucionárias e oficiais ainda leais ao regime em extinção, o que lhe valeu ser indicado para a Junta Governativa que provisoriamente ascendeu ao poder no estado. Como resultado de sua atuação como membro da Junta, pelos contatos mantidos com os meios sociais e dirigentes do estado e devido às ligações que estabeleceu com lideranças da revolução no plano nacional, foi nomeado para a interventoria. Aceitou-a como uma incumbência, da mesma forma que um soldado procura cumprir com acerto uma missão ordenada pelo superior.<sup>229</sup>

Bley elegeu seus assessores entre os líderes revolucionários no Espírito Santo, tentando privilegiar as diversas áreas da política estadual. A fase inicial de sua administração não foi fácil por diversos motivos. Primeiro, porque encontrou o Estado em uma precária situação econômico-financeira, depois porque, como era um “forasteiro” não conhecia a política local e recebia fortes

---

<sup>228</sup> OLIVEIRA, 2008, p.452

<sup>229</sup> ACHIAMÉ, 2010, p.176

pressões de grupos antagônicos presentes em seu governo, e que constantemente entravam em conflito.<sup>230</sup>

A primeira vez que João Punaro apareceu na revista *Vida Capixaba* foi em outubro, em uma fotografia que apresentava o título “*O movimento Revolucionário no Espírito Santo*”, e a legenda “*Grupo de officiaes do exército e forças revolucionárias, que tomaram parte no movimento último, vendo-se, ao centro, o capitão João Punaro Bley, da Junta Governativa do Estado*”.<sup>231</sup>



Fotografia 5: Grupo de officiaes do exército

Já como membro de um grupo seleta que estava no poder do Estado por um determinado período de tempo, Bley aparece pela primeira vez com outros cinco oficiais do exército, ganhando destaque com a divulgação de seu nome, enquanto os outros eram apenas “oficiais do exército”.

Na mesma edição, surge outra foto com mesmo título e legenda “*Grupo de militares que tomaram parte saliente na revolução, vendo-se, sentados, da esquerda para a direita, tte. Wolmar Cunha, major Paes Brasil, cel. Octavio*

<sup>230</sup> FRANCO, 2003, p.93

<sup>231</sup> Revista *Vida Capixaba*, 3 de Novembro de 1930, Número 250, Anno VIII

*Amaral, cap. João Punaro Bley, ttes. Pio Borges, E. Lins, Carlos Medeiros, Quintão e Henrique Villá*.<sup>232</sup>



Fotografia 6: Grupo de oficiais do exército II

Uma semana depois, na edição número 251, de 20 de novembro de 1930, Bley volta a aparecer em fotografias da *Vida Capichaba*, que continuava a falar sobre o movimento revolucionário no Espírito Santo e apresentava o Capitão pela primeira vez como Interventor escolhido.

A primeira foto continua com o título idêntico ao da outra edição, e a legenda diz: “*A Junta Governativa do Estado Proclamada pelas forças revolucionárias, composta dos Drs. Affonso Corrêa Lyrio, João Manoel de Carvalho e cap. João Punaro Bley*”.<sup>233</sup> Os três encontram-se sentados, e Bley permanece no lado esquerdo da foto, sendo o único fardado entre os três.

<sup>232</sup> Revista *Vida Capichaba*, 3 de Novembro de 1930, Número 250, Anno VIII

<sup>233</sup> Revista *Vida Capichaba*, 20 de Novembro de 1930, Número 251, Anno VIII



Fotografia 7: Grupo de oficiais do exército III

Na sequência aparece uma foto com a legenda: “*Grupo apanhado após a inauguração da Praça João Pessoa, vendo-se, em pé, ao centro, a Junta Governativa do Estado*”.<sup>234</sup>

---

<sup>234</sup> Revista Vida Capichaba, 20 de Novembro de 1930, Número 251, Anno VIII



Fotografia 8: Grupo apanhado após inauguração da Praça João Pessoa

Por último aparece, ocupando página inteira, uma foto de Bley sozinho. No título “*O Governo do Espírito Santo*” e na legenda “*O exm<sup>o</sup>. Sr. Cap. João Punaro Bley, da junta Governativa, que acaba de ser distinguido pelo Governo da República com a nomeação para interventor do Estado*”.<sup>235</sup>

---

<sup>235</sup> É importante salientar que essa é uma das únicas fotografias de João Punaro Bley sozinho, como uma foto oficial. Não foi possível localizar outras fotos oficiais nos locais procurados: Acervo Fotográfico da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, Arquivo Público estadual, Biblioteca Estadual. Foi a partir dessa fotografia que o interventor ganhou um rosto, uma imagem pública. Foto em: Revista Vida Capichaba, 20 de Novembro de 1930, Número 251, Anno VIII



Fotografia 9: O governo do Espírito Santo

Reflexo da “Era Vargas”, Bley governaria o Espírito Santo de 1930 a 1943. De início, tratou sua equipe de fortalecer o orçamento público, dar continuidade aos empreendimentos antes paralisados, como as estradas de rodagem e as obras do porto de Vitória. Não contribuiria à modificação dos rumos já tomados pela economia capixaba, cujos interesses a carreavam para a monocultura cafeeira.<sup>236</sup>

Existem vários fatores que ajudaram na indicação de Bley para a interventoria capixaba (como a indicação pela Associação Comercial de Vitória e a conciliação entre grupos civis e militares e tropas que invadiram o Estado), porém é preciso, também, dar crédito à importância que Vargas externava quanto ao papel exercido pelos militares no movimento de trinta, e o desejo de seguir dando importância a essa instituição durante o novo governo.<sup>237</sup>

---

<sup>236</sup> BITTENCOURT, 2006, p. 358.

<sup>237</sup> MENDONÇA, 2010, p.185.

Em suas memórias, o próprio Bley retrata o episódio da escolha pelo nome do novo interventor, e da batalha que havia entre alguns nomes no núcleo do poder político, todos ansiando por alcançar o posto de interventor. Ele mesmo afirma que já havia feito seu trabalho no Espírito Santo, e desejava voltar para o Rio e seguir a vida.

Desinteressado, passei, então a assistir “verdadeira batalha” por essa nomeação envolvendo João Manoel de Carvalho, Afonso Lírio e Geraldo Viana, este último também prócer da Aliança Liberal, mas residente no Rio.

Ex-deputado federal, rompido com Washington Luís, considerava-se com direito à governança do seu Estado e para isso trabalhava.

Em Vitória, o mais ativo era João Manoel de Carvalho, que, valendo-se de sua velha amizade com a família de João Pessoa, esforçava-se para que o novo interventor fosse, pelo menos, favorável à corrente jeronimista. Em sucessivas consultas telegráficas os nomes se sucediam, vetados por uns e outros, quando não por todos.<sup>238</sup>

Nessa primeira passagem de seus escritos, é importante revelar o poder de um texto como esse. Bley inicia o assunto sobre o arranjo do novo interventor se dizendo “desinteressado” pela corrida política. Isso seria de fato o que ele pensava, ou uma maneira de escrever sua própria história?

Para falar sobre a relação entre história e biografia, vamos começar pela fórmula elaborada por Sabina Loriga<sup>239</sup> na qual:  $A = a + x$ . Considerando que  $A$  é o indivíduo completo, um homem no seu todo;  $a$  representa os fatores externos a esse homem como a cultura, economia e sociedade de uma determinada época; e  $x$  é seu livre arbítrio, sua subjetividade, vontades e desejos. Ou seja, um homem é formado pela combinação entre o mundo em que vive, e seus anseios pessoais.

Considerando as memórias de Bley como um tipo de biografia, tem-se em mente que aquelas palavras foram produzidas com base em cenas vividas ou escutadas pelo autor, e que ele é responsável por empregar sua visão, criatividade e emoção em cada linha. Contar fatos que foram vividos no passado é também abrir um arquivo pessoal de lembranças e memórias, que conta tanto com o que é bem lembrado, quanto com o que é esquecido. Para

<sup>238</sup> BLEY, João Punaro. **Memórias**. Fotocópia do manuscrito. Rio de Janeiro: Cpdoc/FGV, s.d. Referência: JPB d 00.00.00/2, p. 66.

<sup>239</sup> LORIGA, 2011.

utilizar uma fonte como um livro de memórias, cabe ao historiador levar em conta toda a liberdade de escolha que seu autor é envolvido, e lembrar que o a da questão é constante, mas o x é variável e pessoal. Os acontecimentos da década de 1930 foram vividos por muitos, mas a maneira como cada um sentiu e pode contá-los, é única. Bley aborda cada momento vivido por ele com sua visão singular.

A história humana não é determinada pela ação de grandes causas necessárias, exclusivas e previsíveis, nem sequer é dirigida pela Razão, por um desígnio racional, mas é coberta por mil pequenos fardos concomitantes: cada indivíduo se encontra sempre no coração de uma série móvel de fatos. Dito de outro modo, Tolstói descreve a natureza temporal da causa: diz-nos que não se trata de um fator ou de um acontecimento exterior, mas de um conjunto de circunstâncias, expressão da trama de dependências em que se fundam os homens.<sup>240</sup>

Dentro do que é escrito encontra-se a memória, e nela estão a lembrança e o esquecimento. Le Goff afirma que a memória é a base em que se firmam as impressões pessoais e coletivas dos fatos vividos, e também é uma fonte reveladora dentro da historiografia.<sup>241</sup> O autor ainda considera a dependência e as variações da memória e de esquecimento. O personagem que lembra é levado em direções diversas, assim como o que esquece. Lembrar ou esquecer varia de acordo com a posição de quem exercita a memória, e tendemos a lembrar mais de alguns fatos e menos de outros.

O exercício necessário para manter a memória em boa forma, representa a atividade criadora de lembranças e de esquecimentos. O que é esquecido é tão importante quanto o que é lembrado, e dentro de um texto biográfico, esse esquecimento pode ser intencional ou não. O silêncio durante as páginas representa uma maneira de não tocar em determinado assunto, e tentar apagá-lo. Para Paul Ricouer a memória é como um galpão de coisas do passado, e dentro dele a própria memória pinta, cria e esculpe narrativas e imagens diferentes. Algumas imagens podem ser perdidas lá dentro, e serem de fato esquecidas, porém para o pesquisador, é relevante saber se o esquecimento foi ou não proposital.

---

<sup>240</sup> LORIGA, 2011, p.191.

<sup>241</sup> LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Unicamp, 2012, p. 423.

Um enigma, porque não sabemos, de saber fenomenológico, se o esquecimento é apenas impedimento para evocar a para encontrar o tempo perdido, ou se resulta do inelutável desgaste, pelo tempo, dos rastros que em nós deixaram, sob forma de afecções originárias, os acontecimentos supervenientes. Para resolver o enigma, seria necessário não de desimpedir e liberar o fundo de esquecimento absoluto sobre o qual se destacam as lembranças preservadas do esquecimento, mas também articular aquele não-saber relativo ao fundo de esquecimento absoluto ao saber exterior – particularmente o das neurociências e das ciências cognitivas – concernentes aos rastros mnésicos. Não deixaremos de evocar, no devido momento, essa difícil correlação entre saber fenomenológico e saber científico.<sup>242</sup>

Esquecer, bloquear, não lembrar, apagar as lembranças, pode ser considerado manipulação, denominado por Ricouer de memória feliz. Ou seja,

[...] esquecimento não seria, portanto, sob todos os aspectos, o inimigo da memória, e a memória deveria negociar com o esquecimento para achar, às cegas, a medida exata de seu equilíbrio com ele? E essa justa memória teria alguma coisa em comum com a renúncia à reflexão total? Uma memória sem esquecimento seria o último fantasma, [...].<sup>243</sup>

A partir de então, as memórias escritas por João Punaro Bley serão analisadas como um texto pessoal de sua memória, repleto de intenções e esquecimentos (propositais e involuntários). Além do fator tempo, temos o fator intenção. Como um texto próprio, o ator contaria a história que mais o beneficia, como por exemplo, se dizer desinteressado pelos assuntos políticos que escolheriam o novo interventor, mas tentando assumir o posto. Assim como as fotografias mostram a imagem que ele desejava transmitir, acontece o mesmo com suas palavras.

Retornando ao momento em que o novo líder local capixaba seria escolhido, não havia um acordo entre os envolvidos quanto ao nome que deveria assumir a interventoria estadual, e acabaram por facilitar a decisão do poder central, de nomear alguém de total interesse deles (levando em conta também os interesses do Estado). De acordo com Joseneide Rosa<sup>244</sup>, o próprio Getúlio Vargas decidiu-se pelo nome de Bley, já que ele havia participado da

---

<sup>242</sup>RICOEUR, 2007, 48-49.

<sup>243</sup>Ibidem, p.424.

<sup>244</sup>Oliveira, 2008, p.135.

luta armada, passado pelo Espírito Santo, e atendia às necessidades de um interventor.

Novamente em suas memórias o Capitão Bley narra como foi o dia em que ficou sabendo que iria atuar como Interventor em terras capixabas:

Por mero acaso, cheguei ao Rio justamente no dia do meu aniversário, 14 de novembro, e de logo fui conduzido diretamente ao gabinete de Oswaldo Aranha, ministro da justiça, por um representante de Baptista Juzardo, chefe de Polícia.

Ao apresentar-me a Oswaldo Aranha, pessoa que não conhecia e, muito menos Getúlio, ele foi logo dizendo: “o decreto de sua nomeação para interventor do Espírito Santo já está assinado. Aguarde alguns instantes que daqui iremos ao catete, para apresentar você ao Getúlio”.

Durante o trajeto expus-lhe minhas preocupações em face das divergências que assisti, novamente uma possível atitude de reação de Geraldo Vianna, indignado com sua preterição.

Tranquilizou-se dizendo que eu iria para o Espírito Santo com todo apoio do governo revolucionário.

Levado à presença de Getúlio, depois das apresentações, disse-me Getúlio: “a situação política do Espírito Santo ainda está confusa com os assuntos políticos que me apoiaram em luta. Reavi um telegrama da associação comercial de Vitória lembrando o seu nome e sua posição como membro da Junta Governativa. Estimado Juarez Távora que apoiou seu nome, julguei de melhor nomeá-lo interventor. Pessoa estranha ao estado, o senhor terá melhores condições de apaziguá-lo”.

Ponderei: “estou pronto para cumprir suas determinações, mas desejo alertá-los que sou um simples capitão do exército, sem prática de administração pública. Além disso, sou aluno do 2º ano da Escola de Estado Maior e não desejaria interromper meu curso, cujas aulas começam esse março de 1931”.

Finalizando a conversa, Getúlio aduziu: até março temos 4 meses. Vá assumir seu posto e pouco antes das aulas se abrirem volte aqui para conversarmos”.<sup>245</sup>

O fato do Bley não ter sido eleito no primeiro momento, mas sim escolhido como uma boa opção dentre um leque de possibilidades de um novo governo nacional, e que ocuparia um cargo dentro de um Estado sem coesão até mesmo para indicar o nome de seu novo líder, mostra o esforço que o capitão teria que fazer para alcançar êxito em sua empreitada.

É no governo de Bley que se inicia uma política caracterizada pelo reformismo autoritário, na tentativa de conciliar os interesses locais com as novas ordens vigentes de centralização do poder central. Foi o responsável por

---

<sup>245</sup> BLEY, s.d., p. 66.

várias mudanças na administração, na política e na economia do Estado, mas sem alterar de maneira profunda as bases da estrutura existente. Os novos costumes políticos junto a uma mescla de antigas práticas foram tomando conta do Estado capixaba.

Em sua primeira interventoria Punaro Bley cuidou de pôr em prática políticas que, por um lado, tinham por fundamento os ideais reformistas que o haviam levado a participar ativamente em favor da causa revolucionária e, por outro, tinham por respaldo as diretrizes gerais e institucionais do Governo Provisório realizado sob o comando de Getúlio Vargas.<sup>246</sup>

Também é possível notar no governo de Punaro um incentivo a várias áreas sociais, que atingiam grande parte da população. Entre elas destaca-se o arrojo financeiro, a educação e a saúde. A bandeira levantada pelo interventor a favor da escolarização ganhou apoio da elite, e o projeto de educar o povo capixaba ascendeu durante o governo Bley. A escola passou a assumir uma posição de importância ímpar como guia moral e espiritual do futuro cidadão. Junto à questão da educação, apareciam constantemente os ensinamentos ligados ao saneamento e à higiene. Ao dar prioridade a essas vertentes dentro de seu governo, Bley estava seguindo os passos do programa implementado em nível nacional por Getúlio.<sup>247</sup>

A educação – fosse sanitária ou moral e cívica do corpo ou da mente –, adquiriu, na interventoria Bley, uma conotação até então nunca evidenciada na história capixaba. Passou a figurar como condicionante do que se poderia esperar de um bom trabalhador ou cidadão. A boa educação e um corpo saudável foram tomados como requisitos básicos para a configuração da nacionalidade brasileira. A escola foi a instituição onde pareceu ser possível, naquele momento, atingir amplos segmentos da população no sentido de normalizar, homogeneizar, disciplinar, ordenar e higienizar hábitos e comportamentos.<sup>248</sup>

O ano de 1930 foi importante, pois houve transformação política em todo o país. Nesse ano, Bley lutou pelas forças revolucionárias, e conseguiu ser indicado líder local de um Estado. Assim, sua carreira de líder capixaba teve início, bem como a circulação de suas fotografias pela Vida Capixaba.

---

<sup>246</sup> ROSA, 2008, P. 139.

<sup>247</sup> MENDONÇA, 2010, p. 187.

<sup>248</sup> MENDONÇA, 2010, p. 188.

Deixando claro que sabia o desafio que encontraria no Espírito Santo, Bley afirma em suas memórias quando relembra do início de sua interventoria: “Somente o otimismo e a audácia da mocidade permitiram-me aceitar tão arriscada e difícil missão”.<sup>249</sup>

Entre as cinco fotografias veiculadas no periódico durante esse ano, todas retratam um período logo após a vitória da Revolução, e por ser um momento de transição, Bley aparece como membro da Junta Governativa, e somente na última imagem é apresentado Interventor. O que é constante nas fotografias são os trajes oficiais e, em todas, os militares que aparecem na frente da lente estão posando para o fotógrafo (que infelizmente não pôde ser reconhecido). Isso indica uma intencionalidade de registrar o novo, divulgar o movimento revolucionário, e dar rostos àqueles que ajudaram de maneira efetiva para essa vitória.

É possível encontrar, já nessas primeiras fotografias, a marca de seu uso como ferramenta de legitimação do poder. Elas asseguram a vitória do lado revolucionário, e tratam de mostrar os rostos dos novos donos do poder que chegavam. A última imagem de 1930, estampando somente João Punaro Bley, é a única fotografia encontrada que se assemelha a um retrato oficial, mostrando somente o militar.

Em um dos capítulos de sua obra *Medo, Reverência e Terror*, Carlo Ginzburg trata de imagens de líderes feitas em cartazes durante a guerra, chamando a sociedade a participar do conflito. O autor explicita o apelo emocional que eles traziam dentro de si, e a eficácia dessas imagens no número de homens que acabavam se alistando após a divulgação dessas obras. Em uma frase que bem resume a importância da disseminação da imagem, ele afirma que “A representação da autoridade atuava como a própria autoridade”.<sup>250</sup> O poder da fotografia dentro dos meios de comunicação, como uma maneira de apresentar e aproximar o líder da sociedade em si, será

---

<sup>249</sup> BLEY, s.d., p.68.

<sup>250</sup> GINZBURG, Carlo. **Medo, reverência e terror**: quatro ensaios de iconografia política. 1.ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p.69.

confirmado nos próximos anos de veiculação da Vida Capichaba e no número crescente de fotografias de Bley que foram impressas.

#### 4.2 A tentativa democrática e o novo governador - 1935

Tomei posse do cargo de Governador Constitucional perante a Assembleia Legislativa no dia 15 de abril, a oposição ausente de plenário em sinal de protesto.

Com a eleição de Jerônimo Filho para o senado e com a convocação de seu suplente, fiquei novamente em minoria. A oposição, inconformada, valendo-se desta circunstância, anunciou que na nova Constituição a ser elaborada, meu mandato seria de 3 meses em lugar de 4 anos e que meus vencimentos não ultrapassariam de 300 mil reis mensais.

Não dei qualquer importância a tais boatos. Sabia, por experiência própria, que “governo era governo, com grandes poderes de sedução.”<sup>251</sup>

Entre os anos de 1931 a 1934, a política implantada por Bley tentou se orientar pelo Código dos Interventores, juntamente com o apoio a obras tenentistas que não fossem contrárias aos interesses da oligarquia estadual. De acordo com Fernando Achiamé<sup>252</sup> isso evidenciava a tentativa do interventor de agradar a quase todos os grupos existentes, tanto o governo nacional, quanto as oligarquias capixabas que perderam o controle do Estado.

Em 1931 o café correspondia a 83% da arrecadação estadual e era dito como o quase único produto da lavoura espírito-santense, e o item que mais representava o porto de Vitória.<sup>253</sup>

Um dos primeiros focos do capitão, de acordo com a perspectiva do trabalho, foi dar ênfase à situação financeira estadual e fazer um rigoroso controle das despesas, cortando gastos desnecessários. Entre as medidas desse controle financeiro estão: redução dos vencimentos dos servidores em 10%, a cobrança de novos impostos, reorganização do quadro dos professores primários, pagamento aos coletores através de uma tabela menor, revisão do benefício dos aposentados, supressão de cargos que não faziam diferença

---

<sup>251</sup> Trecho retirado das memórias de João Punaro Bley ao ser nomeado Governador em 1935, após um processo de disputada de poder interno no Espírito Santo. BLEY, s.d., p.94.

<sup>252</sup> ACHIAME, 2010, p.143.

<sup>253</sup> PACHECO, 1998, p.45.

dentro do todo e contenção geral de verba. Abordando o assunto em suas memórias, Bley afirma:

Outra medida que tomei, numa demonstração que desejava um governo absolutamente honesto, foi a publicação diária do movimento de caixa do Tesouro: receita arrecadada no dia e despesa pormenorizada, nome por nome e os motivos dos pagamentos.<sup>254</sup>

A eficácia em controlar as despesas do Estado deu origem à criação da Inspetoria dos Municípios (posteriormente chamada Departamento das Municipalidades), e saiu do contexto do Espírito Santo sendo utilizada em outros Estados do Brasil. Bley trata do fato de ser precursor nas medidas de controle financeiro:

Este órgão diretamente subordinado à Interventoria, tinha por fim imediato portar assistência aos municípios, velar pela aplicação das suas rendas, orientá-los na elaboração dos seus orçamentos, bem como cooperar com cada um deles em tudo que dissesse respeito à sua economia. Seus “considerandos” foram os seguintes: Considerando que a dissolução dos poderes legislativos municipais veio trazer à tutela do Estado os negócios dos municípios; Considerando que há necessidade de verem uniformizados os serviços públicos municipais, afim de se evitar a disparidade que se observa atualmente nos mesmos serviços; Considerando, enfim, que a Interventoria é a única responsável perante o governo Provisório da República pelos atos praticados por todas as autoridades municipais em território do Estado.<sup>255</sup>

Além de explicar o órgão, o interventor também registra o sucesso no seguinte trecho: “Diga-se de passagem que quase todos os Estados copiavam o que havíamos determinado para fiscalizar as atividades municipais, descontroladas pela politicagem da chamada ‘república velha’”.<sup>256</sup>

Para legitimar a necessidade de Revolução, muito do que se fazia era criar uma imagem de ineficiência e irresponsabilidade da gestão passada, explorando as dívidas e necessidades de se fazer cortes de gastos como uma medida salvadora do novo governo, que agora era responsável por reerguer o Estado da situação caótica em que se encontrava.<sup>257</sup>

Ainda sobre as despesas, uma passagem escrita em sua memória chama atenção. Bley começa a contar que fiel como era ao seu programa de

<sup>254</sup> BLEY, s.d., p. 73-74.

<sup>255</sup> BLEY, s.d., p.72.

<sup>256</sup> BLEY, s.d., p.72.

<sup>257</sup> ZORZAL E SILVA, 1995, p.177.

supressão de despesas, decidiu certo ano que quem quisesse “brincar o carnaval” deveria fazer com seu próprio dinheiro, já que a interventoria não gastaria com essa festa. Com essa decisão, ele ficou conhecido como “inimigo do carnaval de rua”. Anos depois, mostrando que suas ações valeram a pena por um bem maior, o capitão conta que encontrou um senhor que perguntou se ele era o ex-interventor do Espírito Santo, e quando respondeu afirmativamente aquele homem começou a contar uma história. Desse que era sargento de um navio e que certa vez, no início dos anos 1930 aportou em Vitória por alguns dias. Alguns de seus marinheiros foram visitar o Palácio do Governo e voltaram dizendo que o Interventor os recebeu bem, mas deveria ser ‘pão-duro’ já que nem ofereceu um café durante toda a tarde. Ao ouvir isso de seus homens, ele disse: “Eu, que era sargento, achei que o Senhor estava mais que certo, poupando dinheiro do povo com essas despesas desnecessárias”.<sup>258</sup> Essas passagens, como tantas outras dentro das memórias de João Punaro, aponta para a construção do personagem que Balandier já deixou claro: um herói, alguém que estava sempre certo e tomava as melhores decisões para a sociedade que estava à frente.

Também foi medida do interventor iniciar a Junta de Sanções, que deveria apurar por meio de comissões de sindicância as responsabilidades de ex-prefeitos, exonerou o juiz de Itaguaçu por receber indevidamente subvenções da Câmara Municipal, entre outros. Ao falar com a imprensa oficial, Bley afirma que no Espírito Santo não existia propriamente política, havia administração, porque ele não era político e nem desejava se tornar. Era um administrador.<sup>259</sup>

A hegemonia política que deveria ser construída pelo Interventor deveria ter êxito através de abordagens tanto de consenso como de coerção. O novo governante se envolvia nos assuntos mais amplos como a prestação de contas, mas também tratava pessoalmente de assuntos mais particulares como casos de violências que seriam julgados em tribunais. Ele precisava estar

---

<sup>258</sup> BLEY, s.d., p.73.

<sup>259</sup> PACHECO, 1998, p.36.

presente em diversas situações e circunstâncias, para ser visto e falado. Ser conhecido.

Era fundamental divulgar a presença do poder da interventoria, mesmo em lugares menores e mais afastados da capital, como o município de Rio Novo. Essa onipresença devia ser enfatizada para se mostrar eficaz aos olhos de um público mais amplo.<sup>260</sup>

Como já dito anteriormente, Bley assumiu o cargo na Junta e posteriormente de Interventor, como um soldado que estava cumprindo ordens após uma batalha. Ordens essas até certo ponto lisonjeiras, já que era uma forma de reconhecer o sucesso de seu esforço militar durante a revolução. O que acontece com o passar do tempo é que o capitão começa a ver que possui condições de continuar exercendo o cargo por um período mais longo, e se transforma de militar, em um líder. Essa mudança fica clara, em 1931 quando passa pelo Rio de Janeiro, encontra Getúlio e o lembra do acordo dele permanecer no Espírito Santo até que suas aulas recomeçassem. De acordo com Bley, Vargas o elogia e o encoraja a permanecer no cargo: “O Senhor vai indo bem, sem criar casos. Fique mais um ano, tratarei de providenciar a transferência de sua matrícula na Escola de Estado Maior para 1932”.<sup>261</sup>

Deixando traços de que sabia que poderia seguir em seu posto, mantendo a satisfação entre os capixabas e Vargas, Bley começou a querer ser visto. Ainda, em 1931, iniciou uma jornada para conhecer o Espírito Santo, já que era responsável por sua administração. Foi andando pelo interior, e fotografando suas caminhadas que eram publicadas na Vida Capichaba com o título “Excursão Governamental”. “O interventor, sempre vigilante e operoso, estava conhecendo o estado não como simples viajante, mas a trabalho”.<sup>262</sup>

Como a revolução de 1930 afirmava a necessidade de mudanças políticas no Brasil, em 1934 por meio das Disposições Transitórias da Constituição Federal foi decidido que as assembleias constituintes estaduais iriam eleger indiretamente, e em primeiro lugar, os governadores dos seus Estados e os dois senadores, para que quatro meses depois fossem

---

<sup>260</sup> ACHIAME, 2010, p.159.

<sup>261</sup> BLEY, s.d., p.74.

<sup>262</sup> ACHIAME, 2010, p. 178.

preparadas as constituições<sup>263</sup>. Isso mostra a intencionalidade em eleger somente quem estava de acordo com as práticas varguistas, e que a abertura democrática não era tão ampla como eles tentavam passar.

No contexto nacional, Vargas passava por uma pressão pela reconstitucionalização do Brasil, e frente às circunstâncias, incentivava a criação de partidos estaduais que serviriam de apoio aos interventores e ao Governo Federal na futura elaboração da Constituição que seria logo feita. Assim, em 1933, é criado o PSD no Espírito Santo, organizado por Carlos Lindenberg e controlado diretamente por Bley.<sup>264</sup>

Em uma das passagens de suas memórias ele afirma:

O ano de 1933 foi dos mais difíceis e trabalhosos, em face da convocação de eleições para a Assembleia Constituinte. Assim, cumpria-nos organizar um partido para apoiar Getúlio e defender os ideais da revolução. A exemplo dos demais Estados, fundamos o Partido Social Democrático do Espírito Santo, congregando revolucionários e outros elementos de maior projeção na vida do Estado, desde que não comprometidos fundamentalmente com o governo deposto.<sup>265</sup>

Em julho de 1932, o governo capixaba, vendo acontecer a Revolução Constitucionalista de São Paulo, afirma que pretende defender o governo provisório, a qualquer preço. No final dessa Revolução, para minimizar os ânimos exaltados, foi promulgado o Código Eleitoral de 1932, aprovando o voto dos 18 anos extensivo às mulheres, e parlamentares eleitos proporcionalmente e representantes classistas eleitos pelos sindicatos.<sup>266</sup>

Os primeiros indícios da redemocratização do país trouxeram em 1933 as forças políticas do Espírito Santo já começavam a se rearticular compondo as novas bases partidárias. Nessas composições, vieram à tona as disputas internas que existiam no Estado, porém com um personagem novo: o interventor.<sup>267</sup>

---

<sup>263</sup> ACHIAMÉ, 2010, p. 246.

<sup>264</sup> ROSA, 2008, p.153.

<sup>265</sup> BLEY, s.d., p.80.

<sup>266</sup> PACHECO, 1998, p.37.

<sup>267</sup> ZORZAL E SILVA, 1995, p.183.

Tempos depois, enquanto o liberalismo perdia espaço no Brasil e no mundo, Vargas conseguia manipular os extremos jogando-os uns contra os outros, e criando, na cabeça dos militares e da classe média, um profundo pessimismo a respeito da viabilidade da política franca e aberta. Como exemplo, podemos citar as manobras desde o final de 1934 de Getúlio para desacreditar o nascimento do movimento popular, argumentando de que seria encabeçado por comunistas. Isso resultou em debates no Congresso a favor do combate aos subversivos, em 1935, antes que a Aliança Nacional Libertadora estivesse plenamente organizada. Pensando nesse combate, em 30 de março foi aprovada uma Lei de Segurança Nacional que legitimava ao governo federal poderes especiais para reprimir atividades políticas classificadas como subversivas.<sup>268</sup>

Em 1934, o Espírito Santo estava dividido entre dois lados. O primeiro formado por partidários jeronimista e alguns integrantes do governo Bley que se desentenderam com o interventor, formaram o Partido da Lavoura. De outro lado estavam os participantes do governo Bley, parte das forças agrofundiárias e mercantis exportadoras, e alguns jeronimista dentro do Partido Social Democrático do Espírito Santo. O PSD estadual era organizado por Carlos Lindenberg e atraiu diversos coronéis e a elite capixaba, já que era completamente defendido pelo então interventor.<sup>269</sup>

Assim, foi entre essas forças políticas que em 1935 ocorreram os embates para definir o sucessor de Punaro Bley à direção do Aparelho Regional de Estado. Todavia, não chegaram a um acordo e, novamente, a saída seria articulada pelo alto. Dos acordos e conchavos realizados resultou a manutenção de Punaro Bley no posto. Os depoimentos de Carlos Fernando Monteiro Lindenberg e de João Punaro Bley são particularmente esclarecedores, nesses aspectos.

No início de 1935, já nos trâmites da escolha pelo governador, Bley se encontra com menos apoiadores do que o necessário para garantir sua eleição, e depois de encontros com Vargas e desacordos com políticos capixabas,

---

<sup>268</sup> SKIDMORE, 2010, p. 54.

<sup>269</sup> ROSA, 2008, p.154.

decide tirar sua candidatura e apoiar o candidato do Partido da Lavoura, Jerônimo Monteiro. Foram vários incidentes que aconteceram até o dia da votação, de fato.

No dia 12 de abril de 1935, a votação ocorreu da seguinte maneira: 1º Escrutínio para Governador do Estado: João Punaro Bley – 2 votos; Jerônimo Monteiro Filho – 11 votos; Asdrúbal Martins Soares – 12 votos. No segundo escrutínio acontece a mudança: João Punaro Bley – 13 votos e Asdrúbal Soares – 12 votos. Essa reviravolta pode ser explicada como um dos incidentes ocorridos durante o período da pré-votação. Algum tempo antes da votação, Bley vai ao Rio de Janeiro com alguns deputados aliados para conversar com Vargas. Acredita-se que um desses deputados, Gilbert Gabeira, foi raptado pela oposição ao chegar no Rio e concordou em votar contra Bley, por uma quantia de dinheiro, porém na hora da votação, ele retomou sua primeira decisão e acabou votando no capitão Punaro.<sup>270</sup>

Sobre a eleição de Bley, Marta Zorzal e Silva cita o depoimento de Carlos Lindenberg:

"(...) a eleição do Bley - depõe Carlos Lindenberg - foi outra tragédia. Porque, Quando se esboçou a sucessão de governo, houve uma cisão no partido. O Asdrubal Soares se candidatou, também a governador. Ele, que tinha sido eleito pelo PSD (do Espírito Santo), como Deputado Federal, nós tínhamos, creio, 16 deputados, e a oposição tinha 9. Mas, com o rompimento de Asdrubal Soares com o Bley, também foram repartidos esses 16 deputados. Mas, depois ele conseguiu mais adesões, ficando com 14 deputados. E, nesta ocasião, eu fui incumbido, pelo Bley, de ir conversar com o Getúlio. Cheguei lá relatei a situação, e ele me disse: - Mas o senhor tem muita coisa para fazer. O Asdrúbal não é deputado? Ele é um homem muito acessível. O Geraldo Vianna também é um grande amigo e muito acessível, vocês conversem com eles. Eu acredito, que, por aí, vocês podem conseguir mais adesões. Mas uma coisa eu recomendo: 'os senhores não se fixem em nomes, porque o essencial é que o partido ganhe, com qualquer um nome do partido.'<sup>271</sup>

De outro lado, João Punaro Bley relata as articulações realizadas para sua eleição, em 1935, no seguinte texto:

"(...) Quando se pediu a eleição, nós (Partido Social Democrático do Espírito Santo) tínhamos 16 deputados, a eleição era indireta, e a

<sup>270</sup> PACHECO, 1998, p.39.

<sup>271</sup> ZORZAL E SILVA, Marta. Espírito Santo: Estado, interesses e poder: Vitória: FCAA/SPDC, 1995, p.186.

oposição (Partido da Lavoura) tinha 9 deputados, a minha eleição era tranquila. Porém, algum tempo depois o Dr. Asdrúbal Soares, surgiu desejando ser governador, (...). Com isso, ele (que era deputado eleito pelo PSD-ES) arrastou 6 deputados estaduais (situacionistas) para o lado oposicionista. Assim, nós que tínhamos 16 deputados, ficamos reduzidos a 10, e a oposição ficou com 15. Estava perdida a situação, quando me lembrei de fazer um acordo com o Jerônimo Monteiro Filho. Eu sabia que ele tinha 3 deputados e estava apoiando o Asdrúbal Soares. Então propus ao Presidente da República, como solução, que eu saísse do páreo e que o Jerônimo Monteiro Filho fosse eleito governador no meu lugar. Ele (Getúlio Vargas) concordou e aceitou, ficou tudo combinado, o Jerônimo Monteiro Filho veio para o meu lado. Com isso, restabelecemos a maioria de voto, 13 contra 12 votos. Entretanto, quando chegou a ocasião da eleição o deputado Carlos Marciano de Medeiros (PSDES) discordou da candidatura do Jerônimo M. Filho, dizendo que só votaria em mim. Ficou uma situação difícil para resolver. Houve então, um pacto de honra no meu gabinete, que se constituiu no seguinte: 'Como o Jerônimo tinha esperança de trazer 3 deputados a mais da oposição e se eleger, ficou combinado que ele iria ser eleito no primeiro turno e o Carlos M. de Medeiros votaria nele próprio'. Eu concordei, mas achava que não daria certo. Quando saiu o resultado da eleição do primeiro turno, a situação era a seguinte: Jerônimo Monteiro Filho = 12 votos; Asdrúbal Soares = 12 votos; Carlos M. de Medeiros = não houve maioria. No segundo turno eu fui eleito por um voto.<sup>272</sup>

É possível analisar diante de ambos os trechos, que houve muito conflito nessas eleições. Bley afirma, em suas memórias, que não fazia questão de ser eleito, e estava disposto a ajudar Vargas a colocar alguém do partido no controle. É difícil acreditar que o militar não desejasse permanecer no poder, e com suas próximas ações, ficará claro que ele sempre desejou permanecer no comando da sociedade capixaba.

Em 15 de abril de 1935, o capitão Bley toma posse como governador constitucional do Espírito Santo perante uma Assembleia Constituinte onde apenas estavam os 13 deputados que nele votaram. Os 12 outros deputados da corrente contrária, não foram à sessão. Mesmo sendo eleito indiretamente, assumir o cargo de governador foi muito relevante para Bley. Ele já tinha passado 4 anos à frente da política capixaba, já conhecia o Estado, e era reconhecido. Além disso, a partir desse momento seu cargo não era uma nomeação corriqueira, era um mandato.

Em primeiro lugar, na qualidade de ex-interventor nada lhe escapava – da professorinha no interior em início de carreira ao comandante do Regimento Policial Militar; dos representantes dos ministérios federais no Estado aos interventores nos municípios; dos verdadeiros donos

<sup>272</sup> ZORZAL E SILVA, 1995, p. 187/188.

do dinheiro aos suspeitos políticos de sempre. Em segundo lugar, e isso é mais importante, exerce agora um mandato e não mais uma função de confiança do poder central, da qual podia ser demitido *ad nutum*. Mesmo que continue confiável aos olhos desse poder, sua posição política se fortalece, já que não pode ser exonerado a qualquer hora.<sup>273</sup>

A partir desse momento Bley permanece alerta às investidas contra-hegemônicas. Mais do que nunca ele deve permanecer vigilante e envolvido nos acontecimentos capixabas. Fernando Achiamé afirma que o capitão já estava mais do que consciente do poder da imprensa, e por isso, vigiava sempre as notícias que circulavam pelos jornais e revistas, e como um dos braços da imprensa capixaba, mantinha o controle do que era noticiado, ou não. “A administração Bley – tanto na sua versão ditatorial quanto na fase democrática – mantinha controle quase absoluto sobre a imprensa local”.<sup>274</sup>

A partir de 1935 Bley consolida seu poder no Estado, com a oposição controlada e uma vitória do seu partido. Foi um ano ímpar para que ele continuasse colocando e prática suas ideias de melhorias no Espírito Santo, e permanecesse no poder na próxima reviravolta política.

[...] sua imagem era glorificada com homenagens e recepções com manifestações populares, retratando que o governador detinha não só o poder coercitivo, mas o poder simbólico que se fazia sentir através dos meios de comunicação, como revistas e jornais que divulgavam as realizações de sua administração e transmitiam o culto a imagem de Bley.<sup>275</sup>

O reformismo autoritário presente no país, e no Espírito Santo, tentava privilegiar as camadas que nunca tiveram acesso a melhorias e por isso, investiam no aspecto social de cada Estado. Uma das vertentes que receberam ajuda foi a dos trabalhadores rurais doentes, especificamente com hanseníase.<sup>276</sup>

A primeira vez em que João Punaro Bley aparece na revista Vida Capixaba em 1935 foi durante a sessão de posse de sua candidatura ao governo. A primeira página tem o título: “*O Espírito Santo entra no regimen constitucional*” e acompanha a legenda: “*Um aspecto da mesa da Assembleia*”

---

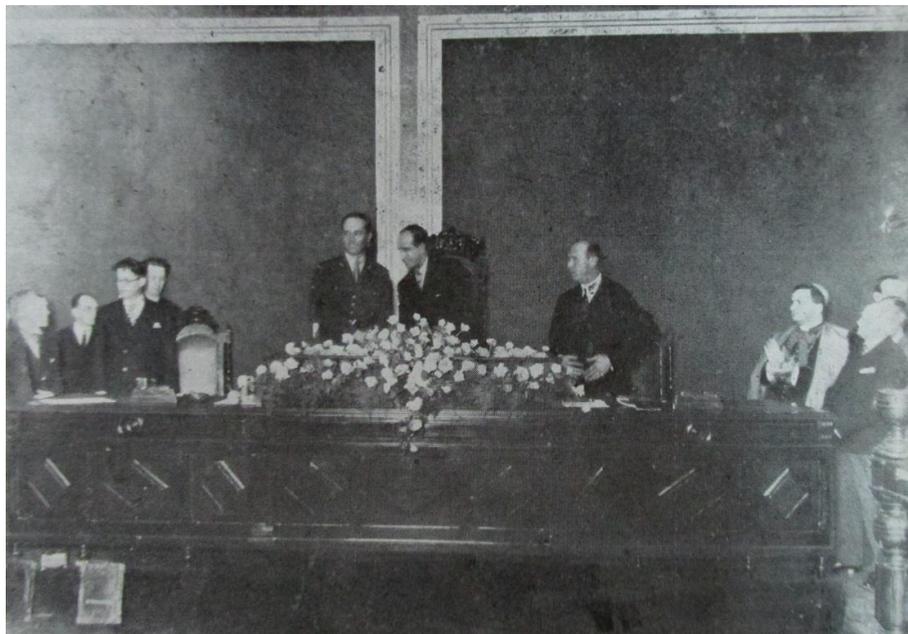
<sup>273</sup> ACHIAMÉ, 2010, p. 277.

<sup>274</sup> ACHIAMÉ, 2010, p. 285.

<sup>275</sup> ROSA, 2008, p. 161.

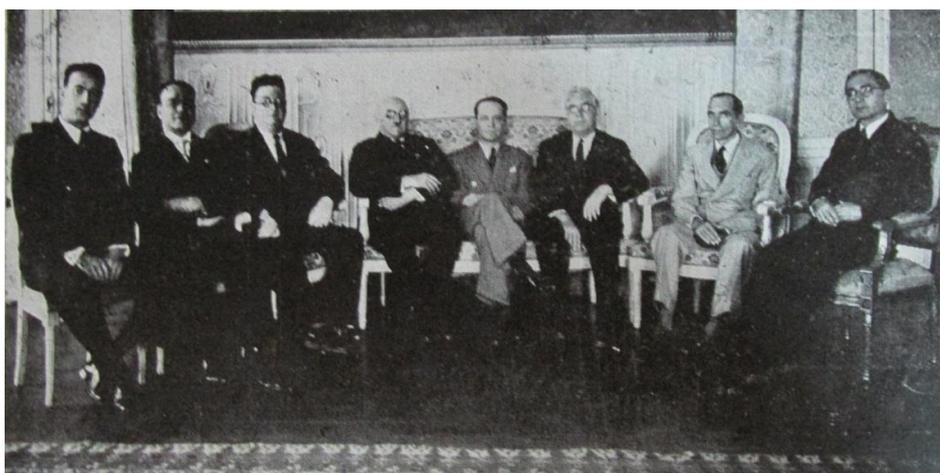
<sup>276</sup> ACHIAME, 2010, p. 292.

*Constituinte no dia da sessão solenne de posse do sr. Cap. João Punaro Bley, no cargo de governador constitucional do Estado”.<sup>277</sup>*



Fotografia 10: O Espírito Santo entra no regimen constitucional

Na segunda fotografia o título: *“O corpo consular em Victoria homenageia o sr., governador do Estado”*, aparece junto com a legenda: *“O sr. Governador do Estado, cap. Punaro Bley, em companhia dos cónsules de vários países, após receber os cumprimentos officiaes que os mesmo lhe foram apresentar, no dia da posse”*.<sup>278</sup>



Fotografia 11: O corpo consular em Victoria homenageia o sr. Governador

<sup>277</sup> Revista Vida Capichaba, Abril de 1935, Sem Número.

<sup>278</sup> Revista Vida Capichaba, Abril de 1935, Sem Número.

Já em maio o interventor aparece novamente, ainda tratando de sua vitória no pleito da governadoria. Em uma das fotos ele aparece caminhando nas ruas da capital, fardado e em posição de continência. Como legenda aparece o seguinte texto: “O *exm<sup>o</sup>. Sr. Cap. Punaro Bley, governador do Estado, após ter tomado posse na Assembleia do Estado, dirige-se ao palácio do Governo*”. É importante ressaltar que é a primeira vez que fica claro o nome do fotógrafo que fez a fotografia através de uma marca em um dos cantos da imagem: *Photo Mazzei*.

Um dos mais importantes fotógrafos do Espírito Santo, Alfredo Mazzei era filho de imigrantes italianos, nascido em Minas Gerais em 1904. Aprendeu sobre fotografia com o irmão mais velho, que também o ensinou sobre pintura. Mazzei juntou as duas técnicas posteriormente e foi o primeiro fotógrafo a colorir fotos na época em que todos os filmes eram preto e branco. Não foi possível descobrir por que motivos ele veio para o Espírito Santo, mas sabe-se que tinha por costume assinar suas fotografias (o que não era muito comum na época), e a Vida Capichaba foi uma das revistas que mais as publicou.<sup>279</sup> Em troca de publicidade, o fotógrafo também cedia algumas de suas fotos para outros meios impressos, como o Jornal A Gazeta. Já na década de 1960, no final de sua carreira, foi até São Paulo aprender a dominar as técnicas da fotografia colorida, tentando evoluir junto com a tecnologia fotográfica.<sup>280</sup>

---

<sup>279</sup> Em agosto de 1937, a própria revista publicou uma nota dando ênfase à criação do ateliê fotográfico, e prestigiando o artista: “Inaugurou-se, nessa Capital, no dia 9 deste mez, no studio Mazzei, um atelier de fotogravura, que se encontra em pleno funcionamento. É uma conquista do progresso de nossa cidade e que vem corresponder às necessidades verificadas em nossa Capital, representando por isso, um melhoramento de destaque para todos nós. Por esta razão, apresentamos ao artista Mazzei, os nossos parabéns por esta realização do seu esforço e da sua inteligência”. In: Revista Vida Capichaba, 15 de Agosto de 1937, Número 438.

<sup>280</sup> RANGEL, Claudia. **A Fotografia de Imprensa em Vitória** -1910 a 1979 - Dos primórdios ao reconhecimento da profissão de repórter – fotográfico. 1999 p.26



Fotografia 12: O Exmº Sr. Cap. Punaro Bley

A segunda fotografia do mês citado apresenta como título: *“O Espírito Santo no regimen constitucional”* e a legenda: *“Um aspecto da assemblea Constituinte, por ocasião da sessão solemne de abertura”*.



Fotografia 13: O Espírito Santo no regimen constitucional

Na terceira fotografia da mesma edição é possível ver um grupo de pessoas da elite social e política do Espírito Santo logo após a eleição. O título: *“No Palácio do Governo”* e como legenda: *“Grupo apanhado em palácio, momentos após a eleição do sr. Cap. Punaro Bley para o cargo de Governador”*

do Estado<sup>281</sup>. O mesmo fotógrafo anterior, também, deixa sua marca nessa fotografia, indicando sua participação nesse momento importante.



Fotografia 14: No Palácio do Governo

A foto seguinte do mês de maio tem como título *“Inauguração da Matriz de Santa Rita de Cassia”*, e legenda: *“Dentre as pessoas presentes a inauguração da Matriz de Santa Rita de Cassia, notamos o Exm<sup>o</sup>. Sr. Governador do Estado, Secretários e D. Luiz Scortegagna, estimado bispo do Espírito Santo”*<sup>282</sup>. Podemos ver Bley no centro da fotografia, junto à sua esposa, e uma criança à sua frente.

---

<sup>281</sup> Revista Vida Capichaba, 30 de Maio de 1935, Número 387.

<sup>282</sup> Revista Vida Capichaba, 30 de Maio de 1935, Número 387.



Fotografia 15: Inauguração da Matriz de Santa Rita de Cássia

Em junho de 1935, o então governador aparece nas duas edições da revista ilustrada. Na primeira delas são abordados dois eventos importantes nas páginas da Vida Capichaba, o baile oficial pelo Centenário da Colonização e a inauguração de um leprosário.

As fotos que trazem o baile são feitas também por Mazzei, e dispostas em duas páginas da revista. Como texto aparece o seguinte:

Baile Oficial, em Palácio, oferecido pelo Exm<sup>o</sup>. Sr. Governador Cap. Punaro Bley à elite social do Espírito Santo, na semana da comemoração do IV Centenário da nossa Colonização. Foi sem dúvida, a nota mais chic e mais brilhante das comemorações. O velho casarão dos Jesuítas remoçou. Preparado especialmente, para a festa grandiosa, apareceu esplendidamente novo, ornamentado a gosto, recebeu, com júbilo, o que há de mais fino, em nosso mundo oficial e social num baile que marcou a época na vida da Cidade.<sup>283</sup>

---

<sup>283</sup> Revista Vida Capichaba, 15 de Junho de 1935, Número 388



Fotografia 16: Baile Oficial, em Palácio, oferecido pelo governador.

Nessas fotos, especificamente, é difícil encontrar o capitão em meio às outras pessoas. As fotos não possuem uma qualidade excelente, não são coloridas e a uniformidade na vestimenta masculina também é um empecilho para ter certeza que Bley estava presente. Os vestígios do texto sugerem que sim, até porque foi uma ocasião solene e de extrema importância para o Estado.

Na mesma edição, um pouco mais à frente, encontramos três fotos seguidas do governador e o texto: *“Flagrante da inauguração do leprosário, batido na hora em que falava o sr. Pedro Fontes, vendo as mais altas autoridades do estado”*<sup>284</sup>.

<sup>284</sup> Revista Vida Capichaba, 15 de Junho de 1935, Número 388



Fotografia 17: Flagrante da inauguração do leprosário

Em outra edição de Junho, um assunto muito discutido na administração Bley vem à tona: o esporte. São impressas três fotografias importantes dentro desse contexto: a primeira delas aparece o Governador, rodeado por outros homens (civis, militares e esportistas) entregando uma medalha a um deles. Junto à foto aparece o seguinte texto: *“Entrega de medalhas aos campeões do Club de Regatas Saldanha da Gama, que tomaram parte na prova EE. UU. Do*

*Brasil. O exm<sup>o</sup>. Sr. Governador do Estado, cap. Punaro Bley, effectua uma condecoração*.<sup>285</sup>

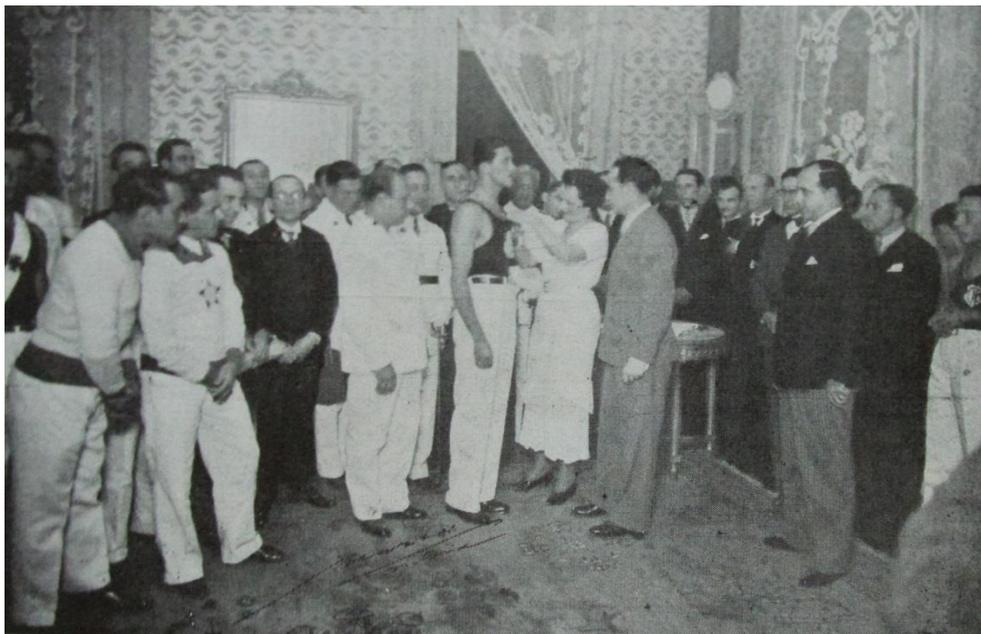


Fotografia 18: Entrega de medalhas aos campeões

A próxima imagem traz Bley ao lado da esposa, e dessa vez quem entrega a medalha ao esportista é ela. Ao lado da foto encontra-se o texto: *“Outro flagrante da entrega das medalhas conquistadas pelos atletas saldanhistas. Vê-se, no cliché Madame Punaro Bley condecorando os heroicos remadores do club Forte de S. João em presença das altas autoridades do Estado*”.<sup>286</sup>

<sup>285</sup> Revista Vida Capichaba, 30 de Junho de 1935, Número 389

<sup>286</sup> Revista Vida Capichaba, 30 de Junho de 1935, Número 389



Fotografia 19: Entrega de medalhas aos campeões II

A terceira fotografia exhibe um salão, com uma mesa ao centro, e outros homens sentados à direita dela. Ao lado o texto: *“Festa realizada, no Club de Regatas Saldanha da Gama. Vê-se, na presidência da mesa, o sr. Cap. Punaro Bley, Governador do Estado, tendo, à sua esquerda o presidente do glorioso club do Forte, dr. José Pedro Fernandes Aboudib. Estão, ainda, presentes, outras autoridades de relevo no momento político, social, religioso e científico do Estado”*.<sup>287</sup>

---

<sup>287</sup> Revista Vida Capichaba, 30 de Junho de 1935, Número 389



Fotografia 20: Festa realizada no Club de Regatas Saldanha da Gama

Além das três fotos mostrando o desenvolvimento do esporte no Espírito Santo, também aparece uma fotografia de uma sessão solene, com o Governador na mesa central junto com outras autoridades, e cidadãos da alta sociedade abaixo. Como título aparece: *“IV Centenário do Povoamento do solo Espírito-Santense”* e como texto ao lado da fotografia: *Sessão solemne do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, no Theatro Gloria. Veem-se, à mesa, dr. Antônio Athayde, presidente do Instituto, cap. Punaro Bley, Governador do Estado, D. Luiz Scorlegagna, Chefe da Igreja Catholica no Estado e outras altas personalidades officiaes e sócios do Instituto”*.<sup>288</sup>

---

<sup>288</sup> Revista Vida Capichaba, 30 de Junho de 1935, Número 389



Fotografia 21: IV Centenário do Povoamento do solo Espírito Santense

Em julho podemos notar uma fotografia com a imagem do Governador, junto aos outros cidadãos. Como título aparece: *“Justa Homenagem”* e ao lado o texto: *Grupo feito em frente ao novo edifício da Estação da E. F. Victoria a Minas após a solenidade da inauguração da placa com o nome do saudoso engenheiro Pedro Nolasco, dado à referida estação.*<sup>289</sup> Dessa vez encontramos a marca de outro fotógrafo assinando a captura da imagem: Paes.

Octavio Paes foi um dos grandes nomes da fotografia capixaba. Estava ele junto com sua esposa Joanita somente de passagem por Vitória para chegar em São Paulo, mas se apaixonou pela terra, e decidiu não regressar ao navio e terminar a viagem. Paes aprendeu as técnicas fotográficas ainda no Nordeste, quando um alemão o presenteou com um livro sobre fotografias, abrindo sua mente para essa nova possibilidade que surgia. Tempos depois, abriu um ateliê em Maceió e colocou em prática as teorias aprendidas no livro. Por meio de uma técnica chamada “iluminação francesa”, que utilizava uma fonte natural de luz sobre um quadro branco, iluminava por reflexão o rosto de uma pessoa, enquanto no teto alternavam-se forros azuis e brancos. Ao chegar

<sup>289</sup> Revista Vida Capichaba, 30 de Julho de 1935, Número 391

ao Espírito Santo decidiu continuar o negócio, e em um determinado ano de eleições saiu pelo interior do estado fotografando o povo para o título de eleitor. Mandava os negativos para a esposa, que revelava e os vendia para o político que pagasse mais. “Tudo era bastante lógico: o povo não se interessava por eleições, então os candidatos deveriam se interessar... nada mais natural em tempos de voto de cabresto”.<sup>290</sup>

Pouco tempo depois, Paes se entregou a sua verdadeira paixão, que eram as fotografias em estúdio, onde ele podia brincar com as luzes e formas. Em menos de dez anos Octavio Paes foi considerado o principal fotógrafo de Vitória. Sempre se fazia presente nos grandes bailes do Saldanha da Gama e do Álvares Cabral, fotografando a elite capixaba. As fotografias feitas para revistas não eram cobradas, e fazia-se mais pela propaganda que poderia render. Em troca de algumas fotografias apareciam anúncios como: “Comparece a todas as solenidades, festas íntimas, casamentos, batizados e aniversários”.<sup>291</sup>



Fotografia 22: Justa homenagem

No mês de agosto a Vida Capichaba trata sobre o esporte no Espírito Santo novamente. A primeira fotografia tem como título: “Rio Branco F. C.” e

<sup>290</sup> COSTA, Cintia Moreira. “... criador de lindas quimeras...” In: **Escritos de Vitória: personalidades de vitória**. Prefeitura Municipal de Vitória – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. 1996, p.65.

<sup>291</sup> COSTA, 1996, p.66/67.

apresenta o texto: “Foi batida, em dias do mês passado, de base das construcções do campo do Rio Branco F. C. Neste clichê, apparecem o srs. Cap. Carlos Marciano de Medeiros, e dr. Alvaro Sarlo, dois amigos do grande club sportivo do Estado”<sup>292</sup>. A fotografia foi feita por Mazzei.



Fotografia 23: Rio Branco F.C.

Em seguida são apresentadas duas imagens em que é possível encontrar o cap. João Punaro Bley, sua esposa, e outras dezenas de pessoas. Essa é uma das primeiras (e únicas) fotografias em que o Governador aparece sorrindo, em um momento de descontração de uma foto que não foi posada. Ao lado das imagens aparece o título: “*Alvares Cabral*” e abaixo o seguinte texto:

O A.C. forma, ao lado do Saldanha, a guarda avançada náutica do nosso Estado. Num prélio qualquer, si há falta de um dos grandes clubs da Cidade, o interesse desaparece para os torcedores e sportistas.

Os dois querem ter a primazia nas lides sportivas. Rivaes que são, têm sido também os dois maiores lutadores pela grandeza do nosso sport.

<sup>292</sup> Revista Vida Capichaba, 15 de Agosto de 1935, Número 392

Aqui aparece um deles: é o Alvares Cabral, numa grande festa, em que, por ocasião do seu aniversário, com todo brilhantismo possível, fez entrega aos seus atletas, das medalhas gloriosamente ganhas, em memoráveis prêmios sportivos.

Damos dois flagrantes desse acontecimento, em que se vê o Exm<sup>o</sup>. Sr. Cap. Punaro Bley, na direção da reunião em que foi coroado o esforço dos que luctam pela grandeza da nossa raça e tudo fazem pelo progresso sportivo do Espírito Santo.<sup>293</sup>



Fotografia 24: Alvares Cabral



Fotografia 25: Alvares Cabral II

---

<sup>293</sup> Revista Vida Capichaba, 15 de Agosto de 1935, Número 392.

No último mês do ano, uma fotografia finaliza a aparição do então Governador na Vida Capichaba. O título aparece como: *“Incentivando o uso dos bons cafés”* e ao lado da fotografia o texto: *“Grupo de pessoas presentes à cerimônia da abertura do novo posto do Café Modelo, à Praça 8 de Setembro, vendo-se o representante Exm<sup>o</sup>. Sr. Governador do Estado, Secretário da Fazenda, Director da Bolsa do Café, Chefe do Serviço de Defesa e representantes da imprensa e convidados”*.<sup>294</sup>



Fotografia 26: Incentivando o uso dos bons cafés

Nas fotografias do ano de 1935 podemos analisar a importância dada ao esporte dentro do Espírito Santo. É importante compreender a ligação existente entre o esporte e as Forças Armadas. Após a Revolução, a Educação em geral foi tratada como um problema nacional que deveria ser melhorado, e a participação do Exército dentro desse processo, incentivava a disseminação da educação física, e ajudava a criar o “soldado cidadão”, um futuro soldado, moldado no rigor e disciplina que os esportes exigem de seus praticantes. O

<sup>294</sup> Revista Vida Capichaba, 30 de Dezembro de 1935, Número 400.

desenvolvimento dos esportes aumentou em todo o país, e no Espírito Santo não foi diferente. Bley, como bom militar que era, seguia a maré dos acontecimentos nacionais, e foi um dos grandes disseminadores do esporte dentro do Estado capixaba.

Assim, a Educação Física, enquanto parte da educação do povo, tornou-se um meio de inculcar a ideologia do Governo: a formação do homem forte – e, por conseguinte, da raça forte – capaz de a qualquer momento zelar pela segurança da Pátria. O Exército toma para si essa tarefa de preparar o “homem forte” necessário à segurança da Pátria e, é dentro desse espírito que, a partir do Centro Militar de Educação Física (mais tarde Escola de Educação Física do Exército), a prática da Educação Física é difundida.<sup>295</sup>

O próprio João Punaro registra em suas memórias, que realizou uma medida de extraordinária repercussão com a criação, em 1931, do departamento de Educação Física. Deixando claro o sucesso desse novo empreendimento, ele assinala: “[...] seu desenvolvimento pode ser assinalado pelos seguintes dados: em 1931 praticavam-no 5.135 e em 1941 esse número elevou-se para 14.830”.<sup>296</sup>

O incentivo à educação física, também, faz parte de um processo maior, de manutenção da imagem dos cidadãos, muito difundido no governo Vargas (e difundido também no Espírito Santo por Bley). A educação física ajudaria a promover a formação e a conservação do corpo saudável. É assim que a sociedade como um todo começa a cultuar saúde junto a um corpo limpo, roupas adequadas, e porte elegante. Também é dada à educação física a função de combater problemas raciais e doenças e epidemias (geradas muitas vezes pela falta de saneamento e pobreza), e muito importante, preparar o cidadão para a ordem e disciplina. A respeito do assunto, Marta Zorzal e Silva ratifica a importância da disciplina dentro do cenário maior desejado pelo novo governo: “A defesa social e a educação sanitária, necessárias para o ‘saneamento moral e físico’, encontram na Educação Física uma companheira

---

<sup>295</sup> ZORZAL E SILVA, 1995, p.51.

<sup>296</sup> BLEY, s.d., p.72.

inseparável. Ela assume o papel de seleção do modelo de homem necessário aos planos políticos da Revolução e do novo Governo”.<sup>297</sup>

Ao priorizar a educação e a saúde, Bley estava tentando viabilizar no contexto capixaba o programa da Aliança Liberal que colocou Getúlio no comando do país. De acordo com Vinícius Mendonça, foi ainda em 1929 que o “Manifesto da Aliança” trouxe à tona a necessidade de reformas que atualizassem o espaço escolar. A educação, tanto a sanitária quanto a moral e cívica, recebeu uma importância no contexto local como nunca havia tido antes. A escola era o palco onde seriam capazes de colocar em prática as novas metas (disciplinar, higienizar, ordenar), além de atingir a amplos segmentos da população de uma só vez. A dupla: corpos robustos e mentes disciplinadas era o objetivo a ser alcançado.<sup>298</sup>

Entre os esportes mais populares na capital Vitória estavam o futebol<sup>299</sup> e as regatas.<sup>300</sup> Além disso, o Serviço de Educação Física do Estado e a Casa do Estudante Capixaba organizavam treinos e torneios de atletismo, com provas de salto em extensão, em altura, com vara, corridas com barreiras, lançamento de dardo, basquete e vôlei. Outras modalidades eram realizadas com menor intensidade como o water-polo, o tênis, corrida de cavalo e pugilismo.

---

<sup>297</sup> ZORZAL E SILVA, 1995, p.108.

<sup>298</sup> MENDONÇA, Carlos Vinicius Costa de. Segurança nacional e intervenção no Espírito Santo na Era Vargas/Bley (1930-1940). In: **Revista Dimensões**, vol. 25, 2010, p. 182-195. p.188.

<sup>299</sup> O primeiro campeonato de futebol do Espírito Santo foi realizado em 1931, mas não teve sucesso devido às dificuldades de comunicação da época. O Rio Branco Futebol Clube venceu o Cachoeiro Futebol Clube nas duas únicas partidas jogadas. Já em 1934 sete clubes participaram do torneio, e, devido a animação em torno do esporte, o Rio Branco decidiu transformar o barracão que possuía, em Jucutuquara, em um estádio (que seria inaugurado em 1936). Dizia-se que a obra era fruto da união do desenvolvimento do esporte capixaba com o incentivo do governador, que teria seu nome dado ao estádio (“Stadium Governador Bley”). O sonho acabou transformando-se em pesadelo, o clube endividou-se seriamente, o estádio foi entregue ao estado, e passou a funcionar com o Serviço e Escola de Educação Física. (PACHECO, 1998, p.111/112).

<sup>300</sup> As regatas eram altamente apreciadas no Espírito Santo, que possuía uma bela baía propícia para a prática do esporte. Existiam quatro regatas oficiais sendo dos clubes Álvares Cabral, Saldanha da Gama, Náutico Brasil e Viminias. Os dois primeiros eram tradicionalmente rivais, e o Saldanha tinha certa vantagem porque possuía sede ao lado do mar e uma fábrica de embarcações própria. Em dia de competição via-se nas ruas pessoas usando roupas pretas e brancas (Álvares) e vermelho e branco (Saldanha), e gritando pela capital “Viva o Álvares! Viva o Saldanha!” (PACHECO, 1998, p.113).

Além da importância dada ao esporte, outro detalhe fica aparente nas fotografias: Alzira Bley, a esposa do então Governador. Em um período, como já dito, no qual a mulher possui uma posição social definida como dona de casa e zeladora dos bons costumes, Alzira possui um papel muito importante dentro do contexto político, e pode ser encontrada em diversas fotografias ao lado do marido. A primeira dama da capital também quer ser vista.

O próprio Bley, em seus escritos de memórias, fala muito de sua esposa. Ele começa seus escritos fazendo uma árvore genealógica de sua família, e depois faz o mesmo com a família de Alzira, deixando clara a importância de suas raízes. Em outros momentos também é possível encontrar marcas do zelo do militar com sua companheira. Ao ser designado para o cargo de interventor, por exemplo, ele deixa claro que saiu da reunião com Vargas, enviou um telegrama comunicando a novidade aos seus pais e foi apressadamente contar a novidade: “Só então foi-me possível abraçar Alzira e as crianças hospedadas na casa de Tia Sinhá. Foi quando soube da grande novidade. Seria a primeira dama do Espírito Santo aos 25 anos”.<sup>301</sup>

No final do ano de 1934, ele novamente destaca o perfil de sua esposa:

Em dezembro, Alzira sempre interessada em obras sociais, realizou mais um Natal dos pobres e crianças de Vitória, desta vez com a afluência de 3.000 pessoas, as quais receberam roupas, agasalhos, gêneros alimentícios e brinquedos.<sup>302</sup>

O início do século XX era um momento-chave no qual a mulher começava a ganhar importância dentro da sociedade. Ocorria um processo inédito que chegava até as escolas, o mercado de trabalho, e também na imprensa, onde a mulher ascendia como protagonista de inúmeras narrativas. A partir de então as mulheres viram alvo de campanhas médicas, pedagógicas, civilizatórias, moralistas e políticas, inflamando a necessidade e o poder das mulheres em controlar e moldar a família como pilar da estabilidade social.<sup>303</sup>

---

<sup>301</sup> BLEY, s.d., p.67.

<sup>302</sup> BLEY, s.d., p.88.

<sup>303</sup> RANGEL, 2011, p.65.

A proliferação dos discursos feministas tornava-se nítida, e a Vida Capichaba acompanhava a demanda desse público. A revista nunca chegou a se proclamar uma revista feminina, nem tampouco conversar abertamente com esse público. As mulheres faziam parte dos colaboradores - mas sempre em número menor do que os homens - e nunca chegaram a ocupar um cargo de expressão dentro da empresa. Apesar disso, a publicação conseguia diversificar o público e prender a atenção de diferentes parcelas sociais.<sup>304</sup>

Tendo em mente a importância que as mulheres tinham dentro da sociedade, é fácil adivinhar um dos motivos de Alzira participar tanto das solenidades políticas: ser vista como, mulher, participativa, que apoia seu marido e o Estado que ele comanda. A importância de sua presença nas solenidades oficiais é rica de simbologia. Em uma solenidade de entrega de medalha a um esportista, ela não apenas assiste à solenidade, como também entrega uma das medalhas, assim como o Governador.

Entre as 20 fotografias veiculadas no ano de 1935 na Vida Capichaba, a grande maioria foi feita em ambiente fechado, abordando alguma solenidade especial, e exaltando o governo de alguma maneira (parabenizando por algo positivo feito pelos líderes, como: o primeiro leprosário, o incentivo ao esporte, bailes da elite que aconteciam no Palácio, e a posse do novo Governador eleito). Através das fotografias vemos um governo ativo, que aparece com a classe alta em bailes de gala, mas também constrói hospitais para a classe baixa, que exalta os vencedores de torneios capixabas e visita cafés da Capital. Nessa nova fase do contexto espírito-santense o Governador aparece na grande maioria das fotos trajado como um civil, e não mais um militar.<sup>305</sup>

A presença de um homem também merece destaque dentro das análises das fotografias: D. Luiz Scortegagna<sup>306</sup>, o chefe da Igreja Católica no

---

<sup>304</sup> RANGEL, 2011, P.117.

<sup>305</sup> De acordo com Achiamé, o uso da farda e do terno tinham o intuito de deixar claro que um mesmo personagem estava representando ambos os lados: os militares e os cidadãos comuns. Bley desejava atender às necessidades dos dois grupos, e mostrar que estava pronto para ser o líder que Vargas desejava e que os Capixabas precisavam. (ACHIAME, 2010, p.182).

<sup>306</sup> Luís Scortegagna era vigário geral da diocese de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, e foi sagrado bispo e tendo como padrinhos João Neves da Fontoura e João Punaro Bley. Em 1933 Scortegagna assume a diocese do Espírito Santo, convidado por Bley para ficar no Estado. Achiamé, 2010, p.186.

Espírito Santo. Em todas as fotos de solenidades (Centenário do Solo Espírito-Santense, Assembleia Constituinte, Inauguração da Matriz de Santa Rita de Cassia, Festa no Saldanha da Gama), ele aparece bem perto de Bley. Essa relação é clara quanto ao poder e importância dada à Igreja dentro da política.

Nesse período (1930-1945) também, a Igreja no Brasil vê abrir-se um espaço real para redefinição de sua situação dentro da sociedade civil, de sua articulação com as classes emergente e com o novo bloco no poder. Enfrenta de modo crescente a concorrência ideológica na orientação da pequena burguesia, com o integralismo e, das classes subalternas, com o socialismo e a intervenção corporativa do Estado. Internamente a questão do laicato, em suas relações com a sociedade, com a política e com a hierarquia, sobe ao primeiro plano. O debate sobre um partido católico e sobre as formas de atuação política da Igreja, na sociedade, coloca-se de modo agudo.<sup>307</sup>

Em um espaço de suas memórias, Bley fala de sua relação com a Igreja e com seus representantes no Espírito Santo desde que chegou, e cita dom Scortegagna com grande estima, como é visto no trecho:

Protegido de dom Leme, [dom Benedito Alves de Souza] renunciou em 1932, em favor de dom Luiz Scortegagna. Quando escolhido bispo, dom Luiz era um vigário obscuro e anônimo da cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Convidou a mim e a João Neves para padrinhos de sacração.

Pelo fato de João Neves ter aderido à Revolução de São Paulo, desembarcou em Vitória, em 1932, sob suspeita de “ser emissário de João Neves”. Verificou-se para logo que dom Luís era [...] simples, humilde, de poucas letras, péssimo orador sacro, fez, de fato, má impressão aos seus primeiros contatos com a diocese, que, pouco mais tarde passou a admirá-lo por verificar que era um bom administrador e dedicado pastor. Tomou de empreitada acabar a catedral, cujas obras ficaram paradas durante a gestão do seu antecessor.<sup>308</sup>

Fernando Achiamé coloca a Igreja como um “partido” dentro da estrutura política vigente. Era um grupo, assim como outros, com forte influência nas decisões políticas, e como uma prova, estão as fotografias em que o Bispo e outras figuras ligadas à Igreja apareciam perto de Bley. Tanto a Igreja Católica quanto o Governo tinham interesses comuns em unir forças e alcançar um

<sup>307</sup> José Oscar Beozzo, apud Achiamé, 2010, p.185.

<sup>308</sup> BLEY, s.d., p.43.

mesmo objetivo. Assim como Achiamé, Pacheco<sup>309</sup> também exemplifica as relações entre ambos os lados quando diz que a obra da Catedral de Vitória foi retomada durante os primeiros anos de governo Bley, sendo um exemplo físico do apoio entre as instituições.

Na aproximação com o governo, tudo indica que a Igreja deve ter conseguido muitas outras vantagens, diretas e indiretas, como auxílio financeiro para construção de igrejas no interior, incentivo ao ensino religioso, apoio para a introdução no estado de novas ordens religiosas, ajuda para o exercício de trabalho assistencial e criação de novas paróquias etc.<sup>310</sup>

É possível compreender que a construção da trama política depende de vários outros esforços para manter-se. A igreja, as benfeitorias sociais, os meios de comunicação, a educação, o envolvimento da elite, o novo papel da mulher dentro da sociedade, são pontos que devem ser cuidados para que o palco político continue agradando seus espectadores.

#### 4.3 O Estado Novo e a volta do Interventor: 1937

Ano de 1937:

Neste ano histórico para a vida nacional, o ambiente político ameaçou a agitar-se pelo lançamento das candidaturas de José Américo e Armando Sales de Oliveira à presidência da República. O primeiro era apoiado pelas forças dirás getulistas e o segundo pela oposição.

Relativamente ao E. Santo a situação do candidato oficial era um tanto equivocada, de vez que forças ponderáveis da oposição também o apoiavam.

Na primeira entrevista que tivemos perguntei-lhe com quem governaria, caso eleito. Respondeu-me evasivamente que governaria com quem vencesse o pleito estadual, resposta ambígua que não me agradou, nem aos meus correligionários.

Assim, começou errando e continuou errando, pois é sabido que em política quem quer ficar com todos, acaba ficando sem ninguém.<sup>311</sup>

Ao longo de 1936, no âmbito nacional, o Congresso aprovou quatro vezes o prolongamento do estado de sítio por noventa dias, e mesmo com a repressão à esquerda, foram iniciados os planos para a eleição presidencial

---

<sup>309</sup> PACHECO, 1998.

<sup>310</sup> ACHIAME, 2010, p.191.

<sup>311</sup> Trecho retirado das memórias de João Punaro Bley, antes do Golpe de 1930. BLEY, s.d., p.99.

que seria realizada em janeiro de 1938. Esse próximo pleito eleitoral traria grandes incertezas, já que Vargas não poderia suceder a si mesmo.<sup>312</sup>

Entre janeiro e março de 1936, já estavam praticamente desarticulados completamente tanto o movimento operário quanto a ANL (Aliança Nacional Libertadora). A maioria dos sindicatos está controlada, e são dissolvidos a Liga Comunista, o Partido Socialista Brasileiro. Após certo tempo a ANL é dissolvida por completo, e seus líderes caçados e presos.<sup>313</sup>

Surgiram assim, em 1936, dois candidatos ao cargo. Uma nova aliança política, a União Democrática Brasileira, apoiava Armando de Salles Oliveira, o então governador de São Paulo. Ele representava o autêntico constitucionalismo liberal, declarando sua confiança e capacidade de o país ser governado pelo espírito democrático, e advertia contra a agitação comunista. “O Brasil, explicava ele, era feliz por ter escapado ‘às angústias de povos europeus’; seu país não precisava de métodos totalitários para se precaver contra as ‘investidas bolchevistas’”.<sup>314</sup>

Em outra frente se encontrava José Américo de Almeida, ex-tenente político do Estado da Paraíba e romancista. Liderou a Aliança Liberal em 1930, e foi importante porta-voz de políticas nacionalistas autoritárias durante o governo provisório. Tentou mobilizar eleitores das classes mais baixas dizendo que somente através do exercício da cidadania poderiam conquistar seus direitos sociais e econômicos. De maneira geral, era considerado o candidato do governo, porém não recebeu nenhum tipo formal de apoio de Getúlio.<sup>315</sup>

Ao longo da campanha, os conselheiros mais próximos de Getúlio afirmavam que somente ele seria capaz de salvar o Brasil dos extremos da direita e da esquerda. De fato, o apoio a algum tipo de “continuismo” era generalizado entre as elites militares e políticas, e Vargas precisou de pouco encorajamento para crer que era indispensável para o futuro do país.

---

<sup>312</sup> SKIDMORE, 2010, pg.56.

<sup>313</sup> CARONE, 1974, p.347.

<sup>314</sup> SKIDMORE, 2010, p.56.

<sup>315</sup> SKIDMORE, 2010, p.57.

No primeiro semestre de 1937, Vargas adotou uma estratégia dupla: de um lado, parecia cooperar com os preparativos para a campanha presidencial que se aproximava – negociando com os líderes estaduais – e de outro lado, porém, trabalhava para isolar os mais refratários. Percebendo o que poderia significar os constantes pedidos de Vargas de estado de sítio, pela primeira vez o Congresso recusou o pedido feito em junho, fazendo com que o então presidente precisasse tomar novas medidas para desestabilizar seus oponentes. No segundo semestre, os antes caracterizados subversivos foram soltos às ruas, colocando em evidência a ameaça que a esquerda poderia representar para a classe média, os políticos estaduais conservadores e os militares. Getúlio também decidiu entrar em contato com os integralistas, que estavam de certo modo, esperançosos com o lançamento de seu candidato: Plínio Salgado.<sup>316</sup>

A candidatura de Plínio foi informada a Vargas em 14 de junho, e nesse período já eram constantes as brigas de ruas entre os camisas-verdes e os provocadores da esquerda.<sup>317</sup> Enquanto o período eleitoral decorria, a violência aumentava.

Mas a nova opção para o problema político é advertência percebido por Getúlio Vargas. É por isso que ele procura preservar seus poderes excepcionais, pedindo prorrogação do Estado de Guerra: em uma Mensagem enviada à Câmara, fala de repressão, recuo do comunismo, da existência do Tribunal de Segurança Nacional, e “que as autoridades legislativas, judiciárias e executivas cumpriram estritamente o seu dever”.<sup>318</sup>

Em julho do mesmo ano, Vargas nomeia o general Góes Monteiro<sup>319</sup>, até então partidário convicto de um regime autoritário, a chefe do Estado-

---

<sup>316</sup> SKIDMORE, 2010, p.58.

<sup>317</sup> Um confronto em agosto de 1937, em Campos, cidade do Rio de Janeiro, deixou treze mortos no centro da cidade. Ver em: SKIDMORE, 2010, p.58.

<sup>318</sup> CARONE, 1974, p.353.

<sup>319</sup> Nos dois anos transcorridos desde a revolta comunista de 1935, Góes Monteiro, a eminência parda militar de Vargas, havia seguido seu próprio plano de neutralizar os estados cujos líderes políticos passaram para a oposição ao governo federal: Bahia (Juracy Magalhães), Pernambuco (Lima Cavalcanti), Rio Grande do Sul (Flores da Cunha) e São Paulo (os partidários de Salles Oliveira). Para Góes o objetivo era um ‘Exército forte dentro de um Estado forte’. Ele se esforçava para dar ao Exército nacional o monopólio da força militar, iam de encontram aos planos de Vargas de uma ditadura pessoal (SKIDMORE, 2010, p.59).

Maior do Exército, reforçando a ideia centralizadora do ainda presidente. Góes faz questão de ir pessoalmente a alguns Estados ainda hesitantes, e entrega altos postos do Exército a comandantes com os quais sabia que poderia contar no futuro, e se necessário fosse, assumiriam o controle de milícias presentes no Estado.<sup>320</sup>

Já em setembro, a maioria dos Estados que ainda tinham uma oposição expressiva haviam sido isolados e controlados, e os planos para um golpe de fato aguardavam somente alguma ação mais drástica no Rio de Janeiro. Com a letargia de uma ação concreta, o novo chefe do Exército decide dar início a uma estratégia que acelerasse os acontecimentos, e de repente o Exército “descobriu” um documento que seria o plano de batalha de uma revolução comunista. Na verdade, o documento não passava de uma falsificação conhecida como Plano Cohen, que teria sido feito pelos integralistas e chegado às mãos de Góes Monteiro por um oficial integralista, o capitão Olímpio Mourão Filho. O documento foi enviado a Getúlio, que aprovou seu uso para preparar o golpe. “Em 30 de setembro, Dutra denunciou o complô comunista revelado no “Plano Cohen”<sup>321</sup> e no dia seguinte, o Congresso aprovou a suspensão dos direitos constitucionais que negara a Vargas em junho”.<sup>322</sup>

O documento “apreendido” pelo Estado-maior do Exército é o último dos atos que antecede toda a trama para o golpe. A partir de então, diz-se que o argumento a respeito da ameaça comunista é mais concreto e, diante de uma situação forjada, é preciso atingir imediatamente os resultados desejados, antes que as denúncias dos atingidos e o ridículo desfaçam o jogo do governo.<sup>323</sup>

---

<sup>320</sup> SKIDMORE, 2010, p.59.

<sup>321</sup> O Plano Cohen Foi um documento distribuído oficialmente aos jornais, pelo Departamento de Propaganda do governo, e o seu conteúdo era o mais absurdo e fantasticamente pueril. O programa representava “normas” de ação comunistas, destinados a destruir toda a sociedade capitalista e seus valores básicos, como a família, a moral, o Exército, a igreja etc. É assim que para os comunistas existe “violência útil e concreta”, e que a “violência deve ser planejada, deixando de lado qualquer sentimentalismo não favorável aparentemente ao ideal revolucionário, como também à piedade comum”. Ver: CARONE, 1974, p.369.

<sup>322</sup> SKIDMORE, 2010, p.60.

<sup>323</sup> CARONE, 1974, p.369.

O aumento de boatos sobre o golpe militar, a quimérica existência de navio russo que descarregava armamentos no litoral brasileiro, significa que os militares e Getúlio Vargas preparam algo novo. Apesar do Plano Cohen só ter sido publicado entre 30 de setembro e 1º de outubro, a circulação de cópias entre as altas esferas dá-se durante todo o mês de setembro. Daí a aparente razão da convocação, pelo ministro da Guerra, da famosa reunião de generais, em 27 de setembro, e na qual comparecem todos os elementos ligados ao esquema militar do golpe: General Goés Monteiro (chefe do Estado-Maior do Exército), Américo de Moura (I Região Militar), José Antônio Coelho Neto (Diretor de Aviação), Newton Cavalcanti (Comandante da 1ª brigada de Infantaria) e Filinto Muller (chefe de polícia). A reunião não tinha como objetivo tratar de política, mas exclusivamente de tratar da repressão ao comunismo.<sup>324</sup>

A reunião de 27 de setembro de 1937 é o ato final que permite a Getúlio Vargas pressionar as forças políticas vacilantes, ainda mais porque os militares enviam uma mensagem, e o Plano Cohen é divulgado a partir do dia 30.

O pedido de estado de guerra não é recebido impositivamente como no passado: a bancada de São Paulo é quem lidera a oposição a Getúlio Vargas e seus elementos têm consciência de que se prepara golpe de Estado. É pela voz de Otavio Mangabeira que se nega a necessidade da medida: “a Câmara sabe o que esta medida significa, o que esta medida exprime, o que esta medida representa? Pergunta-se: está a Câmara devidamente informada dos fatos que a justificam?”.<sup>325</sup>

Getúlio Vargas prepara os mecanismos ditatoriais e legais para esmagar toda oposição: em decreto de 7 de novembro criam-se as normas de ação da Comissão Executora do Estado de Guerra. Os itens de seu decreto especificam que podem ser detidos todos os elementos, seja qual for a sua posição ou categoria social, que tenham feito, façam ou venham a fazer propaganda, sobre qualquer forma, da ideologia comunista; organizar colônias agrícolas para reeducação moral e cívica e aproveitamento dos

---

<sup>324</sup> CARONE, 1974, p.370.

<sup>325</sup> CARONE, 1974, p.371.

elementos comunistas, considerados não perigosos; organizar campos de concentração militares, destinados a receber os jovens que, porventura, se tenham transviado de seus deveres cívicos; designar, imediatamente, um presídio, em qualquer uma das ilhas pertencentes à União, para nele recolher os comunistas; organizar um campo de concentração, em moldes de escotistas nacionais, destinado a educar e reeducar os filhos dos comunistas presos; a possibilidade de deter, com ou sem estado de guerra, todos os praticantes e simpatizantes de doutrinas comunistas, sem que possam valer-se, para reconquista de suas liberdades, dos recursos oferecidos pelas atuais leis do país.<sup>326</sup>

Os últimos atos e momentos do regime constitucional de 1934, representam, então, uma luta forçada contra o tempo. No dia 5 de novembro o jornal *O Correio da Manhã* já anunciava o golpe que estava por vir. Ainda, nessa mesma data, é publicado pela oposição um manifesto intitulado “Aos Chefes Militares do Brasil”, na tentativa de impedir que o golpe fosse dado.

É um apelo de um brasileiro sincero, cheio de emoção e de amargura diante do panorama nacional e contra aqueles que pretendem a prorrogação, pacífica ou violenta, do mandato presidencial. Existe, pela primeira vez, em nosso país, um partido de oposição, confiante na opinião popular, [e que] suplica que se cumpra a lei eleitoral, ao passo que, nos domínios governamentais, se trama contra ela. Há um plano para subverter toda a ordem, mas parte de um pequeno grupo de homens: em lugar de ir de baixo para cima, como o mundo de nossos dias oferece tantos exemplos, a subversão das instituições brasileiras está sendo realizada no alto, com todas as armas de que dispõe o poder.<sup>327</sup>

Quatro dias depois, em 9 de novembro, Salles de Oliveira, o ex-governador de São Paulo, lê uma declaração no Congresso confrontando o ‘pequeno grupo’ formado em volta do presidente, e que preparavam um plano para subverter as instituições brasileiras. Ele pedia para que o Exército e a Marinha ficassem de guarda frente às urnas para garantir que o país conseguisse tirar delas um governo de fato. No final de sua declaração

---

<sup>326</sup> CARONE, 1974, p.375.

<sup>327</sup> CARONE, 1974, p. 377.

ele dizia: “A nação está voltada para os chefes militares: suspensão, espera o gesto que mata ou a palavra que salva”.<sup>328</sup>

Dia 10 de novembro, a data oficial do golpe, Getúlio usou seu programa de rádio para explicar que o país necessitava abrir mão do que ele chamava de “democracia de partidos”, que acabava por ameaçar a unidade da pátria. Também descreveu o Congresso como sendo um aparelho inadequado e que custava muito aos cofres do Brasil. A única alternativa possível seria implementar um regime forte, de paz, justiça e trabalho, que teria como finalidade o reajuste do organismo político às necessidades econômicas do país. No mesmo dia foi anunciada a decisão de suspender o pagamento do serviço de amortização e juros da dívida externa, e quase um mês depois, em 2 de dezembro, todos os partidos políticos foram abolidos, em nome da nova consolidação do poder federal.<sup>329</sup>

O golpe de 10 de novembro foi o triunfo do desejo de Vargas, evidente havia muito tempo, de permanecer no cargo além do mandato legal, que expiraria em 1938. Desde 1935 ele empurrava os adversários para uma posição em que lhe fosse possível desacreditá-los ou refreá-los, ao mesmo tempo em que, cuidadosamente, cultivava o apoio de bem estabelecidos grupos de poder, como os cafeicultores e a cúpula militar. O golpe de novembro de 1937 fechou o sistema político. E todas as questões de força eleitoral nas eleições marcadas para janeiro de 1938 se tornaram acadêmicas.<sup>330</sup>

Assim que o golpe foi dado, em novembro, Getúlio iniciava a segunda parte de seu governo de quinze anos, que duraria até os militares forçarem sua saída do cargo em 1945. O começo do Estado Novo colocou em xeque e confirmou a antiga visão entre as duas principais posições inerentes ao movimento revolucionário de 1930. Desde a saída de Washington Luiz a política brasileira se transformou em uma série de soluções conciliatórias entre os constitucionalistas liberais e nacionalistas autoritários. O golpe de 1937 acabava com as divergências e instituía uma direção a ser seguida pelo país.<sup>331</sup>

---

<sup>328</sup> SKIDMORE, 2010, p.61.

<sup>329</sup> SKIDMORE, 2010, p.61.

<sup>330</sup> SKIDMORE, 2010, p.63.

<sup>331</sup> SKIDMORE, 2010, p.63.

As lideranças marcadas pelo carisma são, geralmente, mais associadas aos regimes totalitários – como os de Hitler, e que Vargas tentou seguir os moldes, adaptando-os ao contexto brasileiro - nos quais o poder se concentra em uma figura, e em que há uma relação simbólica direta entre o líder e as massas. Porém, também os regimes democráticos fazem uso do carisma como recurso de poder. Para Boris Fausto, existem duas razões para que isso aconteça<sup>332</sup>: a primeira diz respeito à existência de uma cultura política em que tem alta relevância a sempre presente expectativa da ação de um herói salvador, eleito e consagrado, que atende a aspirações das camadas mais carentes (e o Brasil se enquadra nesse tipo de cultura). A segunda razão seria o conhecimento de que o carisma é um instrumento valioso de manutenção do poder, na medida em que a sociedade de massas combinou-se com a sociedade do espetáculo, e é movida por atores políticos. “No caso brasileiro, a partir de Getúlio, todos os presidentes exibiram traços carismáticos, ainda que muito diversos entre si, com algumas exceções”.<sup>333</sup>

A propaganda política é estratégia dentro do exercício do poder, em qualquer regime, porém encontra mais força quando inserida nos regimes com tendência autoritária, já que nesse o Estado possui mais força centralizada e monopoliza os meios de comunicação. O poder político assim consegue ter o controle da força física e simbólica dentro da sociedade, e tenta suprimir dos imaginários sociais toda representação que existia do passado.<sup>334</sup>

No Estado Novo, o uso dos meios de comunicação tinha como finalidade legitimá-lo e conseguir o apoio dos trabalhadores à política varguista. Em seus primeiros anos a preocupação era o contato mais direto com as massas, e por isso era importante dominar os veículos de comunicação. A Constituição Brasileira de 1937 legalizou a censura prévia dos meios comunicacionais e a imprensa passou a ter um caráter público, tornando-se de

---

<sup>332</sup> FAUSTO, 2006, p.121.

<sup>333</sup> Ibidem. p. 122.

<sup>334</sup> CAPELATO, 1999, p.169.

fato instrumento do Estado e veículo oficial da ideologia estado-novista. Foi com a chegada do Estado Novo que o governo viu maior necessidade de investir em propaganda. Desse modo, lançou mão de todos os recursos das novas técnicas de persuasão que estavam sendo usadas em diversos países, especialmente na Alemanha de Goebbels.<sup>335</sup>

Em relação à economia, a industrialização brasileira foi favorecida no final da década de 1930 pela política consciente de intervenção estatal, já que o Estado Novo repudiava o liberalismo político, e conseqüentemente, se afastava da doutrina do liberalismo econômico. Empresários do setor privado foram estimulados a manter seus esforços, na medida em que o governo federal aumentava sua autoridade para dirigir a economia através de dois vieses: por meio da “manipulação de incentivos”, como impostos, controles cambiais, cotas de importação, controles de crédito e demandas salariais; e pela intervenção direta por meio de investimentos públicos, em ferrovias, navegação e indústrias básicas como petróleo e aço. Com a chegada da Segunda Guerra Mundial, aconteceu um aceleração ainda maior da economia brasileira.<sup>336</sup>

A política do Estado Novo era, em uma das bases, voltada para a realização de uma política de amparo ao homem brasileiro, ou seja, era preciso reconhecer que a civilização e o progresso eram um produto do trabalho, e que apenas esse trabalho poderia se constituir no “valor social” de cada indivíduo. Para servir de exemplo, o Estado deveria ser a expressão política do trabalho nacional, um “Estado Nacional trabalhista”. O ato de trabalhar necessitava estar ligado a aspectos simbólicos positivos, que incentivassem o trabalhador a ascender socialmente através de seu próprio esforço. O trabalho era civilizador.<sup>337</sup>

Por isso, para o Estado nacional, a resolução da questão social precisava incluir todos os problemas de caráter econômico e social que diziam respeito ao bem-estar do povo, pois, para o governo

---

<sup>335</sup> CAPELATO, 1999, p.171.

<sup>336</sup> SKIDMORE, 2010, p.76.

<sup>337</sup> GOMES, Ângela de Castro. Ideologia e Trabalho no Estado Novo. In: **Repensando o Estado Novo**. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345f, p.57.

Vargas, o trabalho não era simplesmente um meio de “ganhar a vida”, mas, sobretudo um meio de “servir à pátria”.<sup>338</sup>

No Espírito Santo, Bley segue sua administração entre 1935 e 1937, tentando agradar as classes altas e baixas. Inaugura o Estádio Governador Bley, em Jucutuquara, e mais hospitais no interior, além da Faculdade de Direito do Espírito Santo e a Faculdade de Farmácia e Odontologia. O campo educacional recebe tamanho incentivo, que o Estado é vencedor da “Cruzada Nacional de Educação” por ser o estado que mais construiu escolas primárias. Nessa ocasião, Bley recebeu uma bandeira nacional direto das mãos de Vargas.<sup>339</sup>

Quando em 1937, o breve período democrático entra em colapso, Bley responde positivamente quanto ao apoio dado a Getúlio. Em 3 de Outubro, com a instauração do estado de guerra no Espírito Santo, ele toma a frente quanto às novas medidas que deveriam ser tomadas e coloca em suas memórias:

Como decorrência (do Plano Cohen), era decretado o “Estado de Guerra”, suspendendo as garantias constitucionais e no dia 10 de Outubro era eu nomeado seu executor, tendo como companheiros de comissão, o tenente-coronel Fernando Lopes da Costa, chefe da 3ª Circunscrição de Recrutamento e o capitão-de-corveta Antão Álvares Barata, Capitão dos Portos de Vitória. Era uma comissão ingrata não só pelos meus companheiros, como pelos poderes a ela atribuídos:

- a) Organizar colônias agrícolas para educação moral e cívica e afastamento dos elementos comunistas considerados perigosos;
- b) Organizar campos de concentração destinados a receber jovens que por ventura se tenham transviado dos seus deveres cívicos, deixando-se arrastar pela demagogia falaciosa do marxismo;
- c) Organizar presídios para neles receber e recolher comunistas declarados, chefes, insufladores ou propagandistas ostensivos da ideologia marxista;
- d) Preparar todas as medidas para que qualquer manifestação de caráter comunista ou perturbadora da ordem e tranquilidade seja reprimida energeticamente, fazendo vigorar a lei marcial em toda a sua plenitude e eficiência.<sup>340</sup>

---

<sup>338</sup> Ibidem. p.59.

<sup>339</sup> ACHIAME, 2010, p. 295.

<sup>340</sup> BLEY, s.d., p.100.

Em 25 de Novembro de 1937 Bley é nomeado interventor novamente, e mais do que nunca, conhecia bem o Estado em que estava à frente. Quando relembra desse período, o Capitão afirma: “O Estado Novo manteve o mesmo interventor, já então velho conhecido dos capixabas e experimentado conhecedor da política local”.<sup>341</sup>

Quanto ao governo de Punaro Bley a partir de 1937, novamente como interventor, Marta Zorzal e Silva resume em:

Efetivamente, o sentido da ação governamental não se desviou muito daquele que fora definido na primeira interventoria - prioridade básica para as políticas sociais; refletindo, de um lado, o rebatimento das diretrizes nacionais que visava incorporar as demandas das classes populares de forma controlada, através de sindicatos que fazia a mediação populista dessas demandas, e de outro, a expressão do idealismo reformista preconizado pelos tenentistas, do qual Bley era membro. Finalmente, a ditadura política instaurada em 1937 deu a Punaro Bley o respaldo legal e institucional para a concretização de ações que em condições de normalidade democrática, provavelmente, não constituiria prioridade governamental.<sup>342</sup>

Quanto a Vida Capichaba, em 1937 - outro ano de marcantes reviravoltas políticas - Bley se manteve muito presente nas páginas da revista ilustrada. Já em janeiro ele aparece em uma fotografia com a seguinte legenda: “*Directores do Grupo dos Aquáticos e os componentes da guarnição vencedora, em Palácio, quando foram agradecer ao Exmº. Governador Bley o seu valioso concurso em pró dos esportes espiritasantenses*”.<sup>343</sup>

---

<sup>341</sup> ACHIAME, 2010, p. 301.

<sup>342</sup> ZORZAL E SILVA, 1995, p. 192.

<sup>343</sup> Revista Vida Capichaba, 15 de Janeiro de 1937, Número 324



Fotografia 27: Directores do Grupo dos Aquáticos agradecem Bley

Na edição seguinte, ainda em Janeiro, outra fotografia é veiculada nas páginas da revista. Dessa vez o título aparece como: *“Reabastecimento de agua da Capital”* e com legenda: *“Altas autoridades que assistiram à solenidade da inauguração da grande obra de reabastecimento dagua da capital”*<sup>344</sup>. O autor da foto aparece ao lado: Photo Paes.



Fotografia 28: Reabastecimento de agua na Capital

<sup>344</sup> Revista Vida Capichaba, 30 de Janeiro de 1937, Número 425

No próximo mês, Bley aparece junto de Alzira em um evento. O título: “Vida Escolar” acompanha o texto: “Grupo tirado por ocasião da festa a que compareceram entre outras pessoas de destaque, o Exm<sup>o</sup>. Sr. Gov. do Estado. As professoras ladeiam o Sr. Cap. Punaro Bley, Mme. Bley, Mme. Corte Imperial, Mme. Armando Braga e Mme. Bricio Mesquita”.<sup>345</sup>



Fotografia 29: Vida Escolar

Em março três fotografias podem ser vistas no periódico. A primeira mostra uma reunião e apresenta a legenda: “*Aspecto da sessão de posse do novo directorio do Partido Social Democrático, vendo-se o Dr. Bricio de Mesquita passando a presidência da mesa ao exm<sup>o</sup>. Sr. Cap. Punaro Bley, Governador do Estado, eleito presidente da comissão executiva desse partido*”.<sup>346</sup> Na fotografia a assinatura indicando que Mazzei foi seu autor.

<sup>345</sup> Revista Vida Capichaba, 28 de Fevereiro de 1937, Número 427

<sup>346</sup> Revista Vida Capichaba, 30 de Março de 1937, Número 429



Fotografia 30: Aspecto da sessão de posse do novo directorio do PSD

A segunda imagem é uma sequência da primeira e continua exibindo a reunião, e tem como legenda: *“Os delegados do Partido Social Democrático nos diversos municípios do Estado, que compareceram à última convenção em que foram modificados os estatutos e eleito o novo directorio desse partido”*.<sup>347</sup>



Fotografia 31: Os delegados do Partido Social Democrático

<sup>347</sup> Revista Vida Capichaba, 30 de Março de 1935, Número 429

Já em maio, nas duas edições da Vida Capichaba Bley se fez presente. Na primeira delas o grande foco foi a inauguração do Leprosário de Itanhenga. A primeira imagem não tem foco no Governador de fato, mas ressalta a importância dessa inauguração para a Capital. Ao lado da foto a legenda: *“A multidão que assistiu ao desembarque do Ministro Capanema e demais autoridades, no momento em que os mesmos se dirigiam ao Palácio do Governo”*.<sup>348</sup>



Fotografia 32: A multidão que assistiu ao desembarque do Ministro Capanema

Na sequência temos uma fotografia de Mazzei com o texto: *“SS. Exas. Os Srs. Ministro Gustavo Capanema e Governador Bley, logo após o desembarque que os transportou ao Palácio”*.<sup>349</sup>

---

<sup>348</sup> Revista Vida Capichaba, 15 de Maio de 1937, Número 432

<sup>349</sup> Revista Vida Capichaba, 15 de Maio de 1937, Número 432



Fotografia 33: Ministro Gustavo Capanema e o Governador Bley

É preciso chamar atenção para essa fotografia no sentido de que Bley aparece no centro da imagem, e está de olhos fechados. Esteticamente essa flagra não seria propício para ser vinculado nos meios de comunicação, porém, não existia uma tecnologia que possibilitasse a captação de várias fotos em poucos segundos, e como já dito, não havia uma preocupação com a fotografia no sentido estético de arte, ela era uma ferramenta de disseminação, um documento que atestava o que estava sendo feito.

A terceira imagem, mais formal, tem como título: *“Resolvendo o problema do combate a lepra em nosso Estado”* e o texto:

S. Exa. Dr. Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde Pública, representando o sr. Presidente da República, que veio a esta Capital para assistir à inauguração do Leprosário de Itanhenga, pronunciando o seu discurso. Apresentava-se o Exm<sup>o</sup>. Sr. Cap. Punaro Bley, Governador do Estado, e S. Exa. D. Luiz Scortegagna, bispo desta Diocese.<sup>350</sup>

<sup>350</sup> Revista Vida Capichaba, 15 de Maio de 1937, Número 432



Fotografia 34: Resolvendo o problema do combate a lepra

Na última fotografia da primeira edição de maio, não é possível constatar onde exatamente Bley está posicionado, porém também é importante na imagem que o governo deseja transmitir. Como legenda aparece: *“Flagrante do grande almoço oferecido aos visitantes pelo Exm<sup>o</sup>. Governador do Estado, na sede do Club de Regatas Saldanha da Gama”*.<sup>351</sup>



Fotografia 35: Flagrante do grande almoço

<sup>351</sup> Revista Vida Capichaba, 15 de Maio de 1937, Número 432.

Em junho outro assunto é tratado nas páginas da Vida Capichaba: a superprodução de café. Como legenda da foto aparece: “Resolvendo o problema da super-produção” e ao lado o texto: “O Exm<sup>o</sup>. Sr. Governador do Estado, em companhia de graduados auxiliares da administração, do agente e auxiliares do Café nesta capital assistindo ao início da queima do café da quota de sacrifício, medida adoptada pelo governo da União para possibilitar o equilíbrio do produto”.<sup>352</sup>



Fotografia 36: Resolvendo o problema da super-produção.

Abordando outro assunto, Punaro aparece novamente cercado de representantes capixabas em uma fotografia que traz o título: “Incentivando os nossos escolares” e o texto: “O Rotary Club desta Capital ofereceu este anno novos prêmios aos alunos que mais se distinguiram nas nossas escolas públicas, fazendo-lhes doação de cadernetas da Caixa Econômica. Vê-se no clichê a mesa que presidiu a solenidade, notando-se o Exm<sup>o</sup>. Sr. Governador, Secretário da Educação e diretores do Rotary Club”.<sup>353</sup>

---

<sup>352</sup> Revista Vida Capichaba, 15 de Junho de 1937, Número 434.

<sup>353</sup> Revista Vida Capichaba, 15 de Junho de 1937, Número 434.

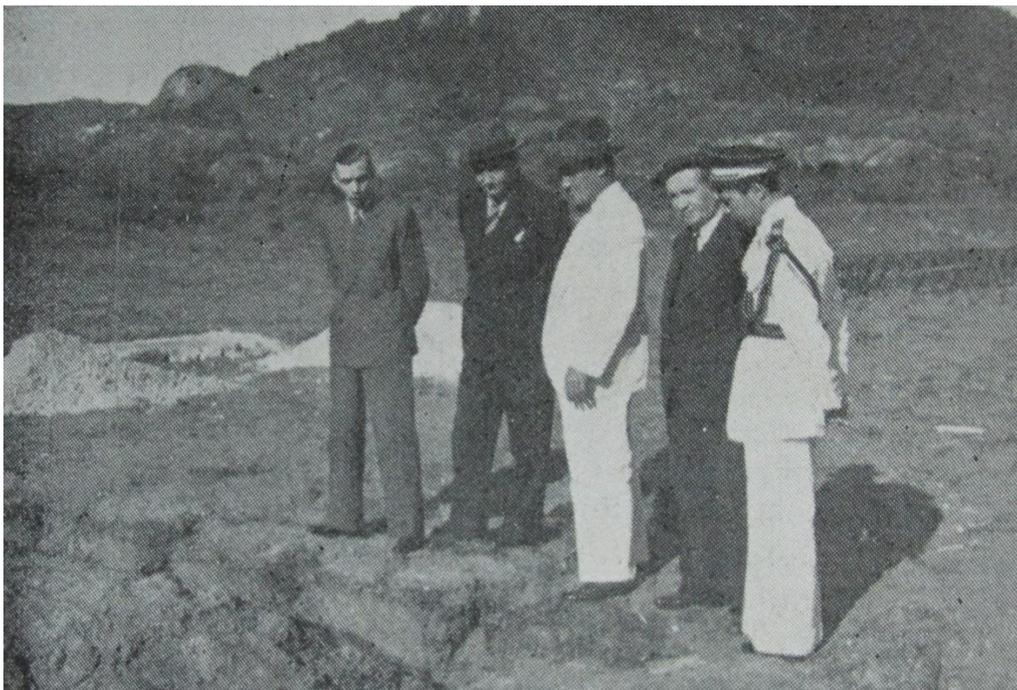


Fotografia 37: Incentivando os nossos escolares

Outro “partido” destacado por Achiamé além da Igreja, é o Rotary Club, um clube internacional, fundado nos Estados Unidos em 1905, e que pertence a profissionais militantes nas mais diversas atividades, responsáveis por atuar de maneira construtiva na comunidade. O Club de Vitória foi inaugurado em 1º de setembro de 1934 e logo ganhou grande prestígio entre a elite capixaba (já que diferente da Associação Comercial, não era tão restrito).

Na edição seguinte, ainda em junho, o Governador aparece envolvido no lançamento da Radio Club do Espírito Santo. Em uma fotografia aparece o texto: *“O Exmº. Sr. Governador do Estado, acompanhado dos srs. Dr. Milton Thevemard e Aphrodisio Ribeiro Coelho, diretor do Radio Club do Espírito Santo, e do Dr. Jeronymo Duarte Rodrigues, engenheiro tecnico da Byington % Cia. E Cap Alvaro Barreto, seu ajudante de ordens, visita o local e as obras da instalação da nossa Emissora”*.<sup>354</sup>

<sup>354</sup> Revista Vida Capichaba, 15 de Junho de 1937, Número 434



Fotografia 38: O Exm<sup>o</sup> Sr Governador do Estado.

A Rádio Espírito Santo, também, é um órgão importante dentro dos acontecimentos capixabas da década de 1930. Mostrava o avanço tecnológico que o Estado estava passando, e a necessidade por mais informações que a elite ansiava. No desenrolar da década de 1930, os empecilhos sobre a implantação de rádios no Brasil foram resolvidos, e as possibilidades de ganhos comerciais tornaram-se reais. Assim, vários investidores estavam prontos para apostar no novo veículo em todo o país. Tempos depois os fundadores da Sociedade Civil Recreativa Radio Club do Espírito Santo – eram amigos que em 1933 formaram a Rádio Club do Espírito Santo - viram nas grandes emissoras já implantadas pelo país, um potencial que os capixabas estavam deixando passar, e resolveram iniciar o projeto da rádio em Vitória.<sup>355</sup>

A primeira vez que Bley participa do projeto do rádio ocorre em 6 de maio de 1936, quando decide autorizar o uso de cinquenta contos de reis para a compra de um transmissor, além de abrir estudos para avaliar o tipo

<sup>355</sup> SOUZA, Danilo; DE MINGO, Ivana Sonegheti. **Nas ondas do rádio, o Espírito Santo em sintonia: Rádio Espírito Santo: 70 anos no ar.** Vitória, ES: Diário Oficial do Espírito Santo, 2010. 390f, p.35.

de estação a ser instalada e a potência do equipamento. Depois em 1937, visita as instalações onde ficaria a rádio (fotografia), e somente em 1939 a instalação começa a funcionar verdadeiramente (mesmo que somente recebendo a programação nacional, sem ainda ter uma local para ser ouvida).<sup>356</sup>

Em julho, Bley é fotografado na nova Instalação da Secretaria da Fazenda no Estado. A foto é de Mazzei, e apresenta o seguinte texto:

O exm<sup>o</sup>. Sr. Governador do Estado, seus secretários e altas autoridades, inaugurando as novas e confortáveis instalações da Secretaria da Fazenda, que foram completamente remodeladas pela atual administração. A fotografia apresenta a Secção do funcionalismo, sob a chefia do competente funcionário Sr. Mario Monteiro.<sup>357</sup>

---

<sup>356</sup> Uma ressalva quanto a criação da Rádio Espírito Santo e de sua importância pode ser vista dois anos depois da fotografia retratada, em 1939, quando ela de fato inicia suas transmissões. Aliando o rádio com a importância do papel de Alzira Bley dentro da sociedade capixaba, podemos citar um fato de que logo após as transmissões iniciarem, aconteceram dois eventos que imitavam os programas de auditório transmitidos pelas emissoras nacionais. No primeiro deles, em maio, aconteceu uma “kermesse e salões de arte com rádio”. Foi patrocinado pela Primeira Dama Alzira, e tinha como benefício ajudar a igreja católica da região. Foram três dias de evento onde o público pode apreciar números musicais e de teatro. “A intenção dos organizadores era mostrar que o Espírito Santo nada devia em talento para outros locais, e também preparar os futuros astros do broadcasting capixaba”. In: SOUZA, Danilo; DE MINGO, Ivana Sonegheti. **Nas ondas do rádio, o Espírito Santo em sintonia: Rádio Espírito Santo: 70 anos no ar.** Vitória, ES: Diário Oficial do Espírito Santo, 2010. 390f.

<sup>357</sup> Revista Vida Capixaba, 30 de Julho de 1937, Número 437.



Fotografia 39: Inauguração Secretaria da Fazenda

Ainda sobre o assunto anterior, na edição de Agosto a revista apresenta o Governador discursando durante a abertura da nova Instalação e afirma “O exm<sup>o</sup>. Sr. Governador do Estado, falando no acto da inauguração da Secretaria da Fazenda após os grandes melhoramentos por que passou essa repartição”.<sup>358</sup>



Fotografia 40: Inauguração da Secretaria da Fazenda II

---

<sup>358</sup> Revista Vida Capichaba, 15 de Agosto de 1937, Número 438.

Na sequência, outra fotografia sobre esse mesmo momento com a legenda: *“Grupo feito por ocasião da inauguração das novas instalações da Secretaria da Fazenda com a presença do exmº. Sr. Governador do Estado, seus secretários e grande número de funcionários”*.<sup>359</sup>



Fotografia 41: Grupo formado da inauguração da Secretaria da Fazenda

Continuando na mesma edição, surge a passagem de um dos diretores nacionais do café pelo Espírito Santo, e Bley faz questão de o receber no Palácio. Como título de ambas as fotografias: *“Um viajante ilustre”* e na primeira legenda: *“O exmº. Sr. Dr. Fernando Costa, Director do Departamento Nacional do Café, por ocasião de sua recente visita a Victoria é recebido no Palacio do Governo pelo ex. sr. Governador do Estado e sua exmª. Esposa”*.<sup>360</sup>

<sup>359</sup> Revista Vida Capichaba, 15 de Agosto de 1937, Número 438.

<sup>360</sup> Revista Vida Capichaba, 15 de Agosto de 1937, Número 438



Fotografia 42: Um viajante ilustre

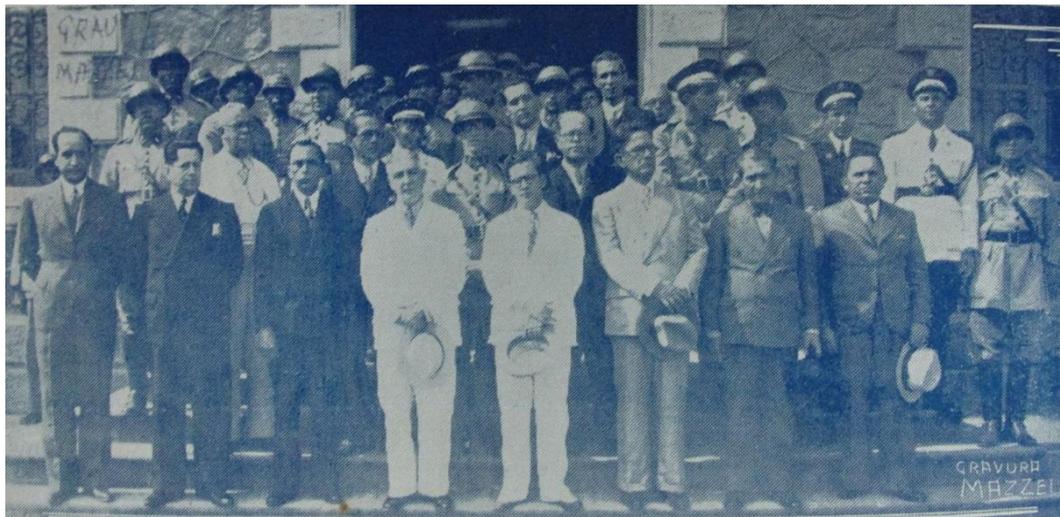
Na fotografia seguinte a legenda: *“Um flagrante do almoço íntimo que o exm<sup>o</sup>. Sr. Governador do Estado Ofereceu, em Palácio, ao Dr. Fernando Costa, presidente do D. N. C., por ocasião de sua recente estadia em Victoria, onde veio verificar as necessidades de nossa praça com relação à exportação do nosso principal produto”*.<sup>361</sup> Ambas as fotos foram feitas por Mazzei.



Fotografia 43: Flagrante do almoço íntimo

<sup>361</sup> Revista Vida Capichaba, 15 de Agosto de 1937, Número 438

O mês de agosto foi de grande visibilidade para o Governador. Na segunda edição de *Vida Capichaba* o Interventor pode ser visto em oito páginas ao longo da revista. Primeiramente com as comemorações do Dia do Soldado. A primeira imagem somente possui título: *“O dia do soldado e o Regimento Policial Militar”*.<sup>362</sup>



Fotografia 44: O dia do soldado

Na sequência, a fotografia diz: *“Almoço em homenagem ao Dia do Soldado, na ocasião em que discursava a S. Exa. O Sr. Governador do Estado”*.



Fotografia 45: Almoço em homenagem ao dia do Soldado

<sup>362</sup> Revista *Vida Capichaba*, 30 de agosto de 1937, Número 439

Na imagem seguinte, o título: *“Fundação da cidade de Victoria”*, e a legenda: *“Grupo feito após a sessão solemne com que a Camara Municipal de Victoria solennisou a passagem, a 8 do corrente, da data da fundação da nossa Capital. Veem-se no clichê o exmº. Sr. Governador, Revmo. Bispo Diocesano, Prefeito Municipal, Secretarios de Estado, Vereadores Municipaes, altas autoridades federaes e estaduaes”*.<sup>363</sup>



Fotografia 46: Fundação da Cidade de Victória

A próxima imagem traz o título: *“Obras do Porto de Victoria”* e a legenda: *“Grupo feito em Palacio após a assinatura do contracto que o Governo do Estado fez com a firma Bruen, Billinger Lid., para prosseguimento das obras do nosso porto”*.<sup>364</sup>

<sup>363</sup> Revista Vida Capichaba, 30 de Maio de 1935, Número 387.

<sup>364</sup> Revista Vida Capichaba, 30 de Agosto de 1937, Número 439.



Fotografia 47: Obras do Porto de Victoria

Continuando as solenidades, a fotografia seguinte diz no título: “36º aniversario do Saldanha da Gama” e na legenda: “O exmº. Sr. Governador do Estado e sua exmª. Esposa, em companhia dos diretores do club Saldanha da Gama, momentos antes do almoço que lhes foi oferecido por esse valoroso club”.



Fotografia 48: 36º aniversario do Saldanha da Gama

Por último aparece na revista uma série de imagens, como em uma montagem, e um pequeno texto ao lado dizendo: “*Flagrante da chegada do*

*exm<sup>o</sup>. Sr. Governador Punaro Bley e sua exm<sup>a</sup>. Esposa a essa capital no dia 11 desse mês”.*



Fotografia 49: Flagrante da chegada do Governador



Fotografia 50: Flagrante da chegada do Governador II



Fotografia 51: Flagrante da chegada do Governador III

Essas imagens revelam a chegada do Governador após permanecer um mês no Rio de Janeiro com a família. Sua chegada é transformada em verdadeira celebração, os cidadãos vão para as ruas receber Bley, é decretado feriado, e percebe-se a admiração do povo junto a seu líder. As fotografias passam a ideia de que João Punaro era reverenciado pelos capixabas, e são imagens assim que ajudavam na construção do imaginário coletivo de que o Estado estava em boas mãos, estava se desenvolvendo e no caminho certo.

É na memória coletiva que residem as histórias, lembranças e tudo o que torna os indivíduos de um grupo conectados uns aos outros. Sem memória coletiva não há cultura e nem identidade, pois não há conexão com o passado do grupo, passado que o torna único.<sup>365</sup>

O último mês em que aparece na Vida Capichaba é em Novembro, mês em que acontece o Golpe de 1937 e Bley volta a ser nomeado interventor, porém todas as imagens, ainda, o tratam como Governador. A primeira delas apresenta o título: “Club R. Saldanha da Gama” e o texto: “Grupo de pessoas presentes ao acto de inauguração do retrato do Cap.

<sup>365</sup> SOUZA e DE MINGO, 2010, p.23.

João Punaro Bley, ilustre Governador do Estado, no salão de honra do Club de Regatas Saldanha da Gama”.<sup>366</sup>



Fotografia 52: Club Saldanha da Gama

Por fim o governador aparece durante a cerimônia de Homenagem à Bandeira em duas imagens, e acompanhando a seguinte nota:

Revestiram-se de excepcional brilhantismo as cerimônias realizadas nesta cidade, em comemoração do Dia da Bandeira. Irmanados pelos mesmos sentimentos de civismo e pelo mesmo espírito de brasilidade, governo e povo, em geral, concentraram-se diante do Altar da Pátria, erguido no fim da Avenida da República, numa eloquente e sublime demonstração de patriotismo e de fé no destino grandioso do Brasil.

Foi uma linda festa que a todos empolgou pela espontaneidade, pelo entusiasmo daquela multidão, calculada em milhares de pessoas das mais variadas classes sociais, a qual desfilou diante do pavilhão auriverde da Pátria Brasileira.

Compareceram as mais altas autoridades do Estado, a começar pelo chefe do governo, Cap. João Punaro Bley, Tenente-Coronel Fernando Lopes da Costa e Capitão de Corveta Antão Barata, da Junta Executora do Estado de Guerra, membros do Poder Judiciário, secretários de governo e inúmeras figuras de destaque na administração, no magistério, nas profissões liberais e na sociedade capichaba.<sup>367</sup>

<sup>366</sup> Revista Vida Capichaba, 30 de Novembro de 1937, Número 445.

<sup>367</sup> Revista Vida Capichaba.



Fotografia 53: Homenagem à Bandeira



Fotografia 54: Homenagem à Bandeira II

Dentro das 28 imagens veiculadas no ano de 1937 (o ano em que Bley mais aparece no veículo) é possível enxergar a continuidade no

governo anterior. Mais uma vez são mostrados somente acontecimentos positivos ligados à política capixaba e ao então Governador. Continuam as inaugurações, as celebrações em dias importantes, as festas de gala e as cerimônias políticas. Um fator presente durante esses anos foi a saúde. A inauguração do Leprosário teve muita visibilidade e repercussão em favor do líder que continuava se mostrando a favor das melhorias sociais. Para voltar a ocupar seu cargo de Interventor, Punaro já sabia como lidar com a máquina política capixaba, o que fica claro com a afirmação de Marta Zorzal e Silva: “Finalmente, a ditadura política instaurada em 1937 deu a Punaro Bley o respaldo legal e institucional para concretização de ações que em condições de normalidade democrática, provavelmente, não constituiria prioridade governamental”.<sup>368</sup>

Um dos males que estava presente durante a vida da sociedade rural, na maior parte das vezes, era a hanseníase. Na época, uma doença sem cura, e que acabava por excluir os infectados da sociedade. Na tentativa de abrigar os doentes, organizou-se em Cariacica a colônia agrícola de Itanhenga, que contava ainda com um anexo chamado Preventório Alzira Bley, onde se acolhiam os filhos saudáveis dos enfermos.<sup>369</sup>

À contramão do que aconteceu em outros Estados do Brasil, os casos de lepra no Espírito Santo demoraram certo tempo para serem confirmados. Os relatórios governamentais dos presidentes da Província, referentes ao período 1842-1888, com respeito à saúde ou higiene pública, exibem relatos sobre as ações efetuadas para conter surtos de febre amarela, impaludismo (malária), bexiga (varíola), cólera, tuberculose, hepatite, “febres belicosas”, disenteria, coqueluche, sarampo e doenças desconhecidas que fizeram óbitos de crianças e adultos. A década de 1920 foi marcada por surtos e epidemias, e com os novos desejos depois de 1930 de incentivar o cuidado da saúde, o cultivo ao corpo e a higiene, fez-se necessário encarar de vez o problema da lepra. João Punaro Bley foi um dos incentivadores desse processo:

---

<sup>368</sup> ZORZAL E SILVA, 1995, p.192.

<sup>369</sup> ACHIAME, 2010, p.292.

Em dezembro de 1930, o Governo Provisório resolveu extinguir, por falta de verba, todos os Serviços de Profilaxia que a União mantinha com os estados.

Assim sendo, o chefe do Serviço de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas, Dr. Pedro Fontes, recebeu ordem para encerrar as atividades, desmontar e inventariar todo material. Porém, como existia em seu poder o saldo de 67:000\$000, Pedro Fontes solicitou ao interventor federal João Punaro Bley, por intermédio do diretor do Departamento de Saúde Pública, Dr. Álvaro Mello, permissão para continuar com estes serviços desde que o Estado se comprometesse auxiliar em sua manutenção.

O governo do Estado obteve autorização junto ao Ministério da Educação e Saúde Pública, considerando que a continuidade deste serviço no Espírito Santo não deveria representar ônus para a União. Imediatamente, João Punaro Bley, autorizou a permanência do Serviço de Profilaxia e determinou que fosse incluído a quantia de 80:000\$000 no orçamento de 1931. No decorrer dos anos, entre 1931 a 1934, esta despesa alcançou o total de 740:000\$000, com desembolsos em dinheiro e medicamentos que permitiram a ampliação das atividades do Serviço.<sup>370</sup>

No período de 1930 a 1935, em âmbito Nacional, foi elaborado o Plano Nacional de Combate à Lepra, que determinava a implementação de leprosários em todos os Estados do Brasil para que os doentes ficassem separados das pessoas sadias. Em 1937, João Punaro Bley, seguindo as ordens do Governo, inaugurou o primeiro leprosário do Espírito Santo, localizado há certa distância da capital, e que recebeu também, um preventório para cuidar de jovens sadios, e que recebeu o nome de sua esposa. Depois de inaugurado o preventório foi entregue a vicentinos que ficaram responsáveis pelos cuidados como alimentação, educação, lazer e saúde. Em 1941, mais de 100 crianças já participavam do Preventório Alzira Bley enquanto seus pais eram tratados no hospital.<sup>371</sup>

Ao falar sobre a grande obra do hospital (e destacar sua importância na época), Bley afirma em um dos trechos de seus escritos: “Esta grande obra, modelar para a época, resolveu o problema da segregação dos leprosos

---

<sup>370</sup> BARROS, Luiz Arthur Azevedo. Colônia de Itanhenga – A luta contra a lepra no Espírito Santo (1934-1945). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, 2014, p.108.

<sup>371</sup> PAVANI, Elaine Cristina Rossi. **O isolamento no Hospital Colônia Pedro Fontes, Itanhenga/ES e a caracterização da população do Educandário Alzira Bley no período de 1937 a 1979.** 2013. 188 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, p.66.

existentes no Estado. Foi feito em cooperação com a união através do Ministério da Educação e Saúde”.<sup>372</sup>

#### 4.4 O final do Governo Bley: 1942

[...] a apreciação que se segue de Alzira Vargas, no seu livro “Getúlio Vargas, meu Pai”:

Espírito Santo:

14.11.1930: Interventor João Punaro Bley – militar (exército), foi inicialmente nomeado delegado militar e interventor federal. Candidato a governador, após algumas dificuldades de caráter político, elegeu-se com relativa facilidade.

14.4.1935: Eleito Governador, exerceu seu mandato em ambiente político quase sem oposição.

23.11.1937: Com advento do Estado Novo, foi novamente nomeado interventor. Foi dos poucos de executivos estaduais a atravessar incólume as várias fases do período revolucionário, sem a menor interrupção. Chamado por sua moderação e habilidade na época das eleições estaduais “discípulo com louvor de Getúlio Vargas”. Pediu demissão em 1943.<sup>373</sup>

Em 1943, Getúlio anunciou, com orgulho, que contando com usinas de ferro e aço, fábricas de alumínio e cobre, e exportação de minério, o Brasil forjava os elementos básicos para a transformação de uma vasta e esparsa sociedade agrícola em uma nação capaz de prover suas necessidades fundamentais.

Em suma, a industrialização do Brasil entre 1930 e 1945 foi produto de dois fatores: em primeiro lugar, da substituição “espontânea” de produtos importados resultante do colapso da capacidade de importar, graças à manutenção da demanda interna estimulada pelo programa de apoio ao café e à mudança de investimentos do setor de exportação para a produção industrial para o mercado interno; em segundo lugar, da intervenção direta e indireta do Estado.<sup>374</sup>

Assim que a guerra começou a favorecer os Aliados, em 1943, Vargas iniciou seus planos para a nova fase política que surgiria com essa

---

<sup>372</sup> BLEY, s.d., p.97.

<sup>373</sup> Trecho tirado das memórias de João Punaro Bley, quando ele cita o que uma terceira pessoa (e não qualquer uma, mas a filha de Getúlio Vargas), descreve seus governos. BLEY, s.d., p.93.

<sup>374</sup> SKIDMORE, 2010, p.78.

vitória. Já em 1944, chegaram até ele diversos relatórios contendo críticas ao Estado Novo entre os oficiais brasileiros que combatiam ao lado dos americanos na Itália. “Os brasileiros se deram conta da anomalia de lutar pela democracia no exterior ao mesmo tempo em que representavam uma ditadura no Brasil”.<sup>375</sup>

Ao final de 1943 - perto da data em que o plebiscito estava previsto para ocorrer desde a Constituição de 1937 - Getúlio prometeu ao país que após o término da guerra, em um ambiente propício de paz e ordem, a estrutura política seria reorganizada, porém, devido à forte censura ocorrida até então, nenhuma oposição era vista, até que, no início de 1945, os protestos começaram a aparecer por trás da faixa negra de censura. Em janeiro, o Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores realizou um apelo por liberdade total de expressão, e exigiu um governo eleito por voto direto e secreto. Um mês depois, José Américo de Almeida – candidato na fracassada campanha à presidência em 1937 – deu uma longa entrevista explicando por que eleições presidenciais eram tão importantes, e o motivo pelo qual seria inadequado Vargas concorresse ao cargo. Esses exemplos já eram indícios do enfraquecimento do controle de equipamentos de censura.<sup>376</sup>

Durante um importante comício, no dia 1 de maio, Getúlio afirmou que sua missão estava terminada. Falou de suas conquistas, particularmente, nas áreas de desenvolvimento econômico e legislação social, e terminou apoiando a candidatura de Dutra. Vinte e dois dias depois, Prestes organizou um comício no Rio de Janeiro, e deixou claro o início da atividade política do recém-legalizado Partido Comunista.<sup>377</sup>

O governo de Vargas pode, então, ser dividido em três fases. Na primeira (1930 – 1937), ele faz o papel de árbitro político e conspirador em prol dos poderes ditatoriais. Na segunda fase, durante o Estado Novo (1937 – 1943), consolidou sua imagem e preocupou-se com a industrialização do

---

<sup>375</sup> SKIDMORE, 2010, p.82.

<sup>376</sup> Ibidem, p.83.

<sup>377</sup> Ibidem, p.84.

país. Na última fase (1943 – 1945), os dois últimos anos do Estado Novo, Getúlio iniciava o lançamento de seu futuro retorno como líder democrático, respaldado no apoio de um novo movimento popular, e de grupos mais estabelecidos, como os proprietários de terra, os industriais de São Paulo e a burocracia.<sup>378</sup>

Antes do final de 1942, em dezembro, o governo federal tornou pública a criação do Serviço de Subsistência, que tinha por finalidade oferecer produtos abaixo do preço de mercado às famílias trabalhadoras, aumentando o limite de alcance da fábrica como espaço de ação educativa, já que também chegava até as casas e famílias operárias. De acordo com os termos da propaganda estado-novista, Vargas estaria construindo um lar dentro do Brasil. Colocar tais políticas em prática era uma questão altamente relevante para o Estado porque tratava de disseminar a tranquilidade coletiva e o amparo à família.

Se o Estado voltava-se para o homem, era pela família que ele o atingia mais profunda e rapidamente. Dessa forma, era pela família que o Estado chegava ao homem e este chegava ao Estado. Ela era a “célula política primária”, o motivo do esforço produtivo dos indivíduos. Casa e família eram praticamente uma mesma coisa. A preocupação com a família era, portanto, uma questão central à proteção do homem brasileiro e ao próprio progresso material e moral do país.<sup>379</sup>

No Espírito Santo, Bley passou pelo Estado Novo fazendo o que vinha construindo desde 1930: tentando manter a elite e as classes baixas satisfeitas, assim como, Getúlio fez com seu governo local. A respeito de suas qualidades como líder durante essa década de transformações, Fernando Achiamé aponta um dos fatores que fez o Capitão permanecer em seu posto por tanto tempo: “Ele permaneceu no comando da política local porque soube se adaptar aos novos tempos e fazer com que seu grupo o acompanhasse nessa postura política”.<sup>380</sup>

A partir do início de 1938, Bley decide realizar algumas mudanças administrativas em seu governo, como por exemplo, atrair para seu projeto

---

<sup>378</sup> SKIDMORE, 2010, p.73.

<sup>379</sup> GOMES, Ângela de Castro. Ideologia e Trabalho no Estado Novo. In: **Repensando o Estado Novo**. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345f, p.63.

<sup>380</sup> ACHIAME, 2010, P.301.

continuísta parte do antigo Partido da Lavoura. Assim, nomeia Nelson Monteiro secretário de governo da nova interventoria, e confirma Carlos Lindenberg como secretário da Agricultura, Terras e Obras. O objetivo era garantir que seu grupo continuasse com poder dentro do Estado, garantindo sucesso nos próximos passos governativos que estavam por vir.<sup>381</sup>

No início da década de 1940, o café continuava a ser o principal produto do Espírito Santo, que também produzia em menor quantidade milho, feijão, farinha de mandioca, couros, madeira, açúcar e outros. Entre 1939 e 1945, durante a Segunda Guerra Mundial, aconteceu uma queda de 54% na exportação de café, explicada porque os principais países importadores estavam participando dos conflitos armados.<sup>382</sup>

Já em 1942, devido ao desenrolar da Guerra e o aumento da demanda de minério de ferro por parte da indústria bélica inglesa e americana, ambos os países fizeram um acordo com o governo brasileiro, chamado “Acordo de Washington”, e com ele foi criada a Companhia Vale do Rio Doce, destinada a explorar o minério brasileiro. Esse acordo foi fundamental no futuro do Espírito Santo, e de João Punaro. A nova companhia criada foi responsável por movimentar a economia e criar diversos empregos, além de incentivar a instalação de serviços de utilidade pública, como estradas, energia elétrica, saneamento básico e outros. Ainda na década de 1940, com o crescimento da exportação de minério de ferro, foi imposta a criação de um novo Porto.<sup>383</sup>

O início do Estado Novo, também, marca um novo ciclo dentro da imprensa espírito-santense. A Vida Capichaba, que até o momento era o principal meio de divulgação do governo local, começa a ser direcionada aos ideais integralistas, de maneira que o governo decide criar uma nova revista totalmente apoiadora do governo e da ideologia liberal democrata, a Revista Chanaan.<sup>384</sup>

---

<sup>381</sup> Ibidem, p.303.

<sup>382</sup> FRANCO, Sebastião Pimentel. **A República e o Espírito Santo**. Vitória: Multiplicidade, 2003. p.109.

<sup>383</sup> Ibidem, p.110.

<sup>384</sup> ACHIAME, 2010, P.303.

Apesar do aparente descontentamento do governo com a Vida Capichaba, em 1942 o periódico continua a ilustrar suas páginas com diversas fotografias do Interventor, e como os outros anos, são todas imagens de feitos positivos de Bley e sua administração.

Em janeiro são captadas 4 fotografias de João Punaro. A primeira delas apresenta o título: *“No Club do Moscoso”*, e a legenda: *“O exmº. Sr. Interventor Federal e exmª. Esposa, acompanhado dos Srs. Drs. Americo Monjardim e Enrico Aurelio Ruscho e exmas. Esposas, na linda festa que a 31 de Dezembro a nova diretoria do Club Vitoria ofereceu aos seus associados”*<sup>385</sup>. A foto vem com a marca: Photo Mazzei.



Fotografia 55: No Club do Moscoso

Na segunda fotografia de janeiro, o título é o seguinte: *“As possibilidades da exportação Espírito-Santense”* e como legenda: *“Flagrante colhido pela objetiva de Mazzei por ocasião da importante conferencia pronunciada pelo exmº. Senhor Interventor Federal, no salão nobre da Escola Normal Pedro Segundo, a convite da Associação Comercial de Vitória, sobre as*

<sup>385</sup> Revista Vida Capichaba, 30 de Janeiro de 1942, Número 540, Anno XIX.

*possibilidades do incremento da exportação do Espírito Santo no atual momento internacional*".<sup>386</sup>



Fotografia 56: Palestra

Ainda sobre o mesmo assunto, surge outra foto com a legenda: *“Aspecto da numerosa assistência que foi ouvir a palavra do exm<sup>o</sup>. Sr. Major João P. Bley”*.<sup>387</sup>



Fotografia 57: Palestra II

<sup>386</sup> Revista Vida Capichaba, 30 de Janeiro de 1942, Número 540, Anno XIX

<sup>387</sup> Revista Vida Capichaba, 30 de Janeiro de 1942, Número 540, Anno XIX

Em fevereiro desse ano Bley aparece na primeira fotografia com a legenda: *“No momento em que o S. Ex. o senhor major Punaro Bley, Interventor Federal cortava a fita simbólica que impedia o acesso ao magnífico edifício do banco, no dia de sua inauguração”*.<sup>388</sup>



Fotografia 58: Inauguração Banco

Em seguida, abordando ainda a inauguração do Banco de Crédito Agrícola a segunda imagem apresenta o título: *“Inauguração do Banco de Crédito Agrícola do E. Santo”*, e como legenda: *“O senhor Interventor Federal, a quem deve o Espírito Santo a criação do Banco, pronuncia o discurso oficial da solenidade”*.<sup>389</sup>

---

<sup>388</sup> Revista Vida Capichaba, 15 de Fevereiro de 1942, Número 541, Anno XIX

<sup>389</sup> Revista Vida Capichaba, 15 de Fevereiro de 1942, Número 541, Anno XIX



Fotografia 59: Inauguração Banco II

Na segunda edição de fevereiro, uma fotografia de Punaro Bley é vista, tratando de religiosidade. Como título acima da fotografia encontra-se: *“Catolicismo em Cariacica”*.<sup>390</sup>

---

<sup>390</sup> Revista Vida Capichaba, 28 de Fevereiro de 1942, Número 542, Anno XIX



Fotografia 60: Catolicismo em Cariacica

Quatro meses sem ser visto nas páginas da Vida Capichaba, o Interventor volta em julho, em cinco fotografias. A primeira delas apresenta o título: *“Asas para o Brasil”* e a legenda: *“Flagrante da solenidade realizada no Palácio do Governo, em que a Colônia Sírio-Libanêsa ofereceu ao exm<sup>o</sup>. Sr. Interventor Punaro Bley, um cheque de 40:000\$000, para aquisição de um aparelho para o Aéreo Clube do Espírito Santo”*.<sup>391</sup>



Fotografia 61: Asas para o Brasil

<sup>391</sup> Revista Vida Capichaba, 15 de Julho de 1942, Número 551, Anno XX

Em seguida, voltando a abordar a Escola de Agricultura, temos um título: *“Escola Prática de Agricultura”* e abaixo o texto: *“Aspecto da inauguração da Escola Prática de Agricultura em Santa Tereza no momento em que o exm<sup>o</sup>. sr. Interventor Federal recebia a chave da porta que dá entrada ao edifício principal”*.<sup>392</sup>



Fotografia 62: Escola prática de Agricultura

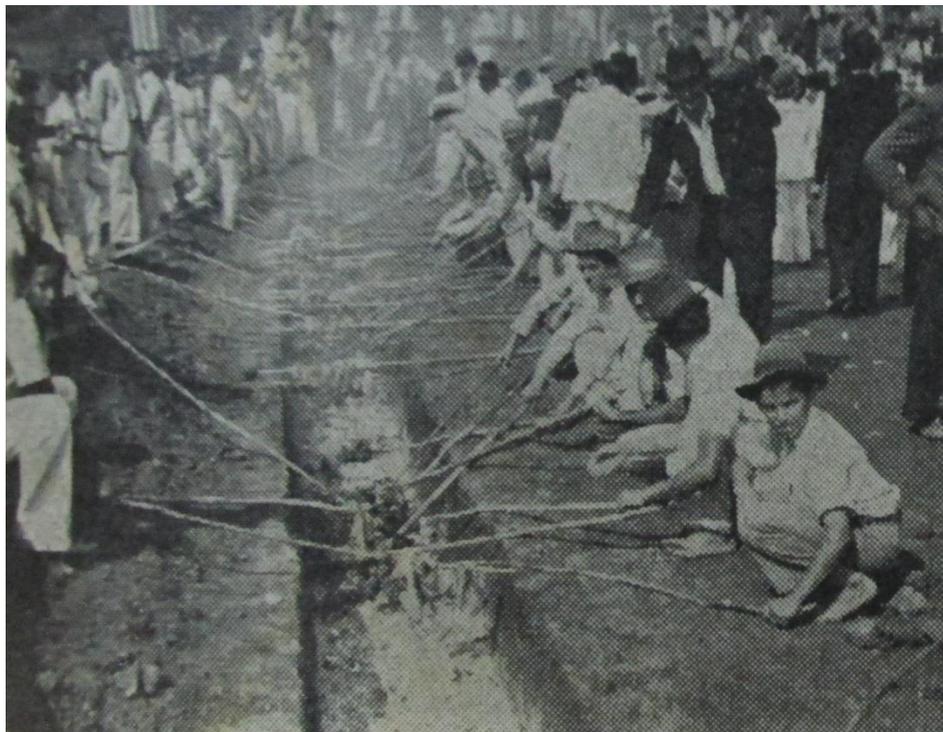
A terceira fotografia não retrata o interventor propriamente dito, mas pode ser muito reveladora quanto a seu prestígio. Como legenda se vê: *“O churrasco que o povo terezense ofereceu a S. EX. o major João Punaro Bley e sua comitiva, quando da inauguração da Escola Prática de Agricultura”*.<sup>393</sup>

Essa fotografia é reveladora na medida em que a camada pertencente à classe baixa começa a ser visto nas fotografias. O que era constante nas fotografias dos anos anteriores era a elite capixaba, bem vestida e educada, dentro do Palácio ou dos Clubes, ao redor do Interventor. Encontrar um grupo de jovens e adultos, pobres, fazendo um “churrasco” para receber o seu líder, mostra que as medidas sociais feitas por Bley para melhorar a condição de

<sup>392</sup> Revista Vida Capichaba, 15 de Julho de 1942, Número 551, Anno XX.

<sup>393</sup> Revista Vida Capichaba, 15 de Julho de 1942, Número 551, Anno XX

vida das classes baixas surtiu algum tipo de efeito, já que ele era acolhido com entusiasmo.



Fotografia 63: Churrasco para o Interventor

A quarta fotografia do mês de Julho apresenta o título: “*Escola Prática de Agricultura*” e a legenda: “*Ato de inauguração da Escola Prática de Agricultura*”<sup>394</sup>. É possível ver Bley sendo recebido por crianças e adultos.

---

<sup>394</sup> Revista Vida Capichaba, 15 de Julho de 1942, Número 551, Anno XX



Fotografia 64: Escola de Agricultura

Abaixo, usando-se do mesmo título, outra imagem e a legenda: “S. EX. SR. Major Bley e as autoridades dirigindo-se ao local, onde se deu a inauguração desse notável empreendimento”.<sup>395</sup>

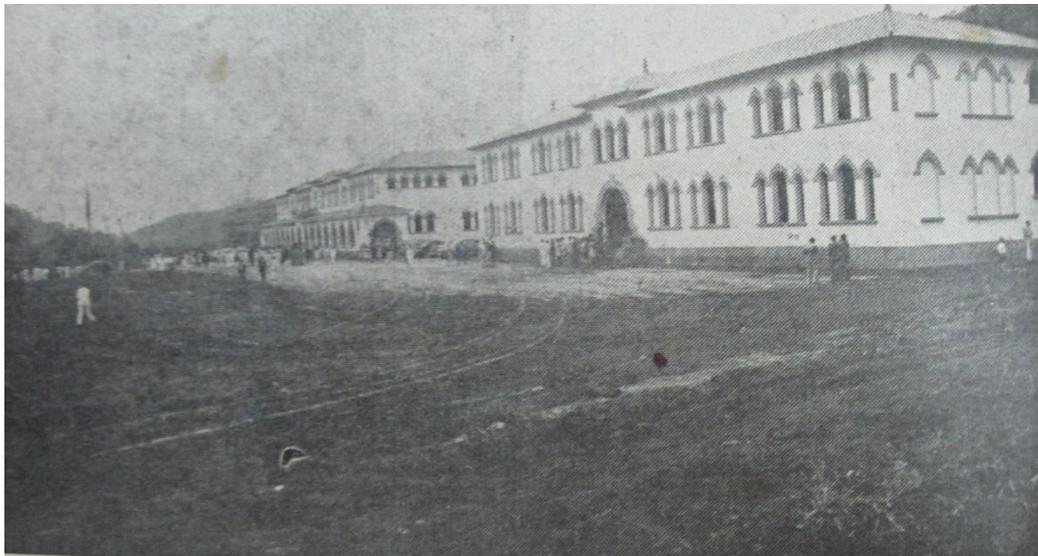


Fotografia 65: Escola de Agricultura II

A última imagem sobre o tema da Escola de Agricultura, não possui nenhum ator político, porém é importante dentro da compreensão do papel do meio de comunicação impresso como ferramenta política de divulgação dos feitos do governo. A foto é apresentada com o seguinte texto: “A grande obra,

<sup>395</sup> Revista Vida Capichaba, 15 de Julho de 1942, Número 551, Anno XX

recentemente inaugurada, que expressa a nobre e persistente ação do governo estadual em dotar o Espírito Santo de realizações destinadas ao seu progresso crescente. A Escola Prática de Agricultura está situada em Santa Tereza”.<sup>396</sup>



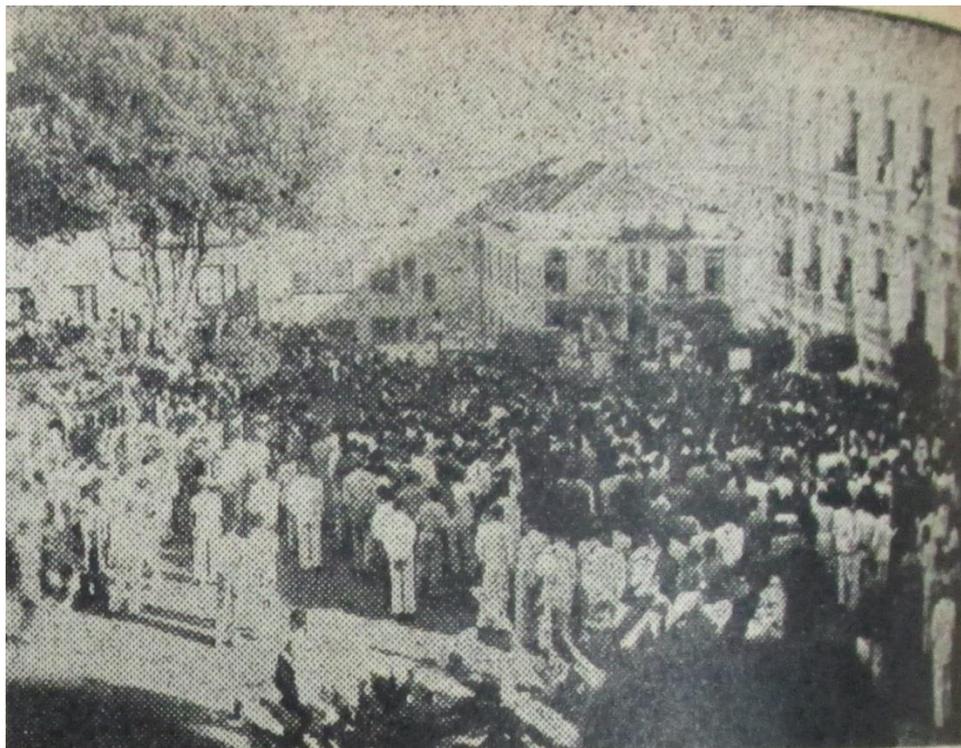
Fotografia 66: Escola de Agricultura III

Nos próximos meses, uma fotografia será veiculada em cada mês. Em agosto é aparente o título: *“Passeata de protesto contra o Eixo”* e a legenda: *“Legenda: Aspecto da multidão, frente ao Palacio do Governo em saudação do major Punaro Bley, digníssimo Interventor Federal no Espírito Santo”*.<sup>397</sup>

---

<sup>396</sup> Revista Vida Capichaba, 15 de Julho de 1942, Número 551, Anno XX

<sup>397</sup> Revista Vida Capichaba, 30 de Agosto de 1942, Número 554, Anno XX



Fotografia 67: Passeata de protesto contra o Eixo

Já em setembro, o enfoque muda. Com o título: *“Curso de Enfermagem”*, e legenda: *“Instalação do Curso de Enfermagem em nossa Capital, sobre a presidência do Senhor interventor federal, major Punaro Bley, que se vê no clichê, ladeado pelos seus auxiliares da administração. No momento, fazia o discurso oficial o doutor Ciro Vieira da Cunha, diretor geral do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda”*<sup>398</sup>, apresenta-se a seguinte fotografia:

---

<sup>398</sup> Revista Vida Capichaba, 15 de Setembro de 1942, Número 555, Anno XX



Fotografia 68: Curso de Enfermagem

Em outubro, a penúltima aparição ligada ao Interventor acontece com a imagem que apresenta o título: *“Legião Brasileira de Assistência”* e a legenda: *“A exm<sup>a</sup> Sra. Alzira Douat Bley, digníssima esposa do Sr. Interventor federal no Estado e Presidente da Legião Brasileira de Assistência, Secção do Espírito Santo, circundada por todas as enfermeiras recentemente formadas em nossa capital e que estão aptas a prestar os seus socorros aos nossos soldados em defesa da soberania da nossa querida Pátria”*.<sup>399</sup> Apesar de não estar presente na foto, Bley é citado na legenda da fotografia, que exhibe sua esposa rodeada de enfermeiras recém-formadas. Apesar de destacar Alzira e sua importância no círculo político e social, é possível também analisar o papel da mulher na sociedade da época: ela poderia ocupar alguns cargos determinados como o magistério e a enfermagem, mas não são vistas nos esportes ou em cargos de alta importância.

Alzira Bley é um modelo a ser seguido pelo público feminino que a cerca, é uma mulher que apoia o marido, que presta serviços em causas sociais, que aparece sempre que necessário, bem vestida e instruída.

<sup>399</sup> Revista Vida Capichaba, 30 de Outubro de 1942, Número 558, Anno XX.

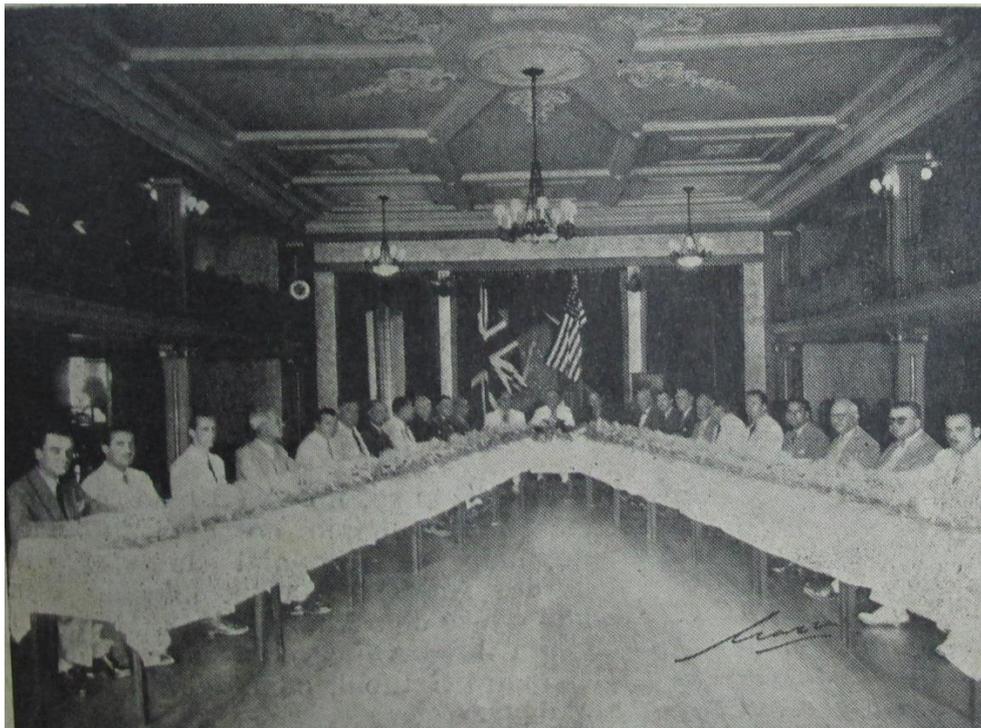


Fotografia 69: Legião Brasileira de Assistência

Ainda em Outubro, outra imagem com o título “Homenagem” e o texto: “Almoço de cordialidade oferecido pelo Rotary Clube de Vitória aos srs. Dr. Israel Pinheiro, superintendente da Cia Vale do Rio Doce e Major Punaro Bley, interventor Federal no Espírito Santo, com a presença de figuras destacadas do nosso alto comércio”.<sup>400</sup> A fotografia vem assinada com a marca de Mazzei, e pode ser o primeiro indício da saída de Bley do cargo governativo, para no ano seguinte assumir um papel importante dentro da empresa citada.

---

<sup>400</sup> Revista Vida Capichaba, 30 de Outubro de 1942, Número 558, Anno XX.



Fotografia 70: Homenagem

A última aparição de João Punaro Bley em 1942 ocorre em novembro, em uma solenidade de inauguração do busto do presidente Getúlio Vargas em uma praça da Capital. Como título: *“Presidente Vargas”* e como legenda: *“Flagrante da solenidade de inauguração do busto do Presidente Vargas, no momento em que discursava o interventor Punaro Bley”*.



Fotografia 71: Presidente Vargas

Ao longo do último ano completo da liderança de Bley, o espírito empreendedor e o “ator-herói” e salvador do Estado capixaba continuava sendo visto. Novamente são vistas inaugurações, festas da elite e incentivo às ações sociais. Nesse período é possível destacar o lançamento do Banco de Crédito Agrícola<sup>401</sup> e a Escola Prática de Agricultura. Ambas as iniciativas deixam claro o apoio do Interventor ao Interior do Estado, já que o Espírito Santo era mais do que a Capital Vitória, e grande parcela da população ainda encontrava-se no meio rural.

No último ano de análise, das 17 fotos encontradas, 9 foram feitas em ambiente externo, e 8 em ambiente interno. Nos outros anos a quantidade de imagens captadas dentro de locais fechados (locais próprios do poder como o

---

<sup>401</sup> Na tentativa de incentivar o produtor rural, Bley cria em Vargem Alta uma estação experimental de sericultura, para fomentar o plantio de amoreira e a criação do bicho-da-seda, e também incentiva a fruticultura. Como sugestão do agrônomo Djalma Eloy Hees, é criado o Instituto de Crédito Agrícola do Espírito Santo, que é transformado no Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, e que atualmente é o Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes). In: FRANCO, Sebastião Pimentel. A República e o Espírito Santo. Vitória: Multiplicidade. 2003, p.93.

Palácio do Governo, e os Clubes) foi sempre maioria, e em 1942 aconteceu uma inversão desses ambientes. O palco político se aproximou um pouco mais da massa, que também começa a aparecer nas fotografias junto de seus líderes. A alta sociedade que frequentava os bailes tradicionais dos clubes de Vitória continuava a aparecer em alguns retratos, porém o Interventor também andava entre os humildes.

Seguindo os passos de Getúlio na direção de ações que melhorassem a sociedade de maneira mais ampla, Bley também iniciou no Espírito Santo desde 1930 uma série de medidas nas áreas de saúde, educação e economia. Após o Golpe de 1937, ele passa a concentrar ainda mais o poder como interventor, e mobiliza o Estado para a concretização destas ações. Mesmo aparecendo um pouco perto do povo, é possível perceber um distanciamento entre o militar e a classe desfavorecida. Não existem fotos de um encontro mais íntimo ou próximo entre ambos, com Bley fazendo o papel de um líder populista.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

João Punaro Bley atuou como líder do Espírito Santo por 12 anos e 3 meses. Foi um dos interventores que mais liderou no cenário local enquanto Vargas permanecia no comando do país. Deixou o governo do Estado para se tornar um dos diretores da Companhia Vale do Rio Doce<sup>402</sup>. As fotografias exibidas ao longo do trabalho, mostram que ele soube utilizar do meio de comunicação impresso (e não de qualquer um, mas da Revista mais vista no Estado<sup>403</sup>), como uma ferramenta política. Foram 70 imagens, distribuídas nos quatro anos de análise, sendo: 05 fotografias em 1930, 20 fotografias em 1935, 28 fotografias em 1937 e 17 fotografias em 1942. Desse total, vale a pena destacar alguns aspectos, como por exemplo, 23 imagens foram obtidas em locais aberto, e 47 em locais fechados. Bley era encontrado mais nos ambientes fechados do que nas ruas junto ao povo. Quando estava nas ruas, a maioria das vezes era inaugurando alguma obra e cercado de pessoas importantes dentro do Espírito Santo, não junto às classes menos favorecidas.

João Punaro Bley foi considerado um seguidor e uma “miniatura” de Vargas no Espírito Santo. A própria Alzira Vargas<sup>404</sup>, registrou que Bley era o discípulo “com louvor” de Getúlio, e que conseguiu usar de sua origem militar para manter os contatos necessários e ter sucesso dentro da vida política, alcançando seus objetivos ao longo de mais de uma década no controle do território capixaba. Seguindo os passos de Vargas, e também os seus próprios, Bley teve êxito na sua permanência, seja sabendo lidar com as pressões de âmbito nacional, com as forças locais dos coronéis espírito-santense, com uma sociedade nova e desconhecida.

---

<sup>402</sup> João Punaro Bley deixou o cargo de Interventor no começo de 1942 para assumir um dos cargos de diretores da Companhia Vale do Rio Doce, cargo esse que foi uma indicação direta de Getúlio Vargas. Como seu sucessor, apareceu Jones Santos Neves. In: VALE, Nossa História. Disponível em: < [http://www.vale.com/PT/aboutvale/book-our-history/Documents/livro/Vale\\_Livro\\_Nossa\\_Historia\\_cap2.pdf](http://www.vale.com/PT/aboutvale/book-our-history/Documents/livro/Vale_Livro_Nossa_Historia_cap2.pdf) > Visualizado dia 13 de abril de 2015.

<sup>403</sup> O trabalho somente mostrou as fotografias veiculadas pela Vida Capixaba, e acredita em sua relevância devido à importância que o periódico possuía dentro da sociedade espírito-santense da época. Outros veículos poderiam transmitir uma visão diferente de Bley, mas não tivemos acesso a eles.

<sup>404</sup> ACHIAME, 2010, p.64.

O historiador Fernando Achiamé atribui o bom desempenho político de Bley a vários fatores, entre eles, por manter-se constantemente seguindo os passos de Vargas, por cultivar os amigos e pessoas ilustres próximas, por entrelaçar muito bem o consenso político junto à coerção, e por ser um excelente mediador.<sup>405</sup>

Em 1930, das 05 fotografias impressas, 03 apresentam o interventor em local fechado, e 02 em locais abertos. Em todas as cinco imagens, encontramos Bley fardado. Esse ano mostra a vitória da Revolução, e a chegada do estrangeiro que iria ocupar o cargo de chefe local. Como o golpe aconteceu em outubro, são poucas as imagens que veicularam durante apenas dois meses, mas ainda assim, são reveladoras no que diz respeito ao início da construção da imagem de Bley. Os outros oficiais quase não apresentam seu nome nas legendas, enquanto Punaro sempre recebe certo destaque, está fardado em todas as fotos, deixando claro o teor militar dos novos tempos.

Já em 1935, passados quase cinco anos do começo de seu governo, o então interventor já está mais familiarizado com a estrutura política e social capixaba, e consegue manter-se no poder como governador eleito. Entre as 20 fotografias registradas, apenas 03 foram tiradas em locais abertos, enquanto 17 foram retratadas em local fechado. Punaro quase não aparece fardado, o que exhibe seu lado civil, e também que a Revolução já passou, agora é hora de manter o que foi conquistado e dar continuidade ao progresso chegado depois de 1930. O incentivo ao esporte é muito presente, o que é proveniente da ideia geral dos militares de se preocuparem com o desenvolvimento do cidadão para o trabalho, e como defensor da Pátria. Aliado a essa preocupação, também, estavam o saneamento público, social e moral da sociedade como um todo, e que acabou por encontrar na Educação Física um caminho para intervenção na educação corporal do homem.<sup>406</sup>

Em 1937, com o início do Estado Novo, ainda vemos um major mais trajado de terno do que de farda, sendo que nas 28 imagens impressas (o

---

<sup>405</sup> ACHIAMÉ, 2010, p.307.

<sup>406</sup> SILVA, Dirce Maria Corrêa da. **A história da escola de educação física do Espírito Santo; 1930-1945.** Vitória: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Arapongas, 1991. 71p. Monografia - Departamento de Educação Física, FAFICLA, 1991, p.198.

maior número), 08 exibem Bley em ambiente aberto e 20 em locais fechados. A marcante presença de sua esposa fica clara em diversas imagens ao longo desses sete anos de governo, mostrando o papel da mulher no mundo político: permanecer ao lado do marido, participar de solenidades, cuidar dos filhos e se envolver em projetos sociais.

Por último, em 1942, foram 17 fotografias apresentadas na Vida Capichaba, sendo 09 em locais abertos e 08 em ambientes fechados. Esses dados exibem o fluir do governo de Bley. Durante 1835 e 1937, Punaro encontrava-se em locais fechados: no Palácio do Governo, no Álvares Cabral, no Saldanha da Gama e outros. Mesmo nesses espaços, ele também fazia melhorias sociais para a parcela pobre do Estado, e até mesmo fazia a elite capixaba ajudar nessas causas. No último ano, ele aparece mais na rua, e tendo contato com o povo - o que até então era raro nas fotografias - mas deixando claro seu prestígio, já que esse mesmo povo que não aparecia nas diversas fotos anteriores, faziam festas e cerimônias para recebê-lo pelas ruas.

Um aspecto interessante é a pose constante das fotos que são posadas: uma meia lua entre os participantes, com Bley ao centro. As variações ocorrem quando as fotografias são feitas de maneira mais espontânea ou de um momento exato, como a entrega de medalhas, por exemplo.

Outro ponto importante de ser destacado é que não existe, nos quatro anos analisados, nenhuma menção negativa ao governo ou à Bley, o que ressalta a via de mão dupla entre o Estado e a mídia, e que de fato, o controle dos meios de comunicação pelos detentores do poder era grande. Foram 71 fotografias ilustrando pontos positivos do governo Bley: inauguração de hospitais, escolas, leprosários, cafés, novas sedes do governo, estação de rádio, resolvendo problemas da crise do café, festas de gala junto à elite, almoços especiais em datas comemorativas, recepção de figuras importantes de outros estados, homenagens, condecoração de esportistas capixabas, e muitas outras. O governo de João Punaro Bley sempre era retratado como o governo que estava levando o Espírito Santo rumo ao desenvolvimento, ao crescimento.

Pierre Bourdieu<sup>407</sup> afirma que os símbolos são instrumentos por excelência da integração social. São eles os responsáveis por tornar o senso comum a respeito do mundo social, e são eles também que contribuirão de maneira fundamental para a reprodução da ordem social.

O termo “dominação” pode ser caracterizado pela probabilidade de encontrar obediência dentro de um grupo específico para ordens determinadas. Porém, não é sempre uma probabilidade de exercer poder ou influência sobre outros homens. A dominação pode acontecer por diversos motivos de submissão: desde o costume inconsciente, até as racionais, provenientes de leis específicas. A constante nos casos de dominação, é que é essencial que os liderados tenham um mínimo de vontade em obedecer seus líderes, para assim, essa autoridade ser autêntica.<sup>408</sup> Se deixar dominar, e concordar com novas regras, pode também vir de uma maneira mais suave, com persuasão, com convencimento, e é nesse ponto que o uso dos meios de comunicação como um meio para se chegar à sociedade, é de eficaz relevância.

Por detrás de todas as formas de disposição da sociedade e de organização dos poderes, encontra-se sempre presente, governante de bastidor, a teatocracia. Ela regula a vida do dia-a-dia dos homens em coletividade; ela é o regime permanente que se impõe aos diversos regimes políticos revogáveis, sucessivos<sup>409</sup>.

Um regime político estável é dependente direto da adesão e apoio da sociedade que fará sua legitimação, e que por sua vez pode ser entendido como um conjunto de atitudes positivas em relação ao sistema político considerado como merecedor desse apoio.<sup>410</sup> Sem a legitimação da sociedade, torna-se muito complexo a permanência do poder. Max Weber, ao falar sobre liderança, afirma que mesmo sendo detentor do poder, o dominante é de certa maneira dependente do dominado. “O líder apoiado na solidariedade da sociedade é mais forte frente aos membros considerados individualmente, porém é mais fraco frente a todos eles, em conjunto”.<sup>411</sup>

---

<sup>407</sup> BOURDIEU, 2002, p.11.

<sup>408</sup> WEBER, 2004, p.107.

<sup>409</sup> BALANDIER, 1999, p.49.

<sup>410</sup> CALERO, Francisco Sevillano. **Propaganda y medios de comunicación en el Franquismo**. Publicaciones de la Universidad de Alicante, 1998, p.18.

<sup>411</sup> WEBER, 2004, p.212.

Para Kossoy, o significado de uma imagem, o mais profundo deles, nem sempre se encontra explícito na imagem. O significado é imaterial, é um vestígio da vida cristalizado no momento do clique fotográfico, e que tem sentido no momento em que se imagina também os fatores ausentes do quadro.<sup>412</sup> No caso de nossa análise, as fotografias não são apenas retratos de João Punaro Bley, mas são estratégias desse líder para transmitir uma mensagem aos seus liderados, uma mensagem de que a mudança ocorrida em 1930 foi positiva, de que o Espírito Santo estava crescendo e que melhorias estavam sendo feitas pelo governo estadual. Uma fotografia exibindo Bley de olhos fechados, ou com o semblante fechado, não importava. A beleza da foto, não era o centro das preocupações, mas sim se ela exibia as benfeitorias realizadas por todo o Estado. A imagem do governo Bley, ilustrada na Vida Capichaba, pode ter sido um fator marcante para sua permanência do militar interventor no controle do governo local, e para a aceitação que os capixabas tiveram para com ele.

---

<sup>412</sup> KOSSOY, p.130.

## 7 REFERÊNCIAS

ACHIAMÉ, Fernando. **O Espírito Santo na Era Vargas (1930-1937)** – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

AZAMBUJA, Darcy. **Introdução a ciência política**. 10.ed. São Paulo: Globo, 1996.

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Coimbra: Ed. Minerva, 1999.

BARRETO, Sônia Maria da Costa. Retrato impresso, pela revista “Vida Capichaba”, da normalista nos anos de 1920. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 23., 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

BARROS, Luiz Arthur Azevedo. **Colônia de Itanhenga** – A luta contra a lepra no Espírito Santo (1934-1945). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, 2014.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**: notas sobre a fotografia. Tradução de Julio Castañon Guimaraes – Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1984.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura; tradução Sérgio Sampaio Rouanet – 7.ed. – São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERGAMIM, Márcia Cristina. **Agricultura familiar no Espírito Santo**: Constituição, modernização e reprodução socioeconômica. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia.

BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **Esforço industrial na república do café**: o caso do Espírito Santo, 1889-1930. Vitória, ES: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1982, 155f.

\_\_\_\_\_ **Estudos históricos do Espírito Santo**. Vitória, ES: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2006.

\_\_\_\_\_ **Historiografia capixaba e imprensa**. Vitória: EDIT, 1998.

BLEY, João Punaro. **Memórias**. Fotocópia do manuscrito. Rio de Janeiro: Cpdoc/FGV, s.d. Referência: JPB d 00.00.00/2.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** – Tradução: Sérgio Goes de Paula – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CALERO, Francisco Sevillano. **Propaganda y medios de comunicación en el Franquismo.** Publicaciones de la Universidad de Alicante, 1998.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda Política e Construção dos meios de Comunicação. In: **Repensando o Estado Novo.** Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345f.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História:** ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CHARTIER, Roger. **A História ou a Leitura do Tempo.** 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

COSTA, Cintia Moreira. "... criador de lindas quimeras..." In: **Escritos de Vitória:** personalidades de vitória. Prefeitura Municipal de Vitória – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. 1996.

DADALTO, Maria C. Os rastros da diversidade da identidade capixaba. In: **SINAIS** - Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição Especial de Lançamento, n.01, v.1, Abril. 2007.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios** – Campinas, São Paulo: Papirus, 1993.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. **Revista Vida Capichaba (1934-1937):** as imagens fotográficas a serviço dos integralistas do estado do Espírito Santo. In: Em Tempo de Histórias - Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília - PPG-HIS, n. 15, Brasília, jul. /Dez. 2009.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930:** historiografia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A crise dos anos vinte e a revolução de trinta. In: Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta.** Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

FRANCO, Sebastião Pimentel. **A República e o Espírito Santo.** Vitória: Multiplicidade, 2003.

FREUND, Gisèle. **La fotografia como documento social.** G. Gili – Barcelona. 5.ed. 1993.

GOMES, Ângela de Castro. Ideologia e Trabalho no Estado Novo. In: **Repensando o Estado Novo.** Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345f.

KOSSOY, Boris. Estética, memória e ideologia fotográficas: decifrando a realidade interior das imagens do passado. In: **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, p.15, vol. 6, 1993.

\_\_\_\_\_ **Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo**. Cotia – São Paulo: Ateliê Editorial. 2007.

\_\_\_\_\_ **Fotografia e História**. 4.ed.– São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

\_\_\_\_\_ **Realidades e ficções na trama fotográfica**. 3.ed.– Cotia - São Paulo: Ateliê Editorial. 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. Editora Alfa-Ômega, São Paulo, 1986.

LEITE, Marcelo Eduardo. As fotografias cartes de visite e a construção de individualidades. In: **Revista Interim**. Curitiba, Volume: 11, número: 1, jan./jun. 2011.

LENHARO, Alcir. **A sacralização da política**. Campinas: papiros, 1986.

LORIGA, Sabina. **O pequeno x: da biografia à história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

\_\_\_\_\_ A biografia como problema. In: REVEL, Jacques. (Org.) **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MAUAD, Ana Maria, CARDOSO, Ciro Flamarion. “História e Imagem: Os Exemplos da Fotografia e do Cinema”. In. CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

MAUAD, Ana Maria de Souza. **Através da Imagem: fotografia e história - interfaces**. Rio de Janeiro, 1995.

\_\_\_\_\_ **Sob o signo da Imagem**. A produção da Fotografia e o Controle dos Códigos de representação Social da Classe Dominante, no Rio de Janeiro, na Primeira Metade do Século XX. Tese apresentada ao curso de Mestrado em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói - Rio de Janeiro. 1990.

MENDONÇA, Carlos Vinícius Costa de. **O êxtase autoritário: a política educacional de segurança nacional no período Vargas e sua repercussão no Espírito Santo (1930-1940)**. 2002. Tese (doutorado) – Departamento de

História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

\_\_\_\_\_. Segurança nacional e intervenção no Espírito Santo na Era Vargas/Bley (1930-1940). In: Revista Dimensões, vol. 25, 2010, p. 182-195.

MONTEIRO, Charles. Imagens da cidade de Porto Alegre nos anos 1950: a elaboração de um novo padrão de visualidade urbana nas fotorreportagens da Revista do Globo. In: **Fotografia, história e cultura visual: pesquisas recentes**. MONTEIRO, Charles (Org.) – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

NETO, Lira. **Getúlio** (1882 – 1930): dos Anos de Formação à Conquista do Poder. 1.ed., vol. I, São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3.ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

PACHECO, Renato José Costa. **Os dias antigos** – Vitória: EDUFES: Secretaria Municipal de Cultura, 1998.

PAVANI, Elaine Cristina Rossi. **O isolamento no Hospital Colônia Pedro Fontes, Itanhenga/ES e a caracterização da população do Educandário Alzira Bley no período de 1937 a 1979**. 2013. 188 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris. **O Brasil Republicano**. P.155-190. Difel Editora, 4.ed. São Paulo. 1985.

RANGEL, Lívia de Azevedo Silveira. **'Feminismo ideal e sadio'**: os discursos feministas nas vozes das mulheres intelectuais capixabas, Vitória/ES (1924 a 1934). 2011. 268 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

RANGEL, Claudia. **A Fotografia de Imprensa em Vitória -1910 a 1979 - Dos primórdios ao reconhecimento da profissão de repórter – fotográfico**. 1999.

RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Tradução Dora Rocha. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

REVEL, Jacques. **Jogo de Escalas: A experiência da Micro-Análise**. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REVISTA Vida Capichaba (anos 1930 – 1935 – 1937 – 1942)

ROCABADO, Franco Gamboa. **Recorridos Profanos del Liderazgo: miradas críticas em torno al líder, poder y carisma**. Editora Muela de Diablo, Bolívia, 2007.

RODRIGUES, Fernando da Silva. Imaginário e poder no uso político da fotografia pelo Exército Brasileiro: uma questão metodológica. In: **Revista UNIABEU** Belford Roxo - V.1 Número 1. Setembro- Dezembro 2010.

ROSA, Josineide. **Os interesses e ideologias que nortearam as políticas públicas na educação no Governo Vargas 1930-1945: o caso do Espírito Santo**. 2008. 350 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. **'Vida capichaba': o retrato de uma sociedade, 1930**. Vitória, ES: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2007.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Comunicação e Política**. São Paulo. Hacker Editores. 2000.

SANTOS, Paulo César Oliveira. **Desenvolvimento Socioeconômico e novas alternativas rurais no Espírito Santo: o caso de Venda Nova do Imigrante**. Dissertação apresentada pelo Programa de Pós Graduação de História da Universidade Federal do Espírito Santo, 2004.

SCHAYDER, José Pontes. **Como se tem escrito a história do Espírito Santo: pequeno ensaio**. Cachoeiro de Itapemirim: Editora Cachoeiro Cult. 2011.

SILVA, Dirce Maria Corrêa da. **A história da escola de educação física do Espírito Santo; 1930-1945**. Vitória: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Arapongas, 1991. 71p. Monografia - Departamento de Educação Física, FAFICLA, 1991.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas e Castelo Branco, 1930-1964**. 9.ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SODRE, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4.ed. – Rio de Janeiro: Mauad. 1999.

SOUZA, Danilo; DE MINGO, Ivana Sonegheti. **Nas ondas do rádio, o Espírito Santo em sintonia: Rádio Espírito Santo: 70 anos no ar**. Vitória, ES: Diário Oficial do Espírito Santo, 2010. 390f

SONTAG, Susan. **Ensaio sobre fotografia**. Lisboa: Dom Quixote. 1986.

\_\_\_\_\_ **Sobre Fotografia**. São Paulo - SP. Cia das Letras. 2004.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estados e partidos políticos no Brasil (1930-1964)**. 2.ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1983.

VALLE, Eurípedes Queiróz do. **O estado do Espírito Santo e os Espírito-santenses**. 3.ed. 1971.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. Volume 2 – Editora Universidade de Brasília-São Paulo. 2004.

\_\_\_\_\_ **El político y el Científico**. Editora Cast.: Aliança Editorial – Madrid. 1967.

XAVIER, Kella Rivetria Lucena; NADER, Maria Beatriz. **Mulher e poder nas páginas da revista Vida Capichaba (1923-1945)**. 2008. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.